

JAIRO GERALDO GOMES JUNIOR

INTERFERÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NA ZOPACAS:

uma abordagem para a África do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto.

Rio de Janeiro

2020

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

Assinatura do autor

Biblioteca General Cordeiro de Farias

G633i Gomes Junior, Jairo Geraldo.

Interferências extrarregionais na Zopacas: uma abordagem para a África do Sul / Jairo Geraldo Gomes Junior. – Rio de Janeiro: ESG, 2020.

124 f.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto.

Trabalho de conclusão de curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2020.

1. Atlântico Sul – Segurança Internacional. 2. Inteligência de Defesa. 3. Defesa Nacional. 4. Política Externa. 5. África do Sul – Inteligência Estratégica. I. Título.

À minha querida Márcia, pelo seu amor,
apoio, compreensão e paciência.

AGRADECIMENTO

À Marinha do Brasil, pela oportunidade de participar do mais relevante curso da Escola Superior de Guerra (ESG).

Aos estagiários da Turma CAEPE 2020 “Antártica: novos horizontes”, pela resiliência, determinação e foco demonstrados ao longo do período letivo, um ano diferente e desafiador, onde convivemos com todas as dificuldades impostas pela luta contra a COVID-19. Esses obstáculos, entretanto, não nos fizeram esmorecer, e o nosso convívio harmonioso, fraterno e inclusivo foi motivo de inspiração e conforto, a todo momento.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto, pela paciência e orientações seguras e precisas, que permitiram a confecção, com fluidez, deste meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Ao Adjunto do CAEPE, o CMG (RM1-T) Fortunato Lobo Lameiras, pelo trabalho impecável e pela dedicação diuturna e inspiradora, que foram primordiais para o sucesso dos nossos trabalhos ao longo do ano.

Ao Corpo Permanente da ESG, pela excelência com que conduz essa importante Escola, por todas as pequenas e grandes vitórias e conquistas ao longo de 2020, e pelo desafio lançado ao Corpo Discente, a cada reflexão e a cada conhecimento disseminado. Na Casa onde estuda-se o destino do Brasil, não há espaço para, apenas e singularmente, a simples reflexão. Lá, demanda-se ação futura, estratégica, em favor do Bem Comum, e é esse chamamento que fica registrado, de modo indelével, em nossas mentes e corações.

Aos amigos, Oficiais, Praças e Servidores Civis, Hidrógrafos ou não, do Complexo Naval da Ponta da Armação, em Niterói, pelo incentivo e pela energia contagiantes, que serviram de alicerce para a condução de mais uma fase na minha carreira naval. “Restará sempre muito o que fazer!”.

À minha família, pela compreensão, e em especial pelo apoio da minha querida Márcia.

Por fim, agradeço a Deus pelo seu olhar sempre atento, justo, amoroso e piedoso em direção a um dos seus tantos filhos.

“Se demonstrares força e pobreza, todos te temerão. Demonstrando força e riqueza, todos quererão ser teus aliados. Se demonstrares fraqueza e pobreza, ninguém te dará importância. Mas, demonstrando riqueza sem demonstrar força, atrairás sobre a tua cabeça todas as ambições do mundo”.

Ciro, Príncipe da Pérsia (séc V a.C.).

RESUMO

Esta monografia aborda a Inteligência de Defesa, especificamente a sua vertente da Inteligência Estratégica, como uma ferramenta de identificação de ameaças para o Brasil, por meio de estudos acadêmicos que possam ser aproveitados como “proto-estudos” de inteligência, em estrito alinhamento aos documentos condicionantes do arcabouço jurídico brasileiro que versam sobre a Defesa Nacional. O objetivo deste estudo foi, a partir do diagnóstico da situação de defesa e segurança do “Entorno Estratégico próximo”, a América do Sul, e, na sequência, da África litorânea ao Atlântico Sul (o “Entorno Estratégico mais afastado”), fornecer subsídios que sirvam de base para a apreciação da ação de potências extrarregionais que possam interferir, de modo deletério, nos interesses brasileiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A metodologia adotada comportou uma pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de buscar referenciais teóricos sobre a definição de potência, no âmbito do Sistema Internacional, e para desenvolver um diálogo entre o passado e o presente das relações entre os países membros da ZOPACAS e os seus problemas de segurança e defesa. Utilizando dados econômicos oriundos do *Observatory of Economic Complexity* – OCE (SIMÕES e HIDALGO, 2011) e outras análises, foi realizado o recorte geográfico da África do Sul para o estudo da influência exercida pela China, ao longo dos anos 2010, após uma ampla ação desenvolvida no continente por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Pautada no método indutivo, a pesquisa concluiu que a atuação da China na África do Sul não terá no campo econômico a principal ameaça aos interesses brasileiros, mas sim na influência que exerce no posicionamento assumido pelos países africanos em votações nos fóruns multilaterais, com destaque para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo em vista o alinhamento que mantém com a posição de Pretória. Do ponto de vista da interferência no *status quo* da ZOPACAS, a pesquisa identificou que a China está ampliando seus interesses no Atlântico Sul, o que poderá vir a ser um fator de desestabilização concreta da situação de paz, dada a possibilidade de estender, para a região, rivalidades e conflitos estranhos a ela.

Palavras-chave: Atlântico Sul – Segurança Internacional. Inteligência de Defesa. Defesa Nacional. Política Externa. África do Sul – Inteligência Estratégica.

ABSTRACT

This monograph addresses Defense Intelligence, specifically its Strategic Intelligence approach, as a threat identification tool for Brazil, through academic studies that can be used as intelligence “proto-studies”, in strict alignment with documents conditions of the Brazilian legal framework that deal with National Defense. The objective of this study was, from the diagnosis of the defense and security situation of the “Strategic Surroundings”, South America, and, subsequently, from Africa bordering the South Atlantic (the “Strategic Surroundings further away”), to provide subsidies that serve as a basis for assessing the action of extra-regional powers that may interfere, in a deleterious way, in Brazilian interests in the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS). The adopted methodology included a bibliographic and documentary research, in order to seek theoretical references on the definition of power, within the scope of the International System, and to develop a dialogue between the past and the present of the relations between the ZOPACAS member countries and their security and defense problems. Using economic data from the Observatory of Economic Complexity – OCE (SIMÕES e HIDALGO, 2011) and other analyzes, a geographic profile of South Africa was carried out to study the influence exerted by China, throughout the years 2010, after a wide action developed in the continent by the China-Africa Cooperation Forum (FOCAC). Based on the inductive method, the research concluded that China's performance in South Africa will not have the main threat to Brazilian interests in the economic field, but rather in the influence it exerts on the position taken by African countries in voting in multilateral forums, with emphasis on the General Assembly of the United Nations (UN), in view of the alignment it maintains with the position of Pretoria. From the point of view of interference in the status quo of ZOPACAS, the research identified that China is expanding its interests in the South Atlantic, which may prove to be a factor of concrete destabilization of the peace situation, given the possibility of extending, for the region, rivalries and conflicts foreign to it.

Keywords: South Atlantic – International Security. Intelligence of Defense. National Defense. Foreign Policy. South Africa – Strategic Intelligence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - O CRS Sul-Americano e seus Subcomplexos.....	93
FIGURA 2 - Arcos de instabilidade e de estabilidade na América do Sul.....	93
FIGURA 3 - Pan-Amazônia (com Amazônia Legal).	94
FIGURA 4 - Política de segurança das fronteiras terrestres brasileiras	94
FIGURA 5 - Águas jurisdicionais, de acordo com a CNUDM	95
FIGURA 6 - Rotas estratégicas e Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul ...	95
FIGURA 7 - Composição da ZOPACAS, com indicação dos países.....	96
FIGURA 8 - Organizações político-sociais africanas de 1500 a 1800.....	96
FIGURA 9 - Rotas transaarianas entre os séculos X ao XIX	97
FIGURA 10 -A ocupação da África em 1830 e em 1914.....	97
FIGURA 11 -Divisão geopolítica da África em 2004	98
FIGURA 12 -Padrões de segurança regional na África, após a Guerra Fria	98
FIGURA 13 -O encontro de Sochi, em 2019.....	99
FIGURA 14 -A influência russa na África	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Quadro resumo das Ações Estratégicas de Defesa	100
TABELA 2	Correlação dos OSD ligados à Inteligência de Defesa com suas ASD	100
TABELA 3	Relação colonial e pragmática entre as nações africanas da ZOPACAS e as potências extrarregionais.....	101
TABELA 4	Dados da balança comercial dos países africanos francófonos, de 2010 a 2017	102
TABELA 5	Dados da balança comercial dos países africanos lusófonos, de 2010 a 2017	103
TABELA 6	Dados da balança comercial dos países africanos anglófonos, de 2010 a 2017	104
TABELA 7	Definição do nível de risco para o grupo selecionado de Países da ZOPACAS.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AED	Ações Estratégicas de Defesa
AGOA	<i>African Growth and Opportunity Act</i>
ANC	<i>African National Congress (Congresso Nacional Africano)</i>
ASD	Ações Setoriais de Defesa
BRIC	Brasil, Rússia, Índia, China
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CLCS	Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COMMONWEALTH	Comunidade das Nações
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i> (Doença do coronavírus 2019)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRS	Complexo Regional de Segurança
EB	Exército Brasileiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional

LISTA DE ABREVIATURAS

FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOCAC	Cúpula do Foro de Cooperação China-África
HIV	Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência humana)
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IBSAMAR	<i>India-Brazil-South Africa Maritime</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Angola)
ISA	<i>International Seabed Authority</i> (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos)
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MINUCI	Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim
MN	Milha náutica
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NDS	<i>National Defense Strategy</i>
NSS	<i>National Security Strategy</i>
OEC	<i>Observatory of Economic Complexity</i> (Observatório de Complexidade Econômica)
ONU	Organização das Nações Unidas
OSD	Objetivos Setoriais de Defesa
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Política Nacional de Defesa
PPME	Países Pobres Muito Endividados

LISTA DE ABREVIATURAS

PSD	Política Setorial de Defesa
RMB	Reator Multipropósito Brasileiro
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i> (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
SI	Sistema Internacional
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SSA	<i>Subsaharian Africa</i> (África Subsahariana)
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNOCI	Operação das Nações na Costa do Marfim
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U.S. AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1	O SISTEMA INTERNACIONAL	18
2.2	A DINÂMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	21
2.3	A INTELIGÊNCIA DE DEFESA E SEUS CONDICIONANTES NO ARCABOUÇO JURÍDICO NACIONAL	21
2.4	O ENTORNO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A ZOPACAS	25
2.4.1	Aspectos Gerais	25
2.4.2	O Brasil no Entorno Estratégico Sul-Americano	26
2.4.3	A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).....	32
2.5	CONCLUSÕES PARCIAIS	34
3	A ÁFRICA – A EXPANSÃO DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA	36
3.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CONTINENTE AFRICANO	36
3.2	OS PAÍSES AFRICANOS DA ZOPACAS	40
3.2.1	Os países francófonos.....	41
3.2.2	Os países lusófonos	42
3.2.3	Os países anglófonos.....	43
3.3	O INTERESSE BRASILEIRO NA ÁFRICA DA ZOPACAS	44
3.4	AVALIAÇÃO DE RISCO	47
3.4.1	Metodologia.....	47
3.4.2	Resultados	48
3.5	CONCLUSÕES PARCIAIS	48
4	A AÇÃO DAS POTÊNCIAS NA PORÇÃO AFRICANA DA ZOPACAS ..	50
4.1	AS POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS	50
4.1.1	Os Estados Unidos da América.....	51
4.1.2	A Rússia.....	54
4.1.3	A Índia.....	57
4.1.4	A China	60
4.2	NOVA AVALIAÇÃO DE RISCO	65
4.3	UM OLHAR MAIS DETALHADO SOBRE OS TEMAS DE INTERESSE	66
4.3.1	A Influência da China na África do Sul	66
4.3.2	Os interesses do Brasil na África do Sul.....	70

4.3.3	As possíveis interações do Brasil e China no contexto da África do Sul e ZOPACAS.....	71
4.3.3.1	A cooperação entre Brasil e China na África	72
4.3.3.2	A competição entre Brasil e China na África.....	73
4.4	CONCLUSÕES PARCIAIS	75
5	CONCLUSÃO	78
5.1	SUGESTÃO DE TRABALHOS FUTUROS	83
6	REFERÊNCIAS.....	84
	ANEXO A – ILUSTRAÇÕES.....	93
	ANEXO B – TABELAS	100
	ANEXO C – DOCUMENTOS	106
	ANEXO D – DADOS DOS PAÍSES AFRICANOS FRANCÓFONOS	114
	ANEXO E – DADOS DOS PAÍSES AFRICANOS LUSÓFONOS	118
	ANEXO F – DADOS DOS PAÍSES AFRICANOS ANGLÓFONOS.....	121

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria marcou o final do Século XX e deu início a novos relacionamentos internacionais, a novas possibilidades de atuação no Sistema Internacional (SI) e a novas ameaças, em um padrão diverso do processo previsível e dicotômico que marcou a relação antagônica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O esfacelamento da bipolaridade entre os Blocos Ocidental (liderado pelos EUA) e Oriental (liderado pela ex-URSS) trouxe à luz o papel das nações da América do Sul, continente que fora deixado em condição secundária quanto à atuação no cenário internacional, de forma intencional, pela nação líder do Bloco Ocidental.

No afã de projetar-se no cenário internacional como nação líder de um bloco regional de países, e para catalizar o desenvolvimento no seu entorno estratégico, o Brasil apresentou à Assembléia Geral da Organização da Nações Unidas (ONU) proposta de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cuja Resolução nº 41/11, de outubro de 1986, definiu os parâmetros de participação dos Estados Membros, localizados na região compreendida pela maior parte tanto da margem ocidental da África quanto da margem oriental da América do Sul, para alcançarem a promoção de desenvolvimento social e econômico, proteção do meio ambiente, conservação dos recursos vivos e de paz e segurança em toda a região. Essa resolução, além disso, invocou as potências estrangeiras para que respeitem a região como área de paz e cooperação, e que se abstenham de introduzir armas nucleares na região (e qualquer outra arma de destruição em massa) e de trazer para a região conflitos e rivalidades que lhe sejam adventícios.

A ZOPACAS, desde então, tem sido um fórum de debates e de oportunidades para a apreciação do panorama político-estratégico da região, para favorecer a atividade econômica e de desenvolvimento, e para gerar possibilidades de interação no campo de Defesa e Segurança, em que pese ter havido períodos de maior ou menor atividade, dependendo, principalmente, da atuação do país que assumiu a liderança do fórum. Em 2013, ocorreu o VII Encontro Ministerial da ZOPACAS, em Montevideu (Uruguai), fato que gerou o “Plano de Ação de Montevideu”, documento que se tornou a principal referência para as ações mais

recentes do fórum, e que faz alusão à cooperação na área de Defesa e em outras áreas de interesse. Nesse sentido, seguindo Buzan e Wæver (2003), o Brasil se insere no Complexo Regional de Segurança (CRS) da América do Sul, onde exerce liderança, mas que conta com características peculiares que envolvem Estados fracos e problemas mais relacionados à segurança do que à defesa. A América do Sul passa a ser considerada, então, o “Entorno Estratégico Próximo”, palco de tensões distintas e consolidadas em dois diferentes padrões de comportamento, o Subcomplexo Regional de Segurança Andino, caracterizado pela instabilidade, e o Subcomplexo Regional de Segurança Meridional, marcado pela estabilidade e cooperação.

Os estudos da literatura mostram que os problemas de segurança do CRS da América do Sul estão bem delineados, e poucas ações relevantes se colocam em questão, em especial a possibilidade de inserção de potências estrangeiras, como visto recentemente com a atuação dos Estados Unidos da América (EUA), da Rússia e da China, em tentativas diversas de aumentar sua presença militar. Um sistema de freios e contrapesos políticos tem servido para evitar uma escalada dessa presença estrangeira no continente.

Como parte geográfica da atuação da ZOPACAS, a África tem aumentado sua importância no Sistema Internacional nas últimas décadas. Desde o início do Governo Lula, o Brasil retomou uma aproximação com aquele continente, que passou a ser importante parceiro comercial do Brasil e motivo de uma expansão da geopolítica brasileira, o que passo a denominar de “Entorno Estratégico mais afastado”.

Por ser um espaço geográfico com abundância de recursos minerais, e portador de grande contingente populacional, representando grande mercado consumidor em potencial, os países africanos passaram a ser objeto da cobiça para diversas potências estrangeiras, tenham tido relações históricas (passado colonial) com a África ou não. A África, que havia caído no ostracismo do Sistema Internacional após uma sequência de décadas de políticas internas fracassadas de seus Estados, e de instabilidades regionais diversas, transformou-se em um novo palco geopolítico de disputa entre as grandes potências, ávidas por recursos minerais e mercados. A atuação dessas potências extrarregionais no continente africano pode gerar instabilidades diversas e atrair para o “Entorno Estratégico mais afastado” do Brasil uma presença que interfira não apenas nos interesses brasileiros

no continente africano, mas também pode representar ameaças à ZOPACAS.

Nesse diapasão, este trabalho tem como objetivo principal responder ao seguinte questionamento: em que medida ocorre a atuação de potências estrangeiras no entorno estratégico brasileiro de modo a representar ameaça aos interesses brasileiros e à ZOPACAS, tendo como recorte geográfico de estudo, especificamente, a África do Sul?

Como objetivos intermediários, pretende-se: (a) analisar a importância da Inteligência de Defesa com base nas referências a ela associadas na redação das últimas versões da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa; (b) identificar a atuação de potências extrarregionais na África do Sul, que faz parte do Entorno Estratégico brasileiro, ao longo da última década; e (c) identificar possíveis consequências da atuação dessas potências na África do Sul no contexto geopolítico da ZOPACAS.

O estudo definiu, por meio de procedimento objetivo, a África do Sul como o país com o maior potencial de interferir nas aspirações e interesses brasileiros no âmbito da ZOPACAS. A definição da China como a principal potência extrarregional atuante da África e detentora do maior potencial de interferir nesses interesses brasileiros foi feita tanto pela apreciação dos dados econômicos tabelados oriundos do *The Observatory of Economic Complexity - OCE* (SIMÕES e HIDALGO, 2011), pela comparação com a atuação de outras potências extrarregionais (Estados Unidos da América, Rússia e Índia), assim como pela análise da literatura.

Tendo por referência a taxionomia proposta por Gil (2008), esta pesquisa classifica-se como de abordagem qualitativa, de finalidade básica-estratégica, de objetivo descritivo, e por utilizar procedimentos bibliográficos e documentais e o método indutivo. A utilização de procedimento documental se fez necessária pela necessidade de utilização de documentos recentes e da pesquisa em sítios eletrônicos, tendo em vista o uso de notícias de elevada contemporaneidade e que cujo conteúdo ainda não estava disponível em elementos bibliográficos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvido em cinco capítulos, iniciando com esta “Introdução”, onde ocorre a apresentação do tema, do problema a ser solucionado e da metodologia adotada.

O segundo capítulo, “Aspectos Introdutórios”, é a primeira parte da “Revisão Bibliográfica” (ou “Referencial Teórico”) e serve para se fazer uma introdução ao Sistema Internacional, palco das Relações Internacionais, e para caracterizar, de forma

simplificada, o que se entende por “potências”, seguindo o entendimento de Singer (1972), posteriormente atualizado pelo Pecequillo (2010). Em continuidade, é feita uma análise sobre a “Inteligência de Defesa” os seus condicionantes no arcabouço jurídico nacional, com o propósito de apreciar a importância desse conceito em documentos como a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)¹. Por fim, é realizada uma descrição do “Entorno Estratégico próximo” e dos principais problemas de segurança inerentes a esse espaço geopolítico.

O terceiro capítulo, “A África – a expansão da geopolítica brasileira”, conclui a “Revisão Bibliográfica” e serve para a realização de uma breve descrição dos antecedentes históricos do continente africano, com o intuito de possibilitar a tradução da situação atual do continente à luz do passado histórico. Além disso, são listados os principais interesses do Brasil na porção africana da ZOPACAS e são utilizados dados econômicos oriundos do *The Observatory of Economic Complexity*, (SIMÕES e HIDALGO, 2011), para definir a África do Sul como objeto de análise em particular, pois o país foi identificado como o país africano membro da ZOPACAS que detém a maior envergadura político-econômica, passando a ser o principal alvo do interesse internacional em seu mercado e na sua esfera de atuação.

O quarto capítulo, “A ação das potências extrarregionais na África”, consiste do desenvolvimento principal da pesquisa. É utilizado para se realizar um “prototrabalho” de Inteligência Estratégica, com a utilização de dados contemporâneos (dados e documentos coletados na internet), mas sem a aplicação dos métodos e técnicas próprios da confecção de documentos de inteligência. Com base na literatura, foram selecionados quatro principais “potências” que atuam no continente africano: os EUA, a Rússia, a Índia e a China, tendo esta última sido selecionada para uma análise mais detalhada.

Por fim, o quinto capítulo apresenta a conclusão do trabalho e as sugestões para trabalhos futuros. É importante registrar que a pesquisa se pautou na limitação temporal representada pela segunda década do século XXI, mais propriamente os anos 2010, não considerando os impactos que a pandemia da COVID-19 poderá, por exemplo, representar para o futuro das relações da África com a China.

¹ Foram realizadas apreciações considerando as versões de 2012, de 2016 e de 2020 da END e da PND, de modo comparativo.

2 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

2.1 O SISTEMA INTERNACIONAL

O ambiente onde ocorrem as relações internacionais entre os Estados é comumente caracterizado por ser modulado pela anarquia² e pelo domínio da força, onde os Estados mais fortes exercitam o poder de influenciar os Estados mais fracos, utilizando-se de uma série de artifícios ao empregar o seu Poder Nacional para o atingimento de determinados objetivos.

Segundo Pecequilo (2010), “a anarquia corresponde à ausência de um governo e de leis que definem os parâmetros de comportamento e regulação de um determinado espaço, provendo-lhe ordem”. Esse ambiente complexo onde ocorrem as relações internacionais corresponde, em última análise, a um sistema³. Para Merle (1981), apud Pecequilo (2010):

“o Sistema Internacional (SI) é o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto de interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos. É o palco, o cenário, o ambiente no qual se desenrolam as Relações Internacionais. Além disso, o sistema internacional pode ser caracterizado pela sua contraposição ao sistema doméstico, destacando-se como sua característica essencial a anarquia”.

No que se refere aos atores do SI, que são classificados em atores estatais e os não-estatais, de interpretação de Pecequilo (2010), este estudo se baseará no relacionamento dos primeiros, sendo possível fazer uso da sua classificação contemporânea dos Estados quanto aos recursos de Poder. Nesse sentido, é importante frisar que, de acordo com Singer (1972, p.53), “o conceito de Poder é talvez o mais fundamental no âmbito das ciências políticas”⁴. Ele ainda atesta que:

o Poder é um termo relativo. Em um senso positivo, é a habilidade de influenciar outros para que se comportem de modo adequado a quem o exerce. Em um senso negativo, é a habilidade de se prevenir a alteração

² A anarquia corresponde à ausência de um governo e de leis que definem os parâmetros de comportamento e regulação de um determinado espaço, provendo-lhe ordem. (PEQECUILO, 2010, p.38).

³ Um sistema é um conjunto de relações entre atores, colocados em um meio específico, com um certo grau de interdependência entre si e submetidos a um certo modo de regulação (PECEQUILO, 2010, p. 37).

⁴ Tradução livre do autor.

de seu próprio comportamento perante o uso de Poder por outro⁵. (SINGER, 1972, p. 54).

Singer (1972) já apresentava uma crítica à abordagem classificadora dos componentes ou recursos do poder utilizados em estudos prévios, tendo como exemplos, Morgenthau (1948), que fixou seu olhar para o viés militar, para a “força física”, e Clade (1962), apud Singer (1972), que foi mais específico e afirmou que “Eu uso o termo poder para denotar que se trata essencialmente do poderio militar – os elementos que contribuem diretamente ou indiretamente para a capacidade de coagir, matar e destruir⁶”.

A análise de Singer (1972) se voltou, então, para a compreensão de que o poder é formado por três componentes: a riqueza (tanto material quanto de pessoal), organização e o *status*. Essa nova visão, ao longo dos anos, gerou uma apreciação mais contemporânea, que foi também tratada por Pecequilo (2010), na forma de recursos do poder, chamados de *Hard Power* e *Soft Power*. Segundo essa nova percepção:

O *hard power*, ou poder “duro”, refere-se aos recursos do poder tradicionais, passíveis de serem vistos e sentidos com facilidade, percebendo-se sua influência e importância na prática. Dentre os recursos que associamos ao *hard power* encontram-se o tamanho e a geografia de um país, sua localização e natureza das fronteiras (se são pacíficas ou conflituosas), a população de um Estado, [...] estado de preparação militar, recursos naturais e matérias-primas e, por fim, a capacidade industrial instalada. No outro extremo, o *soft and cooptative power*, definido como o poder “suave” e de cooptação, sustenta-se em elementos de poder intangíveis e que não podem ser percebidos na prática. O poder suave relaciona-se ao poder do convencimento e das ideias, sendo suas principais fontes o desenvolvimento econômico, o conhecimento e tecnologia, a ideologia e a cultura. São exemplos de poder *soft* a flexibilidade, a adaptabilidade, a disseminação de valores, “a coca-cola e o jeans”. (PECEQUILO, 2010, p. 58-59).

Singer (1972, p. 5), vivenciando a realidade de meados do século XX, classificou como as cinco principais potências mundiais: os EUA, a URSS, o Japão, a Grã-Bretanha, e a França, em que pese já considerar que essas duas últimas estavam em nível abaixo das três primeiras. Pecequilo (2010), por sua vez, classificou as potência em: superpotências ou potências Mundiais; potências regionais (Nível I e Nível II); e potências de atuação local.

Nesta classificação de Pecequilo (2010), de acordo com a realidade contemporânea: (1) os EUA figuram como única superpotência restante depois

⁵ Tradução livre do autor.

⁶ Tradução livre do autor.

do encerramento da Guerra Fria em 1991; (2) França, Alemanha, Japão e Inglaterra são potências que podem ser classificadas como potências regionais Nível I, países com projeção de poder limitada à escala regional, mas que ainda combinam com certa eficiência os recursos *hard* e *soft*; (3) Brasil, China, México, Nigéria e Índia são potências que podem ser classificadas como potências regionais Nível II, países de projeção em escala regional, mas sem o mesmo potencial de desenvolvimento daqueles do Nível I; e (4) Equador, Portugal, Chile e Bangladesh como potências de atuação local, como Estados que desempenham seus papéis de forma limitada, apenas tentando preservar sua existência política e territorial.

Faz-se mister frisar, neste momento do trabalho, que a hierarquização dos países em níveis de potência é uma tarefa complexa e com resultados diversos, de acordo com a ênfase que é dada a determinados componentes do Poder, conforme pode ser visto em Leusin Júnior (2012). No entanto, é digno de registro o caráter dinâmico da economia e das relações internacionais. Tal fato deve ser considerado quanto às modificações da economia mundial no século XXI e quanto ao papel de alavancagem nas relações internacionais que passaram a exercer a Rússia e a China nas últimas décadas. Nesse sentido, é importante observar que a Rússia não foi sequer citada na classificação de Pecequillo (2010). A China, que fora citada como pertencente à classificação de potência regional de nível II, está, na atualidade, em franco movimento de ascensão para o patamar de potência regional de nível I ou superior, movimento este que já fora previsto por Singer (1972, p. 72): “Se, e quando, os problemas internos forem completamente resolvidos, entretanto, a China terá a possibilidade de emergir como um dos países mais poderosos do mundo – talvez o mais poderoso”⁷.

Tendo em vista a grande variedade e amplitude das relações político-econômicas que permeiam as tratativas das nações no SI, este trabalho limitar-se-á à análise das interferências extrarregionais dos Estados que detenham *Hard* e *Soft Power* em condições de efetivamente influenciar o ambiente de paz e cooperação da região da ZOPACAS, equivalendo a considerar apenas os países que estejam em categoria similar a de potência mundial ou de potência regional.

⁷ Tradução livre do autor.

2.2 A DINÂMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Teoria da Dinâmica das Relações Internacionais desenvolvida por Singer (1972) tem por base a análise de “laços que unem”⁸, de conexões que amálgamam a relação entre nações, tendo por objeto de análise as relações entre as nações consideradas “fracas” e as consideradas potências. Essa abordagem foi considerada adequada para moldar parte da análise deste trabalho uma vez que guarda similaridade com o tema central em estudo, tendo em vista que os Estados componentes da ZOPACAS podem ser comparados, com raríssimas exceções⁹, a Estados fracos, na relação com as potências extrarregionais cujas interferências serão apreciadas.

Os conceitos de laços de identidade, sejam eles históricos, linguísticos, religiosos, raciais, de classe, ideológicos ou educacionais, de acordo com a abordagem de Singer (1972), têm importância crucial nas relações entre as nações da ZOPACAS e as potências extrarregionais, especialmente por causa das conexões históricas que marcam o passado de colônia desses países.

A África do Sul, que é objeto de uma abordagem específica neste trabalho, mantém laços econômicos e conexão política intensa com o Reino Unido por meio da Comunidade das Nações (*The Commonwealth*). Essa conexão, no entanto, não limita a atuação do país no SI, conforme será mostrado ao longo da monografia, de modo que relações políticas e econômicas com outras potências têm sido travadas pelos governantes da África do Sul nas últimas décadas, formando laços de caráter pragmático.

2.3 A INTELIGÊNCIA DE DEFESA E SEUS CONDICIONANTES NO ARCABOUÇO JURÍDICO NACIONAL

A atividade de Inteligência de Defesa, que permeia parcela substancial desta monografia, está intimamente ligada à capacidade de uma nação apreciar cenários prospectivos para que possa planejar (em todos os níveis) as ações de emprego de seus meios militares com base em dados e conhecimentos

⁸ Do original, *ties that bind*.

⁹ As nações mais expressivas, o Brasil, a Nigéria e a África do Sul, ainda sofrem influência do *hard e soft power* da potência mundial.

confiáveis e que sejam disponibilizados a tempo. Essa capacidade estava expressa de modo inequívoco na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012a), doravante chamada de END¹⁰:

Por meio da Inteligência, busca-se que todos os planejamentos – políticos, estratégicos, operacionais e táticos – e sua execução desenvolvam-se com base em dados que se transformam em conhecimentos confiáveis e oportunos. As informações precisas são condição essencial para o emprego adequado dos meios militares. A Inteligência deve ser desenvolvida desde o tempo de paz, pois é ela que possibilita superar as incertezas. É da sua vertente prospectiva que procedem aos melhores resultados, permitindo o delineamento dos cursos de ação possíveis e os seus desdobramentos. A identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa. (BRASIL, 2012a, p. 129).

A identificação das ameaças é, então, caracterizada como uma atividade vital no processo da “defesa da Pátria” ou da “Defesa Nacional”, pois possibilita a antecipação das ações estratégicas. Neste sentido, é importante observar que a “defesa da Pátria” está inserida na Constituição Federal (BRASIL, 1988), de modo efêmero¹¹, sendo, no entanto, abordada de modo mais apropriado na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2016c), doravante chamada de PND, e na END. A “Defesa Nacional” é conceituada na PND da seguinte forma:

Defesa Nacional é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País. (BRASIL, 2016c, p. 17)

Na transição da PND, versão 2012, para a versão 2016, e posteriormente para a versão 2020 (BRASIL, 2020), observou-se que foi suprimida a conceituação de “segurança”. Em contrapartida, foi feita a conceituação da “Segurança Nacional”, como sendo:

[...] a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (BRASIL, 2016c, p. 5)

A END (BRASIL, 2012a) estabelece Ações Estratégicas de Defesa (AED)

¹⁰ Na versão de 2016 (BRASIL, 2016a), não há qualquer referência à atividade de “Inteligência de Defesa”.

¹¹ “Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à **defesa da Pátria**, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. [...]”. (BRASIL, 1988, com grifo nosso).

com o intuito de orientar a sua implementação. A Tabela 1 ilustra a AED 6, especificamente relacionada à Inteligência Estratégica; a AED 7, referente à Segurança Nacional; e a AED 9, referente à Estabilidade Regional. Por sua vez, a END versão 2016 (BRASIL, 2016a) apresenta apenas a AED-5 (Fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência) com ligação às atividades de Inteligência.

Destarte, é possível conceber um nexo¹² entre o tema abordado, que é uma ação de Inteligência de Defesa, em nível estratégico, e os ditames do arcabouço jurídico nacional, especificamente com a PND e a END, e tendo por base a Constituição Federal. No tocante à Política Setorial de Defesa (PSD), que representa um nível abaixo na hierarquia desse arcabouço jurídico, é possível identificar que tanto a Política Setorial de Defesa quanto a Estratégia Setorial de Defesa (ESD) elencam objetivo e ações que se correlacionam com a atividade da Inteligência de Defesa.

A PSD “é o documento que estabelece, no âmbito do Ministério da Defesa, os objetivos a serem alcançados de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na END”. Tais objetivos, os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD):

“Traduzem as principais metas do Ministério da Defesa concernentes às suas diversas áreas de atuação, visando ao cumprimento da Missão e ao alcance da Visão de Futuro da Instituição. Os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) são organizados, neste documento, de acordo com as áreas temáticas de atuação do Ministério da Defesa, no entanto, devem ser sempre compreendidos de forma transversal no âmbito da Instituição, ou seja, considerando suas interdependências e fundamental efeito sinérgico.”. (BRASIL, 2015b).

Os OSD relacionados à Inteligência de Defesa são os OSD 9 e OSD 10, e estão relacionados às Ações Setoriais de Defesa (ASD) de número 21 a 28, conforme a Tabela 2. É possível identificar que a atividade desenvolvida nesta monografia está intimamente relacionada ao OSD 9 e à ASD 21.

A ESD, “documento que estabelece, no âmbito do MD, as ações estratégicas a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD)”, elencam, também, as AÇÕES SETORIAIS, ASD, que “consolidam as linhas de ação a serem adotadas para a consecução dos Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) estabelecidos na Política Setorial de Defesa (PSD)” (BRASIL, 2015a).

¹² De acordo com a END e a PND na versão de 2012.

É possível apreciar, na própria PND, que os OSD 9 e 10 estão relacionados com as AED 6 e 7. A correlação da temática Inteligência de Defesa (OSD 9 e 10) com a AED 10 (Estabilidade Regional) está sendo aqui preliminarmente proposta por força da observação de que os resultados da Inteligência de Defesa podem contribuir para a implementação de ações que promovam a Estabilidade Regional, em que pese tal vinculação não estar explícita na END.

Por fim, no Livro Branco de Defesa¹³ (BRASIL, 2012b), há a apresentação do Sistema de Inteligência de Defesa:

[...] em 2002, foi instituído, no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência de defesa.

Desenvolvida com a finalidade de produzir e salvaguardar conhecimentos de interesse da Defesa e com cunho estreitamente técnico-militar, a inteligência de Defesa compreende dois níveis de atuação:

- a Inteligência Estratégica de Defesa - voltada para a produção dos conhecimentos necessários ao processo decisório, bem como à formulação e condução, no mais alto nível do planejamento estratégico militar, de políticas e de planos, no âmbito nacional ou internacional, de interesse da Defesa Nacional; e
- a Inteligência Operacional de Defesa - voltada para a produção e salvaguarda dos conhecimentos necessários ao planejamento, condução e sustentação de campanhas e operações militares, visando atingir objetivos estratégicos abrangidos nas áreas de operações. (BRASIL, 2012b, p. 80, com grifo nosso).

Nesse contexto, fica evidenciada a relação da atividade proposta nesta monografia com as ações de Inteligência de Defesa, para a ampliação da consciência situacional¹⁴ do entorno geopolítico brasileiro, com amplo respaldo no arcabouço jurídico nacional, e também embasada com o pensamento estratégico de Reis (2011), apud Neves (2014):

Ninguém faz defesa somente dentro da própria área territorial. É preciso pensar sempre em se defender longe do litoral, a fim de não atrair a ameaça para dentro do próprio território. (...) Busca-se obter um tempo de resposta em níveis adequados, ainda mais hoje, quando os meios ofertados pelo desenvolvimento tecnológico encurtam distancias e os períodos temporais ao processo de tomada de decisão (grifos do autor).

¹³ “O Livro Branco de Defesa Nacional soma-se à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil” (BRASIL, 2012b, p. 12).

¹⁴ É a capacidade de manter o estado de alerta que permite perceber uma variedade de estímulos externos ao indivíduo, fundamentais para a tomada de decisão e para a manutenção de níveis satisfatórios de segurança (BRASIL, 2016d, p. 6-2).

As alterações observadas nas diferentes versões da PND e END, referentes ao tema Inteligência de Defesa e Inteligência Estratégica foram frutos de um aprofundamento por meio de Pedidos de Informação ao Ministério da Defesa (MD), ao Comando da Marinha do Brasil (MB), ao Comando do Exército Brasileiro (EB), ao Comando da Força Aérea Brasileira (FAB) e à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). As respostas da ABIN, da MB e do MD estão listadas, respectivamente, nos Anexos A, B e C. Das respostas recebidas foi possível identificar que a supressão do termo “Inteligência de Defesa” da versão de 2012 da END e da PND foi realizada para possibilitar o alinhamento das ações de inteligência ao novo conceito de “Capacidade de Gestão da Informação”. Ficou evidenciada na resposta da MB e do MD que as alterações observadas não trouxeram qualquer impacto negativo no planejamento e condução das atividades de Inteligência de Defesa de seus órgãos.

2.4 O ENTORNO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A ZOPACAS

2.4.1 Aspectos Gerais

A preocupação com a defesa nacional é algo comum a todos os países, tendo em vista a percepção de que as relações entre as nações ocorrem no SI, ambiente permeado pelo estado da natureza e onde não há, na maioria das vezes, a regulação superior das relações, do ponto de vista Hobbes e seu “Leviatã”. Nesse sentido, o Estado brasileiro entende que:

“O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes, traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa. Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados.” (BRASIL, 2012b, p. 31).

Ciente da volatilidade e a imprevisibilidade que permeiam as relações entre os Estados, o Brasil convive com a situação de relativa paz entre os países vizinhos, já que a América do Sul é o continente que tem apresentado a menor ocorrência de conflitos entre Estados, ao mesmo tempo em que está ciente de que os recursos naturais que têm sido descobertos na região sul-americana

poderão, em futuro próximo, despertar interesses internacionais, o que poderá gerar instabilidades; e com as crescentes transversalidades dos temas relacionados à segurança e defesa, tais como aqueles que envolvem a proteção da soberania¹⁵ e aqueles que envolvem os conflitos considerados de quarta geração ou “conflitos do futuro”¹⁶ (BRASIL, 2012b, passim).

Nesse sentido, tem desenvolvido uma política de que baseia na percepção de que a multipolaridade¹⁷ representará a estrutura do poder que prevalecerá nas relações internacionais nas próximas décadas. Tal percepção serve de alicerce para a construção das políticas externa e de defesa, que se preocupam com a dinâmica que possibilita condições de cooperação e conflito entre os Estados, em uma permanente disputa em torno de seus interesses próprios, mas que obtém, do Estado Brasileiro, a contribuição declarada no sentido de fortalecimento da cooperação, como forma de fortalecimento dos fóruns multilaterais.

2.4.2 O Brasil no Entorno Estratégico Sul-Americano

O estudo geopolítico sobre o tema “Defesa” depende da variável “escala”, passando da perspectiva nacional até a global. A escala “regional” tem encontrado espaço nas últimas décadas, tendo em vista o fato de que a contiguidade regional continua a exercer sua importância nas análises e apreciações, a despeito da ideia de “fluidez dos territórios”, propalada pelo processo da globalização (MEDEIROS FILHO, 2014).

Na apreciação da escala regional que contemple a escala regional sul-americana, e não a latino-americana, temos uma opção subjetiva que vislumbra as preocupações mais próximas, em termos geográficos, e um recorte que guarda relações mais homogêneas quanto a fatores históricos, geográficos,

¹⁵ Temas relacionados ao problema mundial das drogas e delitos conexos, à proteção da biodiversidade, à biopirataria, à defesa cibernética, às tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, aos desastres naturais, aos ilícitos transnacionais, aos atos terroristas e à atuação de grupos armados à margem da lei (BRASIL, 2012b, p. 32).

¹⁶ As guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais (BRASIL, 2012b, p. 32).

¹⁷ A estrutura multipolar expressa a coexistência de diversos polos de poder interagindo no sistema internacional, cada qual influenciando a ação do outro. O equilíbrio de poder dificulta a influência preponderante por parte de forças com pretensões hegemônicas (BRASIL, 2012b, p. 34).

políticos e culturais. Nesse sentido, o continente sul-americano tem sido analisado por diversos estudos como um espaço no qual os Estados guardam entre si uma identidade comum, tanto de caráter quanto de destino (MEDEIROS FILHO, 2014, *passim*).

Uma teoria que trata de defesa na escala regional é a dos Complexos Regionais de Segurança - CRS (BUZAN e WÆVER, 2003), segundo a qual há uma relação de interdependência tão elevada no trato da segurança e defesa nacional de um grupo de Estados, que não é possível compreender o tema sem levar em conta as interações com os Estados vizinhos. Para isso, faz-se necessário avaliar os mecanismos que ocorrem na escala regional, um nível intermediário entre o nacional e o global. Tendo por medida o padrão de relacionamento regional, é possível observar diferentes modos de complexos regionais, com um espectro que varia desde ambientes onde a guerra é iminente, de um lado, a ambientes de relativa paz, de outro. De acordo com as características do relacionamento entre os Estados que compõem uma dada região, seja do padrão de “amizade”/“inimizade”, os CRS são classificados em “formação conflitivas”; regime de segurança; e comunidade de segurança (MEDEIROS FILHO, 2014, *passim*).

A Teoria dos CRS pressupõe a existência de uma potência hegemônica exercendo a liderança na área de influência. Tal fato, não foi verificado para a América do Sul, fazendo com que a análise do sub continente fosse realizada de modo diferenciado. Foi verificado que as relações entre os países da América do Sul se inserem em um padrão de “amizade”/“inimizade” intermediário, com a classificação de regime de segurança, com uma maior evidência desse aspecto na região do cone sul. Para os países andinos, a situação é mais precária no tocante à estabilidade.

Para o caso específico da América do Sul, a Teoria dos CRS também considera que os principais conflitos armados no continente sul-americano foram travados nas fronteiras e que não houve, em nenhum momento, a destruição de um Estado. Ocorreu, em posição inversa, a “criação” de um Estado como consequência de uma guerra (o caso do Uruguai, em 1825). Além disso, comenta que a região, e o respectivo Complexo Regional de Segurança Sul Americano, é marcada por dois Subcomplexos Regionais de Segurança, o Subcomplexo do Cone Sul, e o Subcomplexo Norte Andino, conforme mostrado na Figura 1, onde

são mostrados os limites geográficos adotados para o CRS Sul Americano e seus dois Subcomplexos, além dos Estados considerados “tampão” até 1970. Esses Estados tampão serviam de amortecedores de conflitos entre nações militarmente mais desenvolvidas.

Essa situação heterogênea observada por Buzan e Wæver (2003), quanto ao comportamento das relações entre os Estados sul americanos foi tratada, também, por Medeiros Filho (2014), que verificou haver dois níveis de relacionamento entre os Estados componentes dos Subcomplexos do Cone Sul e Norte Andino. Enquanto que o primeiro subcomplexo tem evoluído para uma integração econômica mais efetiva e para uma sensação de estabilidade no quesito da segurança regional, o segundo tem sido marcado por acirramentos das relações entre os Estados. Tal comportamento foi sintetizado na Figura 2, que mostra a dicotomia dessas relações por meio da visualização dos arcos de instabilidade e de estabilidade na América do Sul.

Quanto a isso, Medeiros Filho (2014) afirmou que:

De forma simplificada, os níveis de integração geopolítica na América do Sul parecem obedecer a uma linha de gradação crescente entre a vertente atlântica – maior nível de integração/estabilidade – e a vertente pacífica – integração comprometida e instabilidade regional. Pode-se, do ponto de vista das perspectivas teóricas utilizadas, situar a sub-região Cone Sul em um padrão intermediário de integração regional – regime de segurança –, a caminho de uma pretensa comunidade de segurança. As sub-regiões Amazônia, Andes e Guianas, por sua vez, enquadrar-se-iam em um modelo menos avançado, mantendo traços de uma formação conflitiva.

Outras preocupações que são relevantes para o Brasil com relação ao seu entorno estratégico sul americano se referem à problemática da existência de risco à soberania da região chamada de Pan-Amazônia; as relações com Estados “fracos” na vizinhança; o aumento do interesse internacional quanto à região da Amazônia Azul®; e a existência de territórios sob influência de Potências estrangeira (extra-região). A Figura 3 ilustra essa região.

De acordo com Paiva (2015):

A Pan-Amazônia engloba Brasil, França, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. São países com fortes assimetrias em termos de poder nacional, interligações deficientes e difíceis de implantar, além de possuírem interesses e linhas ideológicas convergentes e, também, divergentes. [...] subsistem contenciosos históricos mal resolvidos entre alguns condôminos e há o risco de convulsões políticas internas em países ainda suscetíveis a conflitos ideológicos.

No presente momento, no contexto de segurança e defesa na Pan-Amazônia, a Venezuela tem se mostrado como foco da maior preocupação, tendo em vista o agravamento de sua crise interna e humanitária que tem levado considerável parcela da sua população a imigrar, e o aumento da possibilidade de ações de potências extrarregionais naquele país.

No tocante ao relacionamento com Estados “fracos”, é importante enfatizar que a existência de tais Estados, ou de Estados falidos na vizinhança, gera um paradoxo de segurança, já que “não serão os esforços de ampliação de segurança de um Estado que conduzirão à maior insegurança de seu vizinho”, conforme defendido por Herz (1950), apud Medeiros Filho (2014), mas a incapacidade desses em adotar políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais. Nesses casos:

os principais problemas não seriam “de” fronteira – questão de defesa –, mas estariam “na” fronteira – questão de segurança. Sob tal inversão, a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte (VILLA e MEDEIROS FILHO, 2007, apud MEDEIROS FILHO, 2014).

Para essa problemática, a literatura detalha diversas possibilidades de soluções, sendo uma delas o reposicionamento de instituições do Estado brasileiro em diversas “muralhas”¹⁸, conforme pode ser visto na Figura 4, que são funções da integração de sistemas de monitoramento e inteligência das Forças Armadas e do sistema nacional de inteligência. Nesse contexto, a “Muralha Amarela” se propõe a solucionar problemas da porosidade da fronteira em relação aos problemas advindos do Paraguai; a “Muralha Cinza” tem como um de seus propósitos principais o controle do tráfico de drogas ilícitas proveniente da Bolívia; e a “Muralha Verde”, que servirá como obstáculo para a ação de forças regulares, guerrilheiros, narcotraficantes, contrabandistas “comuns” e imigrantes ilegais (RAZA, 2014).

Quanto ao aumento do interesse internacional na Amazônia Azul®, tal constatação tem relação com as recentes descobertas de jazidas de petróleo e outros recursos minerais, tais como os nódulos polimetálicos, na região da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Nesse sentido, é importante enfatizar que a área marítima é regida por uma série de regras e convenções internacionais que em

¹⁸ As muralhas “amarela”, “cinza” e “verde” são visões da integração dos sistemas de vigilância e inteligência das Forças Armadas brasileiras, com a participação de outras parcelas do Sistema de Brasileiro de Inteligência (SISBIN). (Nota do Autor)

muito diferem do arcabouço jurídico para a área terrestre, tendo por base, especialmente, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). A jurisdição do Estado costeiro sobre as águas e o leito marinho ocorre em níveis diferente de gradação, de acordo com a distância da costa. A soberania só é plena no mar territorial, até 12 milhas náuticas (MN)¹⁹; entre 12 MN e 24MN se configura a zona contígua, onde o Estado costeiro exerce jurisdição para casos de crimes alfandegários e ambientais; e a ZEE, onde o Estado costeiro detém “soberania” para explorar os recursos do leito e subsolo marinhos. Para além da ZEE, a “área” é uma região aberta à exploração econômica internacional, administrada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Essas particularidades estão apresentadas na Figura 5.

O Atlântico Sul, fronteira leste do Brasil, apresenta cenários de prospecção econômica por países extrarregionais que podem gerar conflitos de interesse com o Brasil. Os principais atores que se mostram no despertar do século XXI são os Estados Unidos da América (EUA) e a China. Neves (2014, p. 245) atesta que os “Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Espanha e China, [são] atores mais proeminentes neste cenário”. De acordo com Abdenur e Neto (2013):

A China, por exemplo, vem aumentando sua presença na região. Empresas chinesas se envolvem cada vez mais na exploração do petróleo, do gás, e da pesca no Atlântico Sul, e o governo chinês vem fortalecendo sua cooperação militar com os países africanos, inclusive ao longo do Atlântico Sul [...]. Muitas vezes, estes laços coincidem tematicamente e geograficamente com as áreas priorizadas pela cooperação em defesa do Brasil.

A presença dos EUA, no entanto, tem relação ao fato de que aquele país não ratificou a CNUDM e não submeteu sua proposta à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (CLCS). Com isso, existe uma possibilidade de que, num futuro, em função do posicionamento dualista daquele país, a definição da ZEE de um terceiro Estado poderá ser contestada. Nesse sentido, essa possibilidade é uma extrapolação do entendimento de Moraes (2014), que diz que:

não há consenso em torno do grau exato de autoridade da CLCS quanto à fixação dos limites das plataformas continentais dos Estados. Se,

¹⁹ Em que pese haver a liberdade de passagem inocente assegurada a todos os Estados (Nota do Autor).

hipoteticamente, um Estado discordar do parecer da CLCS quanto à solicitação por ele encaminhada, ele poderia declarar, de maneira unilateral, os limites da extensão de sua plataforma continental? Em tese, isto seria possível, visto que [...] As respostas às submissões realizadas pelos Estados quanto ao reconhecimento da extensão da plataforma continental são, também, elaboradas com o título de recomendações [...]. Há que se pesar, contudo, a carência de legitimidade internacional de uma decisão unilateral; além disso, **a depender dos países que adotarem tal postura, todo o regime internacional das plataformas continentais poderia ser enfraquecido** (grifo nosso).

No tocante à existência de territórios sob influência de potências estrangeiras (extra-região), o Brasil convive com o fato de que, historicamente, o controle do Atlântico Sul foi exercido por potências extrarregionais. De acordo com Höring et al (2014, p. 494):

a quase totalidade do controle sobre o Atlântico Sul é historicamente exercido pela(s) grande potência(s). Assim, os países costeiros, sejam da América do Sul ou da África, não logram estabelecer sua presença efetiva, assegurar seus interesses ou possuir autoridade sobre o Oceano. [...] hoje em dia três países conseguem, ao menos parcialmente, assegurar sua presença no Atlântico Sul: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, e em menor medida a França.

Essa percepção já tem registro na literatura, em especial pelos estudos de Therezinha de Castro (CASTRO, 1999), que mapeou as principais rotas marítimas no Atlântico Sul (rotas estratégicas) e identificou a ameaça formada pelas posse de ilhas oceânicas por parte do Reino Unido. Algumas dessas bases são de uso compartilhado pelos EUA e França, em função de acordos entre as partes (Höring et al, 2014). Essas rotas estratégicas e a possessões britânicas no Atlântico Sul (ilhas meso-atlânticas e peri-antárticas²⁰) são mostradas na Figura 6. Pela observação das imagens (1) e (2) que compõem a Figura 6, é possível identificar a motivação da preocupação de Therezinha de Castro com a capacidade de projeção do poder dessas potências a partir das ilhas oceânicas, em especial quanto à possíveis interferências nas rotas estratégicas brasileiras.

Na área continental, a influência de potência extrarregional se faz presente pela posse, por parte da França, da Guiana Francesa. Conforme Höring et al (2014), “O território foi colônia francesa até 1946, quando tornou-se um departamento ultramarino francês”.

²⁰Ilhas Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas/*Falklands*, Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul.

2.4.3 A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

A Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982 entre a Argentina e o Reino Unido, pela posse das ilhas de mesmo nome, teve por palco o Atlântico Sul e gerou percepção, nas autoridades das nações sul americanas, de que não poderiam contar com a política de defesa hemisférica. Segundo Pimentel (2016):

essas autoridades interpretaram que o apoio do governo Reagan aos britânicos era um indicativo de que os países da América do Sul não poderiam contar com a solidariedade hemisférica em assuntos de segurança internacional: **era necessário um maior engajamento dos atores regionais na construção de arquitetura de segurança** independente da potência estadunidense [...]. Nesse sentido, a crise entre Argentina e Grã-Bretanha adquiriu, rapidamente, a coloração de um conflito Norte-Sul que demoliu os “mitos da solidariedade continental e do inimigo comum” (grifo nosso).

A partir de uma série mudanças no comportamento da política externa dos países sul americanos, e outros fatos históricos que são relevantes, mas já retratados na literatura (p.e. HÖRING et al, 2014; PIMENTEL, 2016; CARVALHO e NUNES, 2014; e CALDAS, 2013), o Brasil avaliou como pertinente a criação de uma mecanismo de cooperação regional, que envolvesse a sua “fronteira leste”, o Atlântico Sul, e que pudesse expandir sua área de influência para a costa ocidental africana. Nesse sentido, com uma proposição antagônica à antiga proposta de criação de um pacto militar, a Organização do Tratado do Atlântico Sul²¹ (OTAS), o Brasil patrocinou a apresentação da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em 1986, e que criou a ZOPACAS.

A ZOPACAS tem como propósito principal combater a militarização e a nuclearização, e a presença de potências estrangeiras no Atlântico Sul. Além disso, promove a cooperação entre os países, nos campos comerciais, tecnológicos, culturais, ambientais e políticos. Atualmente, compõem a ZOPACAS os seguintes países, conforme pode ser observado na Figura 7: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Camarões, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo.

²¹ Que interessava, principalmente, à África do Sul.

Ao longo da sua história, a ZOPACAS passou por períodos de maior atividade e outros de ostracismo das agendas nacionais, afetadas, mormente, por questões econômicas ou mesmo ideológicas. Segundo Carvalho e Nunes (2014), o final da Guerra Fria marcou o início de um período no qual o Brasil, protagonista da ZOPACAS, começou um processo de aproximação com os EUA e o bloco europeu, deixando as relações com os países africanos em segundo plano na sua estratégia de Relações Internacionais. Esse quadro só mudou quando da aplicação de uma nova referência para a política externa brasileira, com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em que “houve uma mudança significativa no que diz respeito à política voltada ao continente africano e aos demais países em desenvolvimento”.

Aos poucos, o foro foi passando por um processo de revitalização, o que ficou marcante, em 2007, em Luanda, quando compareceram todos os vinte e quatro países membros e o encontro “teve como resultado o Plano de Ação de Luanda, o qual indicava as áreas em que os esforços de cooperação deveriam ser intensificados”. Ainda segundo Carvalho e Nunes (2014, p. 88):

Em janeiro de 2013, ocorreu o sétimo encontro, em Montevidéu, no qual, pela primeira vez, estiveram presentes os ministros da defesa dos países-membros, solidificando a ênfase do foro nos setores de defesa e segurança. Nesse sentido, o Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, propôs algumas medidas para que fosse concretizada a parceria nessas esferas. Determinou-se, então, o Plano de Ação de Montevidéu [...]. A partir disso, os Estados se comprometeram a garantir o cumprimento e a implementação desses preceitos, que objetivam a proteção e o desenvolvimento conjunto da região.

O impulso obtido nos últimos anos, fruto da maior prioridade dada pelo Brasil ao relacionamento com os países africanos da ZOPACAS quanto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), outro fórum que ganhou relevância nas últimas duas décadas, no entanto, não foi suficiente para dinamizar as ações estabelecidas no Plano de Ação de Montevidéu, em sua plenitude. As agendas dos Estados-membros ainda não convergiram totalmente, em especial quanto aos países africanos.

Na atualidade, de acordo com Ruy (2016), apud ZOPACAS (2016):

a Zona de Paz se desenvolveu de forma irregular nesses 30 anos, longe de atingir os objetivos, mas de certa forma ampliando a agenda para temas de interesse da política externa brasileira no âmbito da governança global. [...] o que dificulta a integração na área são as enormes diferenças entre os países da ZOPACAS, principalmente entre os da América do Sul e os da África. [...] há na África uma diversidade de Estados, muitos deles

frágeis e com baixa capacidade de garantir a segurança de suas águas. A situação, segundo ele, é mais complicada ainda por terem esses países grande possibilidade de produção de petróleo, o que pode proporcionar mais intervenção de grandes potências.

Releva ressaltar que o principal Estado-membro africano, a África do Sul, não tem demonstrado interesse em ajustar sua agenda para dinamizar as ações propostas pela ZOPACAS. O direcionamento estratégico do país, e as ações de sua política externa se voltam, nos últimos anos, para o Oceano Índico e para possíveis relações com atores do Atlântico Norte (MENDONÇA, 2014).

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este primeiro capítulo serviu para apresentar a situação das nações no ambiente do SI, com a definição do que seriam os países considerados “potências”, de acordo com Singer (1972) e Peccequilo (2010). A questão da complexidade da Defesa Nacional foi mostrada pela apreciação dos documentos basilares do arcabouço jurídico nacional que regem o tema, seja a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Livro Branco de Defesa, a PND e a END. Sobre esses dois últimos, foram mostradas diferenças da redação entre as versões de 2012 e as de 2016 ou 2020, diferenças essas que nitidamente retiraram do contexto desses documentos de alto nível as referências à importante atividade de Inteligência de Defesa. Faz-se interessante ressaltar que a PND e a END são documentos de alto nível que servem para levar à sociedade os pensamentos basilares da Defesa Nacional. A extração dos termos ligados à atividade de Inteligência Estratégica, e à inteligência, de um modo geral, pode vir a reduzir a atenção e ao envolvimento que a sociedade deve dar a esse tema. Ainda que as respostas constantes dos Anexos A, B e C tenham mostrado a percepção do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa e da ABIN quanto à irrelevância de se manter os termos relativos à atividade de inteligência, tendo em vista a substituição pela expressão “Capacidade de Gestão da Informação”²², não tenho a devida certeza de que a sociedade compreenda que a atividade de inteligência esteja contida na capacidade supramencionada. O nível de tal compreensão, no

²² A Capacidade de Gestão da Informação visa garantir a obtenção, a produção e a difusão dos conhecimentos necessários à coordenação e ao controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando o acesso à Inteligência aos tomadores de decisão e aos responsáveis pelas áreas de Segurança Pública e de Defesa Nacional, em todos os escalões. (BRASIL, 2016a).

entanto, não foi motivo de mensuração neste trabalho.

No tocante à caracterização do ambiente geopolítico da porção sul americana do entorno estratégico brasileiro, foi possível observar a heterogeneidade de preocupações inerentes ao tema Defesa, que permeia a atuação do país, especialmente quanto ao caráter da volatilidade das relações internacionais envolvidas. Foi possível, com essa caracterização, identificar algumas das principais preocupações da Defesa Nacional, no contexto regional, e as razões que impulsionaram o Brasil a ter a iniciativa de criação da ZOPACAS, como uma forma de, politicamente, reduzir a atividade militar exógena no Atlântico Sul, e, desse modo, diminuir os riscos à sua soberania e a dos demais Estados circunvizinhos ao Atlântico Sul.

3 A ÁFRICA – A EXPANSÃO DA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Como parte de sua “Defesa Nacional avançada”, as ações de Inteligência de Defesa devem embutir ações de Inteligência Estratégica de todo o entorno estratégico. Nesse sentido, a área da costa oeste da África se insere tanto no contexto do entorno estratégico brasileiro, como também no contexto da ZOPACAS.

Analisar e compreender a situação atual das nações dessa porção africana da nossa fronteira leste avançada é, assim, vital para a sobrevivência do Estado brasileiro, especialmente nesse momento em que há uma conexão intensa das relações econômicas, políticas, militares e psicossociais entre as nações.

Compreender os antecedentes históricos do continente africano, mesmo que de forma simplificada, passa a ser, destarte, mandatário, como uma forma de possibilitar o entendimento desse “novo olhar” mundial para o continente, já que a África tem despertado interesses diversos das potências da atualidade, além de representar uma fonte de cobiça para diversos grupos de nações, tendo em vista a abundância de seus recursos naturais, e também a disponibilidade de um vasto mercado formado pela sua população, até pouco tempo desprezada no SI. Essa nova configuração da importância estratégica do continente africano, perante uma conformação das relações internacionais, permite um paralelo com a situação ocorrida ao final do XIX, quando ocorreu o processo de “roedura”²³ do continente, especialmente por causa da Conferência de Berlim (HERNANDEZ, 2008; VISENTINI, 2014).

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CONTINENTE AFRICANO

A história da África tem sido vista, majoritariamente, sob a perspectiva europeia, ganhando, com isso, um viés imperialista, e fazendo com que a sua história seja uma “história inventada”, algumas vezes até romanceada. Segundo Hernandez (2008, p.11):

²³ Processo da partilha europeia e da conquista da África, sob protagonismo europeu, cujas consequências se fazem sentir até os dias atuais (HERNANDEZ, 2008, p. 45).

A África vive uma tripla condição restritiva: prisioneira de um passado inventado por outros, amarrada a um presente imposto pelo exterior e, ainda, refém de metas construídas por instituições internacionais que comandam a economia.

Antes da colonização europeia e do processo de “roedura”, a África era formada por organizações sociais e políticas, de 1500 a 1800, que são comumente denominados de “reinos”, “Estados” e “impérios”, conforme pode ser observado na Figura 8. Essas organizações político-sociais possibilitavam uma intensa atividade comercial no interior do continente, com uma ênfase especial para o comércio transaariano. Para exemplificar a dinâmica dessas relações do interior continental africano, a Figura 9 ilustra as principais rotas de comércio transaariano entre os séculos X e XIX. Outras rotas comerciais também foram estabelecidas e tiveram a sua importância para a África. O estudo delas, no entanto, não será objeto desta monografia. Como referência para mais detalhes, cito Hernandez (2008).

Tendo em vista a expansão ultramarina europeia, iniciada em 1430, e o desejo de se obter ganhos com metais preciosos e especiarias, a costa africana foi sendo, pouco a pouco, conhecida e desbravada pelos navegadores e exploradores portugueses. Com o passar das décadas, outros países europeus se aventuraram nas expedições marítimas, enviando missionários e exploradores, que efetivamente trouxeram ao mundo ocidental relatos e conhecimentos daquelas terras tidas como misteriosas e fantásticas, de acordo com o imaginário europeu. Segundo Hernandez (2008, p. 57):

essas viagens destacaram-se pela importância e pela divulgação que tiveram. Mas, na verdade, houve muitas outras, nas quais, ao lado dos ingleses, franceses e belgas, também os alemães, bôeres e portugueses desempenharam um papel de relevo.

Essas expedições romperam com o tradicional conhecimento de uma estreita faixa de cerca de 80 Km além do litoral, que até então tinha sido suficiente aos europeus no sentido da administração de seus negócios coloniais no continente africano, em um *modus operandi* típico do século XVI. Essa expansão ao interior mostrou à Europa a existência de enormes vazios populacionais no continente africano, a possibilidade de expansão de negócios naquele espaço ultramarino. Aos poucos, o aumento do tráfico negreiro entre as laterais do Atlântico fez com que a dinâmica da ocupação do continente africano

ganhasse agilidade, contando, inclusive, com o apoio da elite política e comercial africana. Essa ocupação, em meados de 1830, ainda era incipiente e com baixo nível de controle direto pelas metrópoles. Algumas exceções quanto à importância comercial e política podem ser citadas: a colônia do Cabo, ao sul da África, fundada em 1652; e Freetown, em Serra Leoa, fundada em 1787. A Figura 10(a) mostra a ocupação da África por volta de 1830.

As notícias que chegavam na Europa a respeito das novidades da África, verdadeiras ou fantasiosas, agitaram a comunidade científica e comercial de diversos países, levantando o interesse inclusive das casas reais. Na Bélgica, o rei Leopoldo II colocou em prática uma série de ações diplomáticas que culminaram em dois eventos relevantes: a Conferência Geográfica de Bruxelas, realizada em setembro de 1876, na qual se projetou como um líder capaz de “estabelecer a paz entre os chefes tribais e fornecer-lhe arbitragem justa e imparcial”, conseguindo, com isso, o reconhecimento internacional de sua soberania sobre a bacia do Congo, o que viria a ser o seu domínio privado na África; e a Conferência de Berlim, realizada em maio de 1885, por meio da qual houve o processo de partilha ou “roedura” da África, sobre o pretexto em torno da livre navegação e do livre comércio das bacias do Níger e do Congo. Segundo Hernandez (2008, p. 61):

Todos esses fatos indicam uma convergência de interesses econômicos e políticos em torno do continente africano, abrangendo o estabelecimento de pontos de ocupação com a assinatura de inúmeros tratados com os povos africanos, tornando-os presas fáceis para os colonialismos europeus dos finais do século XIX.

Após a conferência, a ocupação europeia seguiu em ritmo acelerado, gerando uma série de problemas geopolíticos que são percebidos até a atualidade, por causa de processos de divisão geográfica tida como “violenta”, divisão essa que separou o povo africano, sem o consentimento deste. A rápida assunção do controle dos espaços geográficos gerou um domínio europeu no continente africano, conforme pode ser verificado na Figura 10(b), que mostra o mapa da África em 1914. É possível observar que o controle europeu era completo, com a exceção da Libéria e da Etiópia. A observação criteriosa do mapa se faz necessária, na devida medida, tendo em vista que muitas relações das nações africanas atuais guardam estreita afinidade com o passado colonial e com as metrópoles, numa alusão clara à teoria dos “laços que unem”, de Singer

(1972). A Figura 11 mostra a divisão política recente da África, para facilitar essa correlação.

Após a Segunda Guerra Mundial, a África passou por um período de intensas convulsões sociais no intuito de promoverem as suas independências. A política das metrópoles, usadas frequentemente para estancar esses processos libertários, utilizou a já conhecida violência, dessa vez com os requintes da brutalidade da tortura por parte dos exércitos, polícias e forças de segurança. As colônias portuguesas foram as que encontraram a maior resistência da metrópole. Os processos de fragmentação dos impérios coloniais tiveram início no continente asiático. A derrocada do colonialismo era esperada. Para Hobsbawm (1995, p. 218):

Não está claro em que momento os velhos impérios compreenderam que a Era dos Impérios acabara definitivamente. [...] De qualquer modo, em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios que o colonialismo formal tinha de ser liquidado.

O processo de luta pela soberania trouxe consigo a necessidade de organização e escolha de estratégias eficazes, por parte das elites culturais e políticas africanas, o que configurou uma articulação internacional para superar uma série de impasses para que os Estados nacionais fossem realmente constituídos. O caminho efetivamente seguido, no entanto, foi diferente para determinados grupos de países. Como exemplo, temos que os territórios da África Ocidental sob dominação inglesa, como a Costa do Ouro, Nigéria, Gâmbia e Serra Leoa tiveram suas independências marcadas por um processo de relativa tranquilidade, sem surtos revolucionários. Esse caminho pacífico foi, entretanto, a exceção à regra (HERNANDES, 2008, *passim*).

Para Buzan e Wæver (2003), a transição do sistema colonial para o SI não foi tarefa fácil para a maioria dos países africanos subsaarianos. Nestes últimos quarenta anos, esses Estados africanos apresentam-se como Estados fracos, e falham na aplicação de políticas que promovam o desenvolvimento nacional. Em vez disso, é possível observar a tendência à formação de políticas que privilegiam a personificação dos governantes, práticas de cleptocracia e regimes que se apropriam dos bens e recursos públicos para uso privado. A insegurança que é sentida no continente é produto direto dessa falha da formação dos Estados.

A década de 1990 foi marcada, na África, pela proliferação de conflitos regionais, ou crises, que levaram alguns países a terem suas condições econômicas e humanitárias em níveis insustentáveis. Em 1994, havia guerra ou rebeliões violentas em 26 dos 49 países africanos, como exemplo. Essa situação, associada à característica de atuação de atores não estatais, internos ou externos, relacionados, principalmente, às questões tribais ou de clãs, contribuiu para uma conformação *sui generis* do quadro político atual dos Estados africanos, onde a incapacidade de garantir a segurança interna afetou a formação de integração e inter-relação regional em segurança (BUZAN E WÆEVER, 2003, passim).

De modo correlato ao tratado no subitem 2.4.2, a África subsaariana apresenta uma série de Estados cuja “fraqueza” representa problemas para os vizinhos, ao exportar problemas de segurança interna, e não propriamente por questões de defesa. Por essa razão, conforme pode ser observado na Figura 12, a África subsaariana apresenta “protocomplexos” de segurança na região oeste, um deles contendo os países da área do Golfo da Guiné, o Protocomplexo do Oeste Africano, e outro contendo a região do “Chifre da África”, o Protocomplexo do Chifre; e dois Complexos Regionais de Segurança: o CRS da África Meridional, consolidado sob a liderança da África do Sul, e o CRS da África Central.

Os países africanos da ZOPACAS estão, em sua grande maioria, intimamente relacionados ao Protocomplexo do Oeste Africano, sob a liderança da Nigéria, e ao CRS da África Meridional. Sobre o Protocomplexo do Oeste Africano, Buzan e Wæver (2003) discorre sobre o paradoxo de ser a Nigéria o seu sustentáculo, mas ao mesmo tempo um Estado fraco.

3.2 OS PAÍSES AFRICANOS DA ZOPACAS

Os países africanos que integram a ZOPACAS, como Estados-membro, são os seguintes: África do Sul, Angola, Benin, Camarões, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo. São 21 países que, na atualidade, representam distintos níveis de desenvolvimento nacional, de interesse para as

potências extrarregionais e de capacidade de resistir ao “assédio” dessas potências (capacidade essa que está inserida no cerne do Poder Nacional de cada país).

Representam, sem dúvidas, mercados importantes para as potências da atualidade, em que pese haver uma gradação, de acordo com o que podem oferecer a essas Potências, especialmente no tocante aos recursos naturais.

Seguindo a lógica estabelecida dos “laços que unem”, de Singer (1972), será feita, a seguir, uma breve apresentação desses países, agrupados pelas relações históricas com as metrópoles, cujos dados estão listados na Tabela 3, onde os países estão listados de acordo com o posicionamento Norte-Sul.

3.2.1 Os países francófonos

Os países que fazem parte da comunidade africana francófona da ZOPACAS são os seguintes: Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Togo, Benin, Camarões, Gabão, Congo e República Democrática do Congo. Esses nove países ainda mantêm um forte elo político e econômico com a antiga metrópole. Segundo Mbabia (2014), a França ainda exerce considerável influência sobre suas antigas colônias na África. Essa influência tem sido suficiente para minimizar as investidas de outras potências no continente, especialmente as chinesas, em determinadas circunstâncias.

Baseado em dados do “Observatory of Economic Complexity”, OEC (Simões e Hidalgo, 2011), foi confeccionada a Tabela 4, que lista o resultado da balança comercial desses países francófonos, com os dados de 2010 a 2017, de forma a representar os dados da segunda década do Século XXI (anos 2010, mais especificamente).

Tendo em vista que foram coletados dados já processados, a partir de “diagramas de árvore”, foi definida a seguinte metodologia: foi realizada uma seleção de países, em cada ano, com dados que estivessem acima do valor de 30% do maior valor de exportação ou importação encontrado. Após essa seleção, a planilha com os dados era “populada”. Essa metodologia permitiu a aquisição dos dados do “diagrama de árvore” sem a desvantagem de adquirir e discriminar os dados de países cujos resultados seriam irrelevantes para o estudo. Com isso, os valores observados na Tabela 4 são aproximados, ao se considerar o total de

dados, porém essa aproximação é aceitável para os propósitos do estudo, e o erro residual pode ser considerado desprezível.

Por meio da Tabela 4, é possível contestar, em certa medida²⁴, a posição de Mbabia (2014), tendo em vista a posição relevante da China no comércio com os países africanos francófonos. Nesse sentido, é possível que haja ainda fortes laços culturais e históricos, mas esses laços não mais se traduzem em relações comerciais prioritárias ou quanto à sua magnitude, onde a China já substituiu a França como principal parceira comercial.

Ainda com base nos dados da Tabela 4, é possível identificar os países que são os maiores compradores daqueles países africanos francófonos: China (\$68,03B – 18,2%), EUA (\$31,00B – 8,3%), Índia (\$19,27B – 5,1%), França (\$17,06B – 4,6%) e Itália (\$15,19B – 4,1%). Quanto às origens das importações dos países africanos francófonos, temos: China (\$73,35B – 17,4%), França (\$45,35B – 10,7%), Nigéria (\$25,92B – 6,1%), Bélgica/Luxemburgo (\$24,94B – 5,9%) e Holanda (\$19,98B – 4,7%).

Será realizada uma análise mais detalhada nos países que apresentaram, além da balança comercial positiva em 2017, um melhor retrospecto econômico de acordo com os dados da OEC (Simões e Hidalgo, 2011), para apreciar o interesse das principais potências nas economias da Costa do Marfim, do Gabão e do Congo. A citada análise consta do Anexo D.

3.2.2 Os países lusófonos

Compreendem os países lusófonos africanos pertencentes à ZOPACAS: Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Com base nos dados da Tabela 5, é possível identificar os importantes laços econômicos que ainda são mantidos com a antiga metrópole, Portugal, em que pese esse país já ter perdido a primazia das relações em termos práticos e de volume negociado com os países lusófonos da ZOPACAS.

Os países que apresentam economia mais bem estabelecida, apresentando balança comercial superavitária (Angola e Guiné Equatorial), estão sendo tratados com atenção pela China, que se transformou em seu principal

²⁴ É preciso considerar que os dados de OEC (2017) são posteriores ao trabalho de Mbabia (2014).

parceiro comercial.

Ainda com base nos dados da Tabela 5, é possível identificar os países que são os maiores compradores daqueles países africanos lusófonos: China (\$183,15B – 42,3%), EUA (\$58,02B – 13,2%), Índia (\$40,92B – 9,5%), Espanha (\$19,12B – 4,4%) e França (\$16,29B – 3,8%). Quanto às origens das importações dos países africanos francófonos, temos: Portugal (\$29,53B – 17,9%), China (\$26,24B – 15,9%), EUA (\$11,10B – 6,7%), África do Sul (\$9,27 – 5,6%) e Brasil (\$7,79B – 4,7%).

De forma similar ao que foi feito para os países com melhores indicadores econômicos do grupo francófono, será realizada uma análise mais detalhada para Angola e para a Guiné Equatorial. A citada análise consta no Anexo E.

3.2.3 Os países anglófonos

Os países que fazem parte da comunidade africana anglófona da ZOPACAS são os seguintes: África do Sul, Gâmbia, Gana, Libéria, Namíbia, Nigéria e Serra Leoa.

Tendo por base os dados da Tabela 6, é possível perceber que os países anglófonos pertencentes à ZOPACAS apresentam a tendência de estabelecer relações comerciais mais intensas com os membros da “Commonwealth”, tendo a Índia, o Reino Unido e a África do Sul importantes relações comerciais, em que pese ser a China a principal parceira comercial também desse grupo de países.

Ainda com base nos dados de OEC (Simões e Hidalgo, 2011), é possível identificar os países que foram os maiores compradores daqueles países africanos anglófonos ao longo da última década: EUA (\$182,22B – 11,0%), Índia (\$162,35B – 9,8%), China (\$112,08B – 6,8%), Reino Unido (\$66,89B – 4,7%) e Espanha (\$52,19B – 3,1%). Quanto às origens das importações dos países africanos francófonos na última década, temos: China (\$245,40B – 18,3%), EUA (\$98,13B – 7,3%), Alemanha (\$66,91B – 5,0%), Índia (\$62,01B – 4,6%) e Arábia Saudita (\$39,96B – 3,0%).

De forma análoga ao que foi realizado quanto aos países francófonos e lusófonos, será feito um melhor detalhamento a respeito dos países com melhor desempenho econômico: a Nigéria e a África do Sul. A citada análise consta do

Anexo F.

3.3 O INTERESSE BRASILEIRO NA ÁFRICA DA ZOPACAS

O Brasil tem conexões seculares com a África ocidental. Significativa parcela dessas conexões históricas, no entanto, fazem parte de um passado que mancha de vergonha o presente, pois foi pautada no tráfico de escravos africanos para o Brasil. Com o fim desse comércio, observou-se a criação de um hiato nas relações do Brasil com a África, de décadas, principalmente porque a retomada de relações, desta vez entre países independentes, só voltou a acontecer após os movimentos de independência após a metade do Século XX.

As tensões pós-Guerra Fria foram aos poucos se distendendo, o que facilitou o posicionamento dos países em relação aos países africanos, que foram, durante algum tempo e de maneiras distintas, expostos a uma política de influência das potências dicotômicas EUA e URSS.

O Brasil, que já havia criado condições favoráveis ao relacionamento com Angola e Moçambique, por ter reconhecido a independência desses países antes dos demais países do Ocidente, via-se em um meio a uma disputa interna quanto a diferentes visões de alinhamento com a África, disputas entre as visões político-diplomáticas, as econômicas e as estratégico-militares. Segundo Miyamoto (2011):

[...] dependendo das conjunturas internas e externas, e dos grupos que se revezaram no poder, concepções de mundo distintas foram observadas. Cada governante preferiu enfatizar uma ou outra alternativa, escolher ou ampliar parcerias, repensar novas oportunidades, e como realizar a inserção internacional do Brasil de forma cada vez mais favorável. Assim, a percepção que vigorou no país, sobre o que a África poderia representar para os interesses brasileiros, enfrentou dificuldades de entendimento de como e por onde negociar com aquele continente.

Os países de língua portuguesa foram os primeiros a receber atenção do Brasil. Angola se destacou como a parceira preferencial e inicial, tendo recebido especial atenção da Petrobrás e, posteriormente, da Odebrecht, quando iniciou a construção da hidrelétrica de Capanda em 1984.

O Brasil realizou uma verdadeira ofensiva diplomática no sentido de efetuar uma aproximação com a África, onde iniciativas propriamente políticas, de promoção comercial e de cooperação técnica e econômica tiveram papel

relevante. Segundo Veiga (2013, p. 4):

as motivações brasileiras para esta ofensiva são variadas e todas encontraram abrigo no discurso de política externa do governo Lula. A ênfase renovada na cooperação Sul-Sul como vetor prioritário de inserção internacional e de afirmação política do Brasil no cenário global e a promoção de interesses econômicos e empresariais brasileiros.

Atualmente, as relações comerciais Brasil-África se pautam em um formato de concentração geográfica. Veiga (2013), com dados de 2008/2010, mostra que os três principais mercados de destino respondiam por 48% das exportações brasileiras; os cinco primeiros, por 68%; e os dez primeiros, por 85%. Com relação à concentração geográfica propriamente dita, essas exportações brasileiras dirigem-se, em grande medida, para alguns poucos países da ZOPACAS e para o norte da África. Os dados mais recentes do comércio Brasil-África têm mostrado variações no volume das negociações, mas sem alterações significativas na citada concentração. Para Dib (2018):

o Egito se consolidou como o maior destino para os produtos brasileiros no continente africano. [...] O mercado egípcio absorveu 25% de todas as exportações brasileiras para os países africanos. Também se destacaram a **África do Sul** (US\$ 563 milhões), Argélia (US\$ 432 milhões), **Nigéria** (US\$ 259 milhões) e Marrocos (US\$ 200 milhões). Em relação às importações brasileiras, mesmo com uma retração de 37,5% nas vendas, a Argélia foi o principal fornecedor, com um total de US\$ 678 milhões, seguida pela **Nigéria** (US\$ 373 milhões e alta de 83,0%), **África do Sul** (US\$ 266 milhões e aumento de 53,8%), Marrocos (US\$ 240 milhões, com queda de 15,4%) e Gana (US\$ 106 milhões e recuo de 23,3% nas vendas para o Brasil). (Grifo meu).

As relações econômicas brasileiras com a África chegaram a um ponto de amadurecimento, quando as empresas passaram a compreender melhor o terreno de atuação, suas possibilidades, limitações, vantagens e desvantagens. Os principais problemas citados pelas empresas nos estudos de viabilidade de negócios nos países africanos são: ambiente institucional (associado a procedimentos pouco claros na implementação das regras ou do marco jurídico existente, que poderíamos classificar como risco regulatório); mão de obra (a baixa qualificação da mão de obra); fornecedores locais (não há uma política que condicione a aquisição de insumos locais, e nem que promova a formação de redes logísticas locais); energia elétrica, infraestrutura e conexões de transportes (precariedade da infraestrutura dos países, que leva à necessidade de solução de problemas logísticos pelas próprias empresas); financiamento (um problema para as construtoras e empresas industriais, que dependem de financiamento

governamental); e a concorrência chinesa (que afeta diretamente as empresas construtoras brasileiras) (VEIGA, 2013, *passim*).

A África não é um continente homogêneo a respeito das possibilidades para se fazer negócios. Enquanto que se encontrou um ambiente de negócios estável no norte do continente, nos países petrolíferos, o mesmo não aconteceu com a África subsaariana, que apresentou e apresenta sérias dificuldades econômicas e institucionais para a atuação das empresas brasileiras. A exceção foi a África do Sul, uma das economias mais desenvolvidas do continente, que foi *locus* de alguns projetos e atividades de firmas brasileiras, mas que não funcionou como plataforma de expansão das atividades dessas empresas (VEIGA, 2013, *passim*).

O ambiente de negócios, em complementação, depende também da capacidade de os países terem crédito para realizar investimentos de maior vulto. Nesse sentido, as operações de cooperação econômica e financeira, para o Brasil, envolvem ações perdão da dívida, o crédito às exportações em termos concessionais e as doações em dinheiro, sendo esta última um caso de caráter excepcional. De acordo com Veiga (2013):

foram já perdoadas as dívidas de Cabo Verde, de Moçambique e da Nigéria, e está em negociação o perdão/renegociação das dívidas da Guiné-Bissau, República do Congo, Senegal, Tanzânia e Zâmbia. O perdão ou renegociação da dívida é uma condição para poder avançar com novos empréstimos por parte das instituições bancárias brasileiras e há portanto interesse, dadas as oportunidades de investimento que se apresentam na África, em desbloquear a situação.

O processo de perdão de dívidas externas depende de aval do Congresso Nacional. As reações internas, no Brasil, de sua população, são contrárias a esses processos, principalmente porque favorece países com histórico de perpetuação de oligarquias no poder e de práticas lesivas dos direitos humanos. Leal (2013) ilustra essa indignação popular:

Como se o Brasil fosse um país credor internacional e não tivesse uma dívida pública de quase R\$ 2 trilhões, a presidente Dilma Rousseff em visita à Etiópia na África prometeu perdoar ou reestruturar quase US\$ 900 milhões em dívidas de 12 países africanos com o Brasil. [...] Produtores rurais protestaram em Natal contra a atitude de Dilma Rousseff de perdoar US\$ 900 milhões em dívidas de 12 países africanos. “A dívida dos africanos foi perdoadada. Perdoa a dívida dos agricultores do Nordeste, Dilma!” , dizia uma das faixas.

Feitas as devidas considerações a respeito de ambiente de negócios e o próprio ambiente institucional, a literatura mostra o interesse brasileiro para três

países africanos membros da ZOPACAS. Por ordem alfabética temos: a África do Sul, Angola e Nigéria. Para Miyamoto (2011), referente à África do Sul, a posição de similaridade do papel que o país representa, no continente africano, assemelha-se ao que o Brasil representa na América do Sul, gerando, com isso, uma série de posicionamentos convergentes. Essa agenda em comum gerou a possibilidade, inclusive, de cooperação na área militar, com o intuito de desenvolver o míssil A-Darter. Angola, por sua vez, se mostra como sendo o país africano com maior percentual de financiamentos recebidos nos últimos anos. Para Vilas-Bôas (2011), apud Veiga (2013), Angola é o principal receptor de investimentos brasileiros no continente africano. O país é valorizado por ter ainda grande necessidade de investimentos, além de recursos naturais, como hidrocarbonetos, pedras preciosas e outros minerais, recursos hídricos e terras cultiváveis, entre outros. Já a Nigéria, aparece como objeto do interesse brasileiro na pauta econômica por ser o principal fornecedor de petróleo, na África (MIYAMOTO, 2011; VEIGA, 2013, p.8).

3.4 AVALIAÇÃO DE RISCO

Após a apreciação parcial dos principais países africanos que são Estados-membro da ZOPACAS, do ponto de vista político-econômico, e sobre questões a respeito dos interesses brasileiros presentes nas relações com esses países, e que podem sofrer alguma interferência negativa a partir da influência de potência extrarregional sobre o país, será conduzida uma avaliação do risco atribuído a essa possibilidade.

3.4.1 METODOLOGIA

Para mensurar, com grau de objetividade aceitável, o risco da interferência de alguma potência extrarregional sobre os interesses brasileiros em determinado país africano membro da ZOPACAS, com possibilidade de reduzir a sensação de segurança da região e de antagonizar os interesses brasileiros na região, será calculado por meio de um índice que considerará o valor de uma média ponderada a respeito dos seguintes quesitos: qualidade do ambiente de negócios (peso 7); influência do país no seu entorno (peso 8); grau de aceitação

de projetos estratégicos entre o Brasil e o país em questão (peso 10); facilidade de investimentos/financiamentos (peso 7); importância das relações entre os países (peso 8); e influência do país sobre a segurança da ZOPACAS (peso 10). As notas serão atribuídas por meio de valores inteiros, de um a cinco, com a seguinte correlação: muito baixo (valor = 1); baixo (valor = 2); moderado (valor = 3); alto (valor = 4); e muito alto (valor = 5).

3.4.2 RESULTADOS

Com base na pesquisa até então realizada, foi confeccionado a Tabela 7, que expõe a lista de risco decrescente da seguinte forma: África do Sul, com média 4,5; Nigéria, com média 4,0; Angola, com média 3,8; Costa do Marfim, com média 3,5; Congo, com média 2,8; Gabão, com média 2,6; e Guiné Equatorial, com média 1,9. Essa classificação está, em certa medida, coerente com o que já se apresentava do estudo da revisão bibliográfica.

Dessa forma, após se obter, de forma objetiva, a definição de qual país africano da ZOPACAS seria responsável por uma influência negativa aos interesses brasileiros e de segurança da região, caso seja objeto de influência de potências extrarregionais que atuem no sentido de antagonizar os esforços brasileiros, será realizada, no próximo capítulo, um estudo abreviado sobre essas ações das principais potências extra-regionais que atuam na África e, mais pormenorizadamente, na África do Sul.

3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste terceiro capítulo, que finaliza a “Revisão Bibliográfica”, foi realizada uma abordagem introdutória sobre o continente africano, com um histórico resumido, para possibilitar o entendimento do modo como as relações entre os Estados-membros africanos da ZOPACAS se processam na atualidade, principalmente de acordo com a visão de Hernandez (2008). Foi possível relembrar alguns dos fatos históricos mais importantes referentes à colonização e exploração da África, e relacionar determinados comportamentos das nações com as suas origens, confirmando certos aspectos da teoria dos “laços que unem”, de Singer (1972).

Ao reconhecer a sequência temporal dos principais eventos político-econômicos dos países africanos membros da ZOPACAS, responsáveis pela formação de nações subdesenvolvidas, economias arrasadas e Estados falidos, foi possível compreender os motivos para a formação de poucos sub-complexos regionais de segurança no continente, tendo o sub-complexo da África Austral sob a liderança da África do Sul como um dos poucos exemplos incontestes, e a situação da existência de protocomplexos de segurança, como é o caso da região da África Ocidental, onde se espera um maior desenvolvimento dos países e uma verdadeira arrancada da Nigéria rumo ao protagonismo que dela se aguarda, de acordo com Buzan e Wæver (2003).

O realce dos países mais importantes, de acordo com uma análise político-econômica, foi base para a descrição de pontos fortes e deficiências desses países, selecionados dentro de um contexto de identificação cultural e linguística, a saber: Costa do Marfim, Gabão e Congo, dentre os países francófonos; Angola e Guiné Equatorial, dentre os países lusófonos; e Nigéria e África do Sul, dentre os países anglófonos.

Com base em critério objetivo, foi compilada a Tabela 7, por meio da qual se estabeleceu a África do Sul como o país que poderá representar maiores danos aos interesses brasileiros no âmbito da ZOPACAS, caso seja alvo de ações de potências extra-regionais com propostas antagônicas em relação ao Brasil e à manutenção da paz e cooperação no Atlântico Sul.

4 A AÇÃO DAS POTÊNCIAS NA PORÇÃO AFRICANA DA ZOPACAS

4.1 AS POTÊNCIA EXTRARREGIONAIS

A África voltou à agenda internacional do Ocidente, no final da primeira década do Século XXI, após ter sido objeto da atenção de outras potências ao longo dos últimos trinta anos, atenção essa que ficou despercebida por muitos, mas que gerou mudanças significativas no continente. Para Visentini (2014):

[...] sem que as potências europeias e os EUA dessem a devida importância, [...] a China, a Índia e, logo, o Brasil passavam a interagir com maior intensidade econômica e política com o continente africano. E foram seguidos por outras potências emergentes como Turquia, Irã, Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Malásia, entre outras. Os efeitos não se fizeram esperar, com a África apresentando, desde a virada do século, níveis de crescimento econômico acima da média mundial.

A partir da crise de 2008²⁵, houve um processo de retorno da atenção das “Potências do Norte e EUA” para a África, com o aumento das atividades comerciais, políticas, diplomáticas e militares no continente, numa clara mistura do emprego de *Soft Power* e *Hard Power* (VISENTINI, 2014).

Com base nos dados de Simões e Hidalgo (2011), foi verificado que a China, os EUA e a Índia são os três principais parceiros comerciais do conjunto dos países africanos da ZOPACAS na última década, sendo possível inferir uma conexão direta do engajamento econômico desses países com o potencial de influenciar o ambiente político dos países africanos em análise. Essas potências serão objeto de uma análise sobre a influência que têm exercido no Atlântico Sul e na África, ao longo dos últimos anos, com um enfoque, em especial, para a África do Sul, pelas razões já comentadas no capítulo anterior.

De maneira complementar, será feita uma abordagem para a atuação da Rússia, que embora não esteja relacionada entre os principais parceiros comerciais dos países africanos, de acordo com os dados Simões e Hidalgo (2011), tem usado sua influência de outras formas, especialmente por meio de uma política que privilegia o comércio de armamento e de serviços ligados à matriz energética nuclear.

²⁵ Crise conhecida como “Bolha Imobiliária” dos EUA.

4.1.1 OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A política externa dos EUA, nas últimas décadas, tem sido moldada por um processo de acomodação aos ditames de uma Nova Ordem mundial, cujas características, para Góes et al (2017), são: a) cenário militarmente unilateral (inconteste hegemonia norte-americana); b) contexto economicamente tetradimensional (EUA, União Europeia, China e Japão); e c) ordem geopoliticamente multipolar. No tecido dessa nova ordem internacional, os EUA têm assumido uma postura mais isolacionista, ao mesmo tempo em que aumenta a sua intervenção em diversas partes do planeta, seja por meio do *Hard Power* (Iraque, Afeganistão, Síria, entre outros) como por meio do *Soft Power* (na conquista de mercados e mentes), que é também o caso da África.

No campo militar, os EUA ativaram o Comando dos Estados Unidos para a África (U.S. AFRICOM), em 2007. Além disso, as Forças Armadas estadunidenses contam com comandos específicos relacionados ao Atlântico Sul e à costa oriental africana. Para o Atlântico Sul, há o Comando da Quarta Esquadra, ativado em 2008, este com responsabilidade sobre o litoral da América do Sul (Pacífico e Atlântico). Para a costa africana concorrem dois comandos, o Comando da Sexta Frota, que é responsável pela Europa, Mediterrâneo, costa ocidental da África e parcela da costa oriental, tendo o limite norte com a Somália. A porção norte da costa oriental africana fica sob a responsabilidade da Quinta Esquadra. Esses aparatos organizacionais das Forças Armadas estadunidenses representam, efetivamente, a importância que os EUA estão dando aos seus interesses nas regiões. Para Poggio e da Silva (2010), no tocante às preocupações com a recente ativação da Quarta Esquadra, não se tratou de afronta à segurança ou soberania brasileira no Atlântico Sul, uma vez que, para o atingimento de seus objetivos estratégicos, os EUA independem da Quarta Esquadra, que foi criada com o intuito de gerar melhorias na formação organizacional das Forças Armadas estadunidenses. Por sua vez, a criação do AFRICOM está associada à política de proteção das linhas de comunicação logística dos EUA, especialmente no tocante à segurança energética representada pela importação de petróleo. Um detalhamento da organização das

Forças Armadas estadunidenses, em termos de comandos e responsabilidades de áreas no exterior, pode ser encontrado em Poggio e da Silva (2010).

Nesse diapasão, observa-se que os EUA, por representarem a hegemonia militar incontestada da atualidade, têm a capacidade de interferir no cenário geopolítico da ZOPACAS. No entanto, dado o baixo grau de preocupação quanto às ameaças que a região representa para os EUA, uma interferência ligada ao *hard power* é baixa. É esperado um incremento das ações dos EUA associadas ao controle de área marítima e ações contra a pirataria na região do Golfo da Guiné, como forma de assegurar suas linhas de suprimento de petróleo.

No tocante aos aspectos econômicos, o relacionamento dos EUA com os países africanos da ZOPACAS tem sido marcado pela baixa diversidade qualitativa do seu portfólio de importações, concentrado nos produtos ligados ao petróleo. Em 2012, os EUA divulgaram a sua estratégia para a África Sub-Sahariana (United States. Department of State, 2012), onde alegam que a África é uma região de crescentes oportunidades e promessas, tanto para a África quanto para os EUA. Defendem, no documento, quatro bases para essa estratégia: (1) o fortalecimento das instituições democráticas; (2) estimular o crescimento econômico, o comércio e o investimento; (3) avançar em assuntos de paz e segurança; e (4) promover o desenvolvimento e oportunidades. O documento é “genérico” e não trata da África do Sul em particular.

Em documento mais atualizado e específico, o Departamento de Estado dos EUA (United States. Department of State, 2020) mostra que as relações entre o país e a África do Sul têm se fortalecido, tanto no sentido político quanto econômico. Afirma que a África do Sul é o maior parceiro econômico estadunidense na África, com um total de comércio bilateral na ordem de US\$ 14 bilhões, em 2018, e que aproximadamente seiscentos escritórios de negócios estadunidenses operam na África do Sul, com a maioria utilizando o país como base central de suas atividades. Os dados referentes ao comportamento da balança comercial desfavorável aos EUA, referente ao ano de 2018, segundo EUA (United States. Department of State, 2019), seguem a tendência mostrada na Tabela 6.

Gaspard (2014) afirmou que o sucesso das relações comerciais para o ambos os países está baseado em três pilares: saúde, educação e empregos. Nesse sentido, mostrou que os investimentos estadunidenses têm alavancado a

economia sul-africana e que os benefícios têm sido mútuos. Programas governamentais estadunidenses, tais como o *African Growth and Opportunity Act*²⁶ (AGOA), têm sido responsáveis por um incremento da qualidade de vida na África do Sul.

Friend e Fanger (2018) consolidam essas visões do ponto de vista militar e econômico ao afirmar que a atuação estadunidense na África, atualmente, serve a dois propósitos principais: obter lucro e competir com a China. No entanto, o artigo serve como uma crítica à reduzida atenção dada à África no contexto da *National Security Strategy*²⁷ (NSS) e da *National Defense Strategy*²⁸ (NDS), tendo em vista as evidentes atuações de potências como a Rússia e a China, no continente africano, representando ameaças aos interesses dos EUA. Essa aparente desconexão dos discursos dos documentos de alto nível da Segurança e Defesa, especialmente por tratar com pouca amplitude os assuntos relativos à África, a segurança continental, e à garantia da manutenção de linhas de suprimentos, pode gerar falta de alinhamento nas políticas e estratégias decorrentes. Tal observação de Friend e Fanger (2018) guarda relação ao que foi tratado, no capítulo 2, sobre a exclusão do termo “Inteligência de Defesa” na PND e na END em vigor.

Um contraponto à atividade estadunidense na África está sendo analisada sob a ótica da redução dos efetivos militares no continente. Para Schmitt e Gibbons-Neff (2020):

Enquanto o Pentágono avalia suas opções, o Kremlin continua avançando no continente. Por fim, a grande competição pelo poder se traduz nas tentativas dos Estados Unidos de alavancar seu peso como uma superpotência militar e econômica, ainda que às vezes opere com lentidão burocrática, contra a capacidade da China e da Rússia de enviar dinheiro, tropas e material com velocidade - e pouca ou nenhuma supervisão.

Considera-se, então, que os EUA, apesar de deterem capacidade para interferir nos interesses brasileiros tanto na ZOPACAS quanto, especificamente, na África do Sul, não representam ameaça iminente em grau elevado a esses interesses. A preocupação mais relevante dos EUA mostra-se com a manutenção dos níveis de segurança adequados para suas linhas de suprimento de petróleo e derivados; a limitação da ação de grupos terroristas no continente; e a contenção

²⁶ Lei de Crescimento e Oportunidades para África (tradução do autor).

²⁷ Estratégia de Segurança Nacional (tradução do autor).

²⁸ Estratégia de Defesa Nacional (tradução do autor).

da ação influenciadora da China e Rússia na região.

4.1.2 A RÚSSIA

A ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) teve um papel importante no processo de descolonização da África, na segunda metade do século XX. Essa importância diminuiu após o colapso do regime socialista, em 1991. No entanto, a imagem positiva da Rússia se mantém forte na maioria dos países africanos, que têm motivos e interesses para uma reaproximação com Moscou (BRITTES et al, 2012). Essa reaproximação tem por característica o “pragmatismo inteligente”. A posição russa, para Lechini (2012), é a seguinte:

A ideia é “economizar” as relações diplomáticas e não intervir na política interna, mantendo o respeito por suas independências e pela integridade territorial, sob o amparo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em que pese não estar listada entre os maiores parceiros comerciais com os países africanos da ZOPACAS, de acordo com as Tabelas 4, 5 e 6, a Rússia vem desenvolvendo novos negócios e surge no horizonte como uma potência em expansão no continente, quando se refere a contratos na área de defesa, e de energia nuclear para fins pacíficos, após superarem uma série de medidas catastróficas para a relação Rússia-África, empreendidas durante o governo Léltsin, quando houve, inclusive, a cobrança das dívidas que foram adquiridas com a antiga URSS (BRITTES et al, 2012).

O novo formato de aproximação da Rússia com o continente africano tem uma singularidade de focar sua atenção nas necessidades individualizadas de cada país, ao relegar a segundo plano as negociações com blocos. Para Moore (2020):

A Rússia, como a China, possui competências únicas adequadas às necessidades de cada país africano. E, embora não possua um talão de cheques do tamanho da China e dos dólares de desenvolvimento dos EUA ou da UE, ainda é um participante global significativo. A Rússia não se envolve com o continente africano como uma unidade, mas individualmente com 54 estados relativamente pequenos. O fato de os recursos da Rússia não coincidirem com os da China ou da Europa é irrelevante quando comparado à sua força relativa em relação a governos africanos menores e mais fracos. Essa disparidade e as necessidades do continente garantem um espaço para a Rússia na África, particularmente na esfera da defesa.

Esse enfoque de Moscou nas suas relações com a África tem garantido

sucesso. A retomada de investimentos, por meio do encontro de Sochi, em 2019, gerou nova onda de investimentos russos na África. A Figura 13 mostra o Presidente Putin com seus convidados, líderes de importantes países africanos que compareceram ao encontro, local onde foram fechados negócios na ordem de U\$ 12 bilhões, principalmente na área de defesa.

A Rússia, por meio dessa “ofensiva” na África, intenciona recuperar o tempo perdido, relativo ao período em que deixou suas relações com a África em segundo plano. Além disso, pretende mesclar a sua política externa com uma abordagem multidimensional que combina prioridades geopolíticas com uma agenda geoeconômica (LECHINI, 2012). Para Adibe (2019), o comércio da Rússia com a África, entre 2005 e 2015, cresceu 185%. Ele apresenta os seguintes motivos para esse engajamento mais efetivo: (1) projetar poder no cenário internacional; (2) acesso a matérias primas e outros recursos naturais; (3) exportar armas e segurança; e (4) facilitar o desenvolvimento dos países por intermédio de empresas russas, especialmente na área de energia.

Esses movimentos geopolíticos não têm passado despercebidos. Há acusações de que a Rússia tem vendido armas na África para obter apoio político em fóruns internacionais, inclusive na ONU. Além disso, as relações comerciais com a Rússia não seguem certos ditames ligados à observação dos Direitos Humanos. Esse detalhe, que é um empecilho para aquisições junto aos EUA e UE, não ocorre com as aquisições junto a Moscou, e se ajusta muito bem a determinadas necessidades dos países africanos (ADIBE, 2019).

As empresas russas de mineração têm obtido sucesso em controlar essa atividade em diversos países, assegurando o acesso a recursos minerais importantes para Moscou. A empresa estatal de energia nuclear russa, a Rosatom, por sua vez, assinou acordos diversos de desenvolvimento da energia nuclear com dezoito países africanos, incluindo o Egito, Gana, Quênia, Zâmbia, Ruanda, Nigéria e Etiópia (LECHINI, 2012; ADIBE, 2019).

Outro pilar da influência russa, na forma de *soft power*, é a educação, por meio do intercâmbio de estudantes. Segundo dados apresentados por Hakan Fidan e Bülent Aras (2010), apud Brites (2012):

no ano de 2007, 4.500 estudantes africanos foram educados na Rússia, e 50% deles foram financiados com o orçamento federal do país. Nos anos de 2007 e 2008, 800 bolsas de estudos foram reservadas a estudantes africanos no orçamento da Rússia.

Dados mais recentes desses intercâmbios mostram que o número de estudantes africanos na Rússia não apenas irá atingir os níveis da época da Guerra Fria, como irá superá-los. De acordo com Waruru (2019), entre 2010 e 2018, o número de estudantes africanos que estudam nas universidades do país aumentou em 130%, de 6.700 para 15.000, com base no Anuário Estatístico Federal da Rússia.

Do ponto de vista da interferência militar, a situação é diversificada. Para Lechini (2012):

[...] a Rússia voltou a vender armas para a África, pois, como resquício da Guerra Fria, muitos exércitos africanos dependem do abastecimento e das tecnologias soviéticos. Neste sentido, há um *trade-off* entre armas e petróleo: os africanos transferem parte das ações de suas empresas de energia para os russos ou os autorizam a gerir seus recursos minerais em troca de armas.

A Figura 14 mostra a extensão da influência russa no continente africano, e as suas vertentes no terreno. Para Mil (2019), a Rússia assinou mais de dezesseis contratos de cooperação militar na África, após 2014. Reforçou ainda que, em 2017, 13% das vendas de armas da Rússia, no total de U\$ 8,65 bilhões foram para a África, de acordo com dados do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo²⁹. A venda de serviços de mercenários também integra a agenda comercial russa, e esses serviços têm obtido grande aceitação no continente africano. Moçambique, República Centro-Africana, Sudão e Líbia estão entre os consumidores mais recentes.

A África do Sul está entre as áreas de interesse da Rússia. O relacionamento entre os países tem se fortalecido e o Presidente Sul-africano, Cyril Ramaphosa, declarou, em Sochi, que:

A área de livre comércio na África representa uma oportunidade para os países africanos participarem com a Rússia de maneira significativa e isto para nós é muito importante. A África do Sul permanecerá empenhada na relação estratégica com a Federação Russa (RAMAPHOSA, 2019).

Para África do Sul (2019), a aproximação russa reforça a intenção de Moscou de aumentar sua influência e a venda de armas para o continente africano. A presença recente de bombardeiros estratégicos russos, às vésperas do encontro de Sochi, que pousaram em Pretória, em suposta missão de treinamento, é um sinal expressivo dessa intenção. Pouco tempo depois, as

²⁹ Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI.

Forças Armadas da África do Sul emitiram comunicado anunciando que a Marinha Sul-Africana seria anfitriã das marinhas da Federação Russa e da República Popular da China para um exercício que focaria a economia marítima, interoperabilidade e o reforço de relações entre as forças participantes.

SA Navy (2019) e Hutson (2019) confirmaram a intenção da condução dos exercícios entre a África do Sul, a China e a Rússia. A Marinha russa foi representada por três navios: o Cruzador “Marshal Ustinov”, acompanhado do rebocador “Project Sliva” e do Navio tanque “Vyazma”. A Marinha chinesa se fez presente com sua Fragata Weifang. Tal exercício, inédito, poderá ter consequências negativas para a ZOPACAS, tendo em vista a inserção de potências extrarregionais no Atlântico Sul, o que pode ser fator de desbalanceamento do poder na região.

Uma análise global sugere, portanto, que a Rússia tem capacidade de interferir nos interesses brasileiros tanto na ZOPACAS quanto, de modo particular, na África do Sul. Contudo, avalia-se que a preocupação iminente da Rússia seja realizar operações que lhe traga lucros, sejam financeiros ou políticos. A área do Atlântico Sul, historicamente, não tem sido objeto de interferência de Moscou, e é possível fazer uma previsão de que continue assim nas próximas décadas, fazendo com que a região não seja afetada diretamente pelo poderio militar russo.

As relações da Rússia com a África do Sul, por outro lado, têm se intensificando. Foi a Rússia a mentora da inclusão da África do Sul no BRICS, e está em andamento um lento processo de venda de uma central nuclear russa para ser a segunda central nuclear na África do Sul. Os entendimentos foram relativizados, recentemente, em função de medidas de economia impostas pelo governo do Presidente Cyril Ramaphosa (CORNISH, 2019; WEISS e RUMER, 2019). Espera-se que qualquer parceria na área nuclear entre os países não interfira nas negociações brasileiras a respeito de intercâmbio de material nuclear com fins pacíficos (medicinais), conforme citado no Anexo F.

4.1.3 A ÍNDIA

A Índia, um país que se apresenta ao mundo como uma potência regional repleta de contrastes, sejam econômicos, sociais ou políticos, é atualmente um

dos maiores parceiros comerciais da África, perdendo apenas para a China. O país tem uma relação histórica com o continente africano marcado por períodos alternados de maior ou menor intensidade dos contatos políticos e econômicos.

De acordo com Schalit (2019):

O engajamento indiano com África tem envolvido operações de paz, bolsas de estudo, ajuda humanitária, e investimentos públicos e privados. Esse envolvimento tem relação histórica de aproximadamente meio século tem suas raízes na Conferência de Bandung³⁰, ocorrida em 1955, que criou o espírito da cooperação sul-sul.

Esse posicionamento foi também abordado por Schwikowski (2019), que comentou sobre os altos e baixos desse relacionamento entre a África e a Índia. Para ela, “a Índia e a África haviam forjado laços por causa de sua história colonial, mas nas últimas décadas seu relacionamento havia definhado”. Apenas com a liberalização da economia indiana, na década de 1990, que um novo horizonte de intenso comércio com a África se formou. Inicialmente, os países das porções leste e sul do continente foram as mais beneficiadas desse relacionamento, devido aos laços históricos, o que nos faz lembrar, mais uma vez, da visão de Singer (1972). É importante considerar que mais de três milhões de pessoas de origem indiana vivem na África, sendo que mais de um milhão dessas pessoas têm a África do Sul como sua nação (SCHWIKOWSKI, 2019; WAGNER, 2019).

Lechini (2012) afirmou que, após as reformas econômicas de 1991, a política externa da Índia tornou-se pragmática, guiada pela “diplomacia *soft power*”, pelo comércio e pela ajuda externa. As áreas prioritárias desse relacionamento estão pautadas na capacitação, desenvolvimento de infraestrutura agrícola, segurança alimentar e energética, saúde e cooperação tecnológica.

Schwikowski (2019) evidencia que a força motivadora do rápido crescimento do comércio Índia-África é o apetite do subcontinente indiano por commodities e recursos naturais, especialmente petróleo para as demandas crescentes por energia da Índia. O comércio se processa com as exportações africanas de óleo cru, ouro, carvão e outros minerais, enquanto que a Índia

³⁰ Encontro para países africanos e asiáticos realizado em Bandung, Indonésia, entre 18-24 de abril de 1955, organizada por Indonésia, Burma, Sri Lanka, Índia e Paquistão, para tratar de diversos temas relevantes para os países do Terceiro Mundo, com ênfase para questões da descolonização (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2020b).

exporta petróleo refinado e produtos farmacêuticos, com ênfase nos medicamentos retrovirais para o combate ao HIV.

Schaffnit-Chatterjee (2015) ressalta que a Índia está comprometida com a construção de relacionamentos mais duradouros, políticos e econômicos, com a África. A Índia iniciou a participação em fóruns específicos para debater tais temas. Nesse sentido, “a Cúpula Índia-África foi iniciada em 2008 para fortalecer as relações bilaterais e reduzir a dependência da Índia na Europa e na América do Norte”. Do ponto de vista militar, afirma que:

Os estados costeiros da África Oriental (da Somália à África do Sul, incluindo as ilhas) são os principais parceiros nos esforços da Índia para estabelecer liderança no Oceano Índico - no combate à pirataria, na segurança de rotas marítimas e na redução de desastres. A Índia também é um dos maiores contribuintes para a manutenção da paz e outras operações mandatadas pela ONU na África, com mais de 30.000 pessoas envolvidas desde 1960.

Da perspectiva naval, em 2006 o Chefe do Estado-Maior da Armada indiana, Almirante Sureesh Mehta, definiu a extensão do “Grande Entorno Estratégico” indiano, que ia da Venezuela até a ilha russa de Sakhalin, conforme citado por Jaishankar (2012). Essa afirmação surpreendeu a muitos, por dimensionar uma extensa área que faz parte do esforço de consciência situacional marítima da Índia. Esse esforço tem se mostrado necessário para preservar os interesses do país, dependente de uma série de linhas de comunicações marítimas de abastecimento. Nesse sentido, a Índia tem se valido de uma estratégia pragmática e com pleno emprego do *soft power*, com a formação de relacionamentos geradores de benefício mútuo (ganha-ganha).

Segundo Brites et al (2012), a respeito do fórum IBAS (Fórum de Índia, Brasil e África do Sul) e do alinhamento multilateral da política externa indiana para a África, em especial para a África do Sul:

O IBAS tem propiciado para Índia e Brasil, em parceria com a África do Sul, estabelecer projetos de ajuda humanitária, de apoio técnico, de coordenação política e de investimento e comércio, que extrapolam a região sul-africana. Pode se afirmar que este Fórum é o carro-chefe do processo de aproximação com o continente tendo em vista a relevância da África do Sul na região e o formato político do projeto, calcado no desenvolvimento e auxílio mútuo.

Observa-se, deste modo, que a Índia tem desenvolvido uma importante estratégia de inserção no continente africano, mas com uma vertente principal de *Soft Power*, sem demonstrar riscos iminentes aos interesses brasileiros na África

do Sul ou para a estabilidade de ZOPACAS. Os interesses de defesa indianos que têm interseção com o continente africano se mostram ser mais relacionados ao oceano Índico. Não são esperadas interferências da Índia no Atlântico Sul no curto e nem no médio prazo. As participações da Marinha da Índia na área da ZOPACAS têm ocorrido por meio de exercícios e operações navais combinadas, tais como a IBSAMAR³¹, que servem para fortalecer laços de amizade, no lugar de gerar desconfiança ou instabilidade (BRITES et al, 2012).

4.1.4 A China

Stinger (1972) já fazia alusão ao potencial da China, uma vez que estruturasse sua economia de modo mais organizado e planejado, em emergir como uma das maiores potências mundiais, quiçá a maior. Ao longo das últimas décadas, o mundo, atônito, assiste ao surgimento de uma China que deixou para trás sua tradição primária e que, ao aproveitar-se, de modo eficaz e eficiente, das possibilidades geradas pelo processo de globalização, industrializou-se e acumulou divisas. Atualmente, mesmo ainda com vários problemas internos a serem resolvidos, com um alto índice de pobreza de sua população³², a China compete economicamente com a potência hegemônica, os EUA. Nesse sentido, são prognosticados cenários de uma equiparação aos EUA nos campos militar, científico e tecnológico nas próximas décadas.

Menezes (2013) atesta que:

O processo de abertura e reforma iniciado por Deng Xiaoping, que permitiu ao país asiático situar-se como uma das maiores economias do mundo e projetar-se internacionalmente no plano político nos primeiros anos do século XXI, é também acompanhado por uma nova etapa na diplomacia da República Popular, marcada por movimentos de expansão e de reestruturação.

A China tem realizado um processo de expansão de sua economia e de sua influência externa, que se faz presente em vários locais do globo, de modo pragmático, tendo em vista determinadas necessidades de Pequim assegurar alimentação e recursos energéticos e naturais. A relação da China com a África, para o atendimento dessas necessidades, foi paulatinamente intensificada desde o final da década de 1980. Brites et al (2012) mostram que as relações sino-

³¹ Acrônimo de “*India-Brazil-South Africa Maritime*” (Nota do Autor).

³² A China é o país mais populoso do mundo, com mais de 1,37 bilhão de pessoas (Góes et al, 2017).

africanas são envoltas de muita discussão. Muitos acusam a China de um novo colonialismo, com apoio a regimes ditatoriais, quando convém. Além disso, há acusações de que as empresas chinesas são negligentes com o meio ambiente, e que competem injustamente no mercado. Nesse diapasão, Góes et al (2017) afirma que:

Faz-se constar que a China foi o ator extrarregional que mais peso teve no “redescobrimto” da África. A China, na busca por esses insumos a estratégia chinesa para o continente africano contempla uma política ampla, sem se ater a regionalismos, e, principalmente, sem exigir qualquer condicionalidade – política, cultural ou relativa a direitos humanos – para o estabelecimento de acordos comerciais ou investimentos.

Menezes (2013), por sua vez, mostra que a China propaga uma imagem de relações do tipo “ganha-ganha” com seus parceiros africanos. E faz uma alusão aos comentários internacionais à primeira Reunião de Cúpula do Foro de Cooperação China-África (FOCAC), ocorrida em 2006, em Pequim, com a participação de 48 delegações africanas, das quais 41 encabeçadas por Chefes de Estado ou de Governo, quando foram lançadas as bases de um ambicioso projeto de investimentos, de U\$ 5 bilhões, além da projeção de um fluxo comercial entre a China e os países africanos na ordem de U\$ 100 bilhões para 2010. Além disso, o encontro foi usado para a propaganda de uma política externa chinesa baseada no “desenvolvimento pacífico” e de uma “sociedade harmoniosa”.

Da mesma forma que houve uma reação internacional ao Encontro de Sochi, na Rússia, anos mais tarde, o FOCAC também gerou discussões dos principais meios da imprensa internacional, nem sempre de forma positiva. Essas discussões podem fazer parte de uma narrativa que fortalece determinados interesses, ou mesmo de uma verdade inconveniente. O que se observa de concreto, no entanto, por diversas perspectivas, é que a China tem conseguido sucesso na sua política expansionista na África, levando investimentos e colhendo frutos políticos e econômicos nesse novo palco das atenções e disputas da diplomacia mundial.

Em 2013, o Presidente da China, Xi Jinping, lançou um ambicioso plano de investimentos na área de infraestrutura que alavancará o caminho do país em seus projetos de liderança política, econômica, comercial e cultural, em escala mundial, tendo como meta alcançar esse patamar em 2049, ano do centenário da

Revolução Chinesa de 1949, que marcou o início de uma nova fase na história do país. Wekesa (2015) mostra um contraponto à propaganda de investimentos chineses na África por meio dessa nova iniciativa. Para ele, a Nova Rota da Seda chinesa terá maiores impactos para os países asiáticos, não contribuindo, de maneira direta, com os países africanos, exceto por algumas possibilidades em países da costa oriental. Ele afirma que:

Observou-se que a nova Rota da Seda é uma metáfora que considera tangível implementação através de zonas de livre comércio (o TPP para os EUA e a ALCA para China) e veículos financeiros como o Asia Infrastructure Investment Bank. Este representa um desafio, já que - geograficamente falando - a África não pertence a nenhuma área comercial, nem se qualifica expressamente para se beneficiar da infraestrutura do Banco de investimento da Ásia. O mais próximo que a África vai chegar dos fundos propostos será com respeito ao fundo *Silk Road*, de US\$ 40 bilhões - embora, novamente, esses fundos pareçam para projetos nas áreas litorâneas [...] e em direção à Europa (Tradução livre).

Mesmo que os investimentos chineses da Nova Rota da Seda não atinjam a África de maneira tão expressiva quanto gostariam os africanos, não se pode deixar de considerar que a iniciativa do FOCAC e os intercâmbios mercantis entre a China e a África foram importantes para os dois segmentos. Com base nos dados das Tabelas 4, 5 e 6, fica evidente a importância da China como parceira comercial dos países africanos da ZOPACAS. Seja como importadora, especialmente de recursos energéticos, ou como exportadora, a China se transformou na mais importante parceira comercial da África.

Abdenur e Neto (2013) enfatizaram o interesse da China em proporcionar a melhoria da infraestrutura dos países dos quais importa os importantes recursos energéticos e demais *commodities*, tendo como um dos exemplos possíveis a revitalização de ferrovias (no caso de Angola, a *Benguela Railway*). Também consideraram a importância que o Governo chinês tem dado à expressão da multipolaridade mundial, assegurando a participação da China em diversos fóruns e organismos internacionais. Nesse aspecto, ressaltaram o esforço chinês em expandir sua influência, e de participar de organismos internacionais tanto na África como na América do Sul.

Sob a perspectiva de defesa, é interessante observar que a China, além do aspecto de melhorias estratégicas proporcionadas aos países africanos, também vendeu armas no continente, especialmente para a África sub-sahariana.

Abdenur e Neto (2013) citam que, para esses países, a China chegou a superar a Rússia como principal fornecedora. Martinson (2019) defende que a China tem um olhar de médio em longo prazo para incrementar sua participação militar-naval no Atlântico Sul. De forma tímida, a China tem participado de exercícios com a África do Sul, tendo feito bom uso das facilidades logísticas que têm sido dispensadas no porto de Cape Town. No afã de proteger suas linhas de suprimento, e para prover segurança aos seus crescentes interesses no Atlântico, em especial quanto à segurança de seus navios pesqueiros e quanto à complicada área do Golfo da Guiné, a China, aos poucos, está se mobilizando para conhecer o ambiente operacional do Atlântico Sul e para efetivamente operar como uma potência naval no Atlântico.

Sob esse aspecto, Abdenur e Neto (2013) reconheceram que algumas iniciativas multilaterais e regionais não comportam a participação da China, como é o caso da ZOPACAS. A participação da China como um novo e importante ator na região do Atlântico Sul poderá representar um desbalanceamento do poder militar, que poderá gerar consequências imprevisíveis, tendo em vista o estado potencial de reserva com o qual os EUA observam o Atlântico Sul como seu “espaço de influência”.

O aumento do interesse chinês na região está relacionado a investimentos do presente e a possibilidades para o futuro. Sobre isso, Martinson (2019) pontua que:

Em longo prazo, os interesses marítimos da China no Atlântico Sul poderão se expandir para incluir recursos minerais em áreas de alto mar. Desde 2005, navios de pesquisa estatais chineses têm explorado a cadeia Meso-atlântica em busca de depósitos polimetálicos. Se essas explorações se provarem frutíferas, a China poderá solicitar direitos contratuais através Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos [(ISA), da ONU], como em várias áreas do Pacífico e Índico. Embora disponível, provavelmente, daqui a muitos anos, o desenvolvimento de recursos do fundo do mar no alto mar já é um fator considerado no cálculo estratégico da China. Em 2015, a China revisou sua lei de segurança nacional para incluir conteúdo sobre a proteção dos interesses chineses no fundo do mar, em alto mar (tradução livre do autor).

O interesse internacional para as atividades de exploração *off shore* no continente africano é algo já presente e em atividade. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos está finalizando um processo de definição da legislação sobre o tema, que está sendo considerado como uma nova “corrida do ouro”. Na África, em especial, a mineração *off shore* encontra vozes discordantes de

ambientalistas, na Namíbia e na África do Sul, tendo em vista os riscos ambientais envolvidos. De qualquer forma, segundo Misser (2018), a possibilidade de se beneficiar economicamente de reservas de petróleo e de minerais, levou diversos países africanos a solicitar o reconhecimento das suas ZEE e das plataformas continentais. Misser também afirmou que a China, por meio da Associação de Desenvolvimento de Pesquisa Mineral do Oceano, uma agência estatal, recebeu um bloco de ferromanganês perto do platô de Madagascar, na cordilheira sudoeste do Oceano Índico. Podemos, então, considerar tal efeméride como o início da ação chinesa nessas atividades *off shore* no continente.

Especificamente quanto às relações da China com a África do Sul, é possível identificar que elas fazem parte de um mesmo contexto da política chinesa de expansão econômica e de apoio político mútuo. Mesmo que a China seja a principal parceira econômica da África do Sul, a percepção dos benefícios envolvidos com essa relação é controversa. Até mesmo canais de comunicação com uma possível imparcialidade duvidosa tratam dos problemas relacionados à interferência chinesa na política da África do Sul, conforme podemos identificar em Nyabiage (2019):

Além das questões comerciais, Pequim está buscando apoio das economias africanas para condenar os protestos em andamento em Hong Kong e apoiando suas atividades na região autônoma de Xinjiang. Embora a África do Sul não tenha sido um deles, 15 países africanos manifestaram apoio no início deste ano a políticas "anti-extremistas" em Xinjiang, após cerca de 20 governos democráticos expressarem sua preocupação com a detenção em massa de Uigur e outros muçulmanos na região.

Outros canais são mais diretos, como podemos verificar em Ramani (2018), que trata da influência chinesa perante representantes do partido político do Governo sul-africano, o Congresso Nacional Africano (ANC – *African National Congress*):

Apesar do crescente descontentamento com a interferência percebida da China nos assuntos internos da África do Sul e a influência negativa de Pequim na democracia sul-africana, o ANC acredita que os laços da África do Sul com a China devem permanecer um ponto de apoio à sua agenda de política externa. Se Ramaphosa puder impedir que a relação Pequim-Pretória se torne uma questão divisória durante as eleições nacionais de 2019, a parceria China-África do Sul provavelmente continuará se fortalecendo no futuro próximo.

A expansão chinesa na África, mesmo que divulgada como uma política externa baseada no “desenvolvimento pacífico” e de uma “sociedade harmoniosa”, na verdade se baseia em uma série de artifícios que pretende criar laços que apoiem suas posições políticas e culturais. Tal situação, no entanto, não passa despercebida pela população da África do Sul, que demonstrou insatisfação quanto à crescente influência chinesa nos seus assuntos internos, influência essa que é associada de forma negativa e ligada a um regime autoritário e antidemocrático.

4.2 NOVA AVALIAÇÃO DE RISCO

Uma vez realizada uma abordagem descritiva das principais motivações para a ação das quatro potências extrarregionais nos países que perfazem a porção africana da ZOPACAS, com uma exposição simplificada dos interesses políticos, comerciais e de defesa, referentes aos EUA, à Rússia, à Índia e à China, foi realizada uma classificação do risco aos interesses brasileiros na África do Sul e à ZOPACAS, feita, desta vez, de modo subjetivo, colocando os países na seguinte ordem crescente do risco: em quarto lugar, a Índia; em terceiro lugar, os EUA; em segundo lugar, a Rússia; e, em primeiro lugar, a China.

Classificada em último lugar quanto ao risco em estudo, a Índia se configurou como uma potência que deseja se destacar como líder na cooperação Sul-Sul e que tem uma política externa baseada na cooperação. As relações comerciais com os países africanos têm se alavancado e se pautam numa atitude preferencial do tipo “ganha-ganha”, fazendo com que não seja comum a influência política junto aos parceiros comerciais, e não é evidente o interesse de interferência no campo militar junto aos países africanos da ZOPACAS. Por estar mais envolvida militarmente com as atividades de seu entorno estratégico no oceano Índico, a Índia foi classificada como a potência de menor risco aos interesses brasileiros na África do Sul e à ZOPACAS.

Os EUA têm desenvolvido, nesses anos do Governo Trump, uma política de retração de suas ações militares no exterior, voltando-se para um comportamento mais isolacionista. De modo cumulativo ao que fora tratado no subitem 4.1.1, os EUA não foram considerados ameaça iminente em grau elevado aos interesses brasileiros na África do Sul e nem à ZOPACAS. Por essa

razão, foram classificados em terceira posição nessa lista de risco em lide.

A Rússia, por sua vez, tem se mostrado um ator extrarregional relevante no território africano, com uma política agressiva de conquistar mercados e influência entre os governos, especialmente em função do tipo peculiar de produtos que dispõe em suas prateleiras, e que disponibiliza para os países interessados: armas, mercenários e parceria em energia nuclear. Esse espalhamento da influência russa a coloca em situação de risco potencialmente alto aos interesses brasileiros na África do Sul. Porém, a falta de um interesse claro da ação russa no campo militar junto ao espaço da ZOPACAS a faz ser classificada em segundo lugar.

A China, por sua vez, além de ser a principal parceira comercial dos países africanos como um todo, detém um apetite especial para espalhar sua rede de influências no continente, aproveitando-se de um superávit de suas reservas financeiras, e de uma vacilante ação da diplomacia dos EUA e dos países da União Europeia. Com isso, tornou-se o principal ator exógeno no contexto das relações internacionais do continente africano, com influência clara no governo da África do Sul. Por esse motivo, foi selecionada como a potência que apresenta o maior potencial de interferir nos interesses brasileiros na África do Sul e no contexto da ZOPACAS. Por já serem evidentes os interesses de defesa e de inserção da ação militar na região da ZOPACAS, conforme mencionado no subitem 4.1.4, a China foi classificada em primeiro lugar na lista de risco em comento.

4.3 UM OLHAR MAIS DETALHADO SOBRE OS TEMAS DE INTERESSE

Uma vez definidas a África do Sul e a China, respectivamente, como os polos “passivo” e “ativo” do estudo, fez-se necessário realçar os tópicos de interesse da relação entre ambos que podem ter relação com os interesses brasileiros na África do Sul e na situação do *status quo* de paz e cooperação atinente à ZOPACAS.

4.3.1 A influência da China na África do Sul

Por apresentar uma condição política de democracia estável e uma

economia diversificada, a África do Sul representa um tipo de relacionamento pouco comum para a China na África. Trata-se de um relacionamento complexo em que a China é considerada uma parceira importante, ou mesmo estratégica em função da disponibilidade de investimentos diretos, mas também uma concorrente em vários setores da economia. Essas visões são confirmadas por Menezes (2013) e Wasserman (2012):

Numa abordagem da concorrência externa, segundo Menezes (2013):

No caso da África do Sul, a concorrência comercial chinesa não se daria apenas no território sul-africano, mas também em outros países do continente, sobretudo da África austral, na qual o país mantém com seus vizinhos interesses concretos. A própria relação entre a África do Sul e a China apresenta-se dinâmica em função de interesses diversificados.

Para a economia interna, Wasserman (2012) cita que:

Embora vibrante e lucrativa, a relação entre a China e a África do Sul às vezes tem sido difícil. A resistência contra o envolvimento chinês é liderada pela federação sindical “Cosatu”, que descreveu produtos chineses importados baratos como um “tsunami” que danificará as indústrias locais, especialmente a indústria têxtil. O sindicato têxtil da África do Sul estimou que 800 unidades fabris e 60.000 empregos foram perdidos devido às importações chinesas.

Superando esses problemas comerciais, o relacionamento entre Pequim e Pretória é abrangente, envolvendo a participação e o posicionamento político em diversos fóruns internacionais, dos quais podem ser citados:

o grupo BASIC de coordenação na área de meio ambiente e mudança climática; do G-20 financeiro (em que a África do Sul é o único membro africano); integravam o G-5 nas reuniões entre os países emergentes e o G-8; e a África do Sul logrou ingressar no BRIC (que passaria então a BRICS), em fins de 2010, quando a China presidia os trabalhos do agrupamento (MENEZES, 2013).

O quadro comercial das relações sino-africanas mostra que é comum a replicação do processo colonial entre a China e os países africanos, onde Pequim importa produtos primários e exporta manufaturados, mas o mesmo não ocorre na relação da China com a África do Sul, em que pese a Tabela 6 indicar um saldo positivo para a China na balança comercial representativa da década de 2010, e que a China ocupa o posto de principal parceira comercial da África do Sul. Menezes (2013, *passim*) citou, com base em dados do início da década de 2010, que os investimentos sulafricanos na China superavam os investimentos chineses na África do Sul, por conta, principalmente, da estrutura socioeconômica sulafricana, mais complexa e desenvolvida em relação aos

demais países do continente, e de um “setor industrial mais desenvolvido, com uma classe trabalhadora organizada em sindicatos fortes e atuantes, que funciona como elemento inibidor do investimento chinês”.

Bradley (2016) fez uma interessante abordagem sobre o relacionamento entre os dois países, e identificou as mais importantes relações nos níveis bilaterais, regionais e multilaterais, mostrando que os laços que unem a China e a África estão se fortalecendo cada vez mais, e em maior conta pelo interesse chinês em utilizar a África do Sul como um porta-voz do seu regime, onde afirmou:

O convite da China para a África do Sul ingressar no BRICS pode, portanto, ser visto como um reconhecimento formal de que vê a África do Sul como tendo um papel de liderança no desenvolvimento econômico da África, e como forte defensor de fóruns multilaterais como as Nações Unidas, o Conselho Internacional Fundo Monetário (FMI) e Banco Mundial. Os dois países também aprimoraram sua coordenação sobre investimentos regionais e acordos comerciais. A África do Sul possui forte alavancagem na Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional (SADC – *Southern Africa Development Community*), e a China está utilizando cada vez mais essa organização para facilitar o comércio e o investimento,

O alinhamento político e ideológico entre a China e a África do Sul tem sido motivo de análises quanto ao padrão de votos deste último país nos fóruns da ONU, quando tem votado seguindo as tendências da China e da Rússia, mais do que em alinhamento com os EUA. Essa nova agenda das relações exteriores tem gerado forte desconforto para antigos líderes sul-africanos, como o Arcebispo Desmond Tutu, que aponta esse novo padrão como uma traição ao passado nobre do país. Há pouco tempo, Desmond Tutu também se manifestou sobre uma controversa negação de visto de visita do Dalai Lama à África do Sul, em 2009, que “chamou a decisão de ‘vergonhosa’ e acusou as autoridades de se curvarem à pressão da China”, segundo Bradley (2016).

Inboden (2012) fez um alerta quanto à expansão, na África, do conceito de “capitalismo estatal” ou “capitalismo autoritário”, que é transmitido com orgulho pelos chineses, e encarado com motivação pelos africanos, que não têm observado os custos envolvidos com as notáveis diferenças embutidas nesse sistema com relação aos conceitos ocidentais de Democracia, Direitos Humanos, Liberdade e Governança. Essa expansão faz parte do *soft power* chinês, estabelecido no “Consenso de Pequim” e pode ser um dos pilares da orientação chinesa junto aos ativistas do ANC, partido político preponderante na África do

sul, conforme atestado por Shinn, apud Findlay (2014):

Eles [os chineses] ainda podem preferir elementos da estrutura organizacional marxista-leninista ou, no mínimo, a filosofia outrora popular do socialismo africano. O arranjo é geralmente exclusivo. A China não oferece treinamento semelhante para os partidos políticos da oposição africana. Em troca, **a China ganha amigos e favores, ganhando influência nos mais altos níveis do governo** (Grifo nosso).

A conexão entre a China e a África do Sul, no tocante aos altos escalões do governo exprimem uma relação forte e que enfatiza um posicionamento de alinhamento gradual de Pretoria em relação a Pequim, mesmo que haja um esforço da África do Sul em manter uma posição de liderança independente no continente africano. Nesse sentido, é interessante visitar estudos como Montenegro e Mesquita (2017), que mostrou a coesão dos votos na Assembleia Geral da ONU, dos países do entorno, respectivamente, do Brasil, da China e da África do Sul, enfatizando a liderança desses países, ao contrário do que aconteceu com a Rússia e a Índia, no período de avaliação.

Estudos dirigidos especificamente para identificar o alinhamento dos países africanos com a China, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, como Ellis (2013) e Martinez (2015), mostram que a política de não interferência da Pequim na política dos parceiros comerciais é falsa. Ellis (2013) enfatiza que:

As conclusões [...] destacam a falsidade da política de não interferência da China, bem como a capacidade de a China influenciar indiretamente as decisões políticas tomadas pelos Estados africanos, através de seu poder econômico. Esse poder econômico, por sua vez, é uma consequência da capacidade de a China criar dependência econômica como resultado de sua demanda por recursos da África. Esta tese não aceita a hipótese de que uma mudança no nível da ajuda dos EUA à África Subsaariana (SSA) pode influenciar significativamente a política da SSA convergência com a China na Assembleia Geral da ONU. [...] Nesse sentido, é claro que, desde o início dos anos 2000, ocorreu uma mudança geopolítica como resultado do desenvolvimento da China, e isso está ocorrendo na arena multilateral da Assembleia Geral da ONU.

Montenegro e Alves (2016) identificaram o aumento do alinhamento das votações dos países da FOCAC, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, com a China. O estudo mostra que o aumento significativo da afinidade entre o bloco FOCAC e a China, em termos de política externa, tem relação com o estreitamento dos laços comerciais.

Destaca-se, então, que o envolvimento chinês na África do Sul já gerou condições de um alto grau de interferência política junto ao governo sul-africano, o

que merece a atenção da política externa brasileira, no tocante a resguardar seus interesses junto a Pretória, especialmente em função da atividade da África do Sul como Membro (não Permanente) do Conselho de Segurança da ONU no biênio 2019-2020.

4.3.2 Os interesses do Brasil na África do Sul

As relações entre o Brasil e a África do Sul enfrentaram seus dias mais difíceis durante o período do *apartheid*. A situação se reverteu na década de 1990, quando a África do Sul passou a ser uma prioridade para a política externa brasileira. Do ponto de vista econômico, essa importância foi tratada por Ferraro e Grechi (2014):

Nos primeiros anos do século XXI, a nova África do Sul já emergia como parceira importante para o Brasil. Ainda no ano de 2000, os países membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) firmaram um Acordo Preferencial de Comércio com a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês).

Para Carneiro de Mendonça (2015), o comércio bilateral não tem alcançado proporções potencialmente alcançáveis em função da semelhança entre as pautas de exportação e a concorrência com produtos produzidos localmente, bem como aqueles oriundos da Europa e da China. Avalia, entretanto, que a África do Sul pode ser considerada a porta de entrada para o mercado continental africano, o que justifica a presença da Adidância Agrícola, desde 2010, com o intuito de alavancar as tratativas “para consecução dos objetivos de aumentar e proteger as exportações brasileiras de bens agrícolas para a África do Sul”.

O comércio entre os países tem sido marcado por oscilações de volume. Porém, foi perceptível o incremento após a inserção da África do Sul no BRICS, a partir de quando as relações entre os países passaram a envolver uma série de atividades ligadas ao multilateralismo, o que passou a ser uma marca desse relacionamento. A participação em fóruns como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) tem criado condições de os países tratarem de forma pragmática sobre a cooperação Sul-Sul (também conhecida como cooperação entre os países em desenvolvimento), e de representarem opções ao comportamento já conhecido da demais potências que atuam na África, seja a

China e seu comportamento político agressivo, ou do assistencialismo das potências tradicionais, conforme mostrado por Brites et al (2012, p. 109).

Observa-se, então, que as questões de comércio entre a África do Sul e o Brasil são importantes, fazendo parte de uma série de medidas que mostram um ambiente saudável, mesmo em setores onde há competição de mercado. Não parece que será ali, então, o principal foco da atenção do Brasil com relação aos seus interesses na África do Sul, mas sim em disputas que podem ocorrer em fóruns multilaterais em que a África do Sul possa atuar, não em causa própria ou por posicionamento autóctone, mas sim sob influência chinesa.

Conforme identificado por Montenegro e Mesquita (2017), a África do Sul exerce uma forte liderança junto aos países da África subsahariana, nos votos da Assembleia Geral da ONU. É possível, então, extrapolar que esses países mostram uma tendência de votar em bloco nos fóruns multilaterais. Por essa razão, a influência exercida por Pequim junto a Pretória, já devidamente documentada, representa um risco aos interesses brasileiros no caso de haver uma disputa de interesses entre Brasil e China no âmbito dos fóruns multilaterais, quando não se poderá contar, s.m.j, com o apoio sul-africano.

4.3.3 As possíveis interações do Brasil e China no Contexto da África do Sul e ZOPACAS

O Brasil tem incrementado suas relações com a China nas últimas décadas. Segundo Leão Neto (2015):

[...] após o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China, em 1993, a agenda bilateral expandiu-se e aprofundou-se, justificando a elevação do relacionamento ao patamar de Parceria Estratégica Global (2012). Em 2014, celebrou-se o 40º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC [República Popular da China], o que colocou em relevo o notável crescimento dessas relações (particularmente na esfera comercial) e levou os dois governos a lançarem as bases para uma nova fase de cooperação em várias áreas.

A China tem se apresentado ao mundo como uma potência emergente, e os seus interesses, no contexto atual, são globais e a África tem recebido uma especial atenção do país, tendo em vista ser um local de onde a China adquire vasta quantidade de *commodities* e recursos minerais e energéticos. Nesse sentido, e lastrada por um considerável superávit de sua balança comercial, a

China compete em diversas áreas no contexto do continente africano.

Tendo em vista esse fortalecido relacionamento entre os países, é importante avaliar o potencial tanto de competição quanto de cooperação entre o Brasil e a China no contexto da África.

4.3.3.1 A cooperação entre Brasil e China na África

Quanto à cooperação, o Brasil e a China têm iniciado diálogos específicos sobre a África e, a diplomacia brasileira tem se esforçado para a criação de uma cooperação “trilateral” entre Brasil-China-África. Além disso, a participação no BRICS tem sido utilizada para a criação de diversos canais de cooperação na atuação do Brasil e da China no continente africano.

Milani e Carvalho (2013) mostram que os caminhos da atuação cooperativa entre o Brasil e a China, na África, passam por uma nova perspectiva da Cooperação Sul-Sul, que considera o nível sistêmico e o nível de ação estatal (Política Externa). Destacam, também que a atuação sistêmica é feita pelo discurso de se diferenciarem dos doadores tradicionais, enquanto que a ação estatal:

combina um discurso de solidariedade internacional com interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de cada Estado chamado “doador emergente”. Ou seja, o discurso anunciado da solidariedade é real, tem fundamento em contextos históricos, culturais e regionais, porém não se encontra dissociado dos interesses das nações envolvidas, do lado do Estado que oferece cooperação e do que a recebe. Brasil e China podem obter ganhos (econômicos, políticos, simbólicos) por meio da cooperação [...].

A literatura dispõe de inúmeros estudos que mostram um grande potencial de cooperação do Brasil e da China nos processos de desenvolvimento dos países africanos, tendo como palco de atuação, na maioria das vezes, o apoio à agricultura (por exemplo, SCOONES et al, 2016; e LECHINI, 2013). O Brasil tem se utilizado da expertise da EMBRAPA, enquanto que a China tem usado o potencial de financiamento da FOCAC para a cooperação e a transferência da tecnologia agrícola.

No tocante, especificamente, à cooperação entre os países, de modo *stricto sensu*, é importante enfatizar que a política agressiva da China faz com que a cooperação seja eclipsada pela competição, a efetiva e a potencial, entre

os dois países, mesmo que de forma velada. Nesse sentido, podemos citar o exemplo de que a China se interessou pelo ambiente multilateral proposto pela CPLP e criou uma estrutura similar, o Fórum de Macau, por meio do qual lidera as tratativas de cooperação comercial e econômica entre a China e os países de língua portuguesa (CHINA, 2020).

Assim como a cooperação entre Brasil e a China, na África, ocorre mais no campo retórico, no campo da defesa a participação da China na região do Atlântico Sul surge mais como um fator de preocupação do que de parceria propriamente dita.

A intenção de a China tornar-se um *player* Atlântico, tendo em vista os seus interesses recentes, tanto na extração e comércio de petróleo e derivados com os países do Golfo da Guiné quanto na segurança de seus nacionais em ação nos países da ZOPACAS, pode representar a introdução de fator de desestabilização militar na região, por causa do aumento das tensões entre a China e os EUA, vide Martinson (2019).

Nesse sentido, avalia-se que iniciativas brasileiras em receber frações da Forças Armadas da China, para exercícios multinacionais na área do Atlântico Sul, devem ser precedidas de cuidadoso e minucioso estudo para evitar dissabores futuros, especialmente quanto ao perigo de atração de conflitos extrarregionais, um dos pontos da preocupação da ZOPACAS.

4.3.3.2 A competição entre Brasil e China na África

De acordo com Menezes (2013, *passim*), a presença chinesa na África tem sido acompanhada por “vultosos investimentos, com a participação de grandes empresas chinesas – muitas das quais estatais – em projetos de grande envergadura”, contribuindo para o crescimento econômico dos países africanos, e gerando um ambiente de maior competição no campo econômico. A base política para essa atuação é a FOCAC. As chances de competição econômicas entre a China e o Brasil são grandes em função da disputa pelos mesmos mercados, especialmente os ligados às atividades do agronegócio e à construção de infraestrutura. Enquanto que a China desenvolve uma política comercial agressiva na África, o Brasil ainda apresenta um comércio “ainda pouco diversificado e concentrado relativamente em poucos países do continente”.

A China tem empregado uma série de ações econômicas e políticas na busca por uma posição destacada na África, e está conseguindo sobrepor a atuação das potências tradicionais. Ela já é a principal parceira comercial do continente e tem aproveitado dessa posição para auferir ganhos políticos. A sua atuação, no entanto, recebe contestações, tendo em vista que o seu *soft power* é de baixa penetração, tendo em vista ser a China considerada uma potência solitária, pois os países não desejam seguir o modelo chinês. Enquanto que os resultados da sua economia encantam alguns, apenas uma parcela das elites se interessam nos laços efetivamente criados “além da economia”, dada a possibilidade de permanência no poder exercido pelo sistema pouco democrático de Pequim e as chances de expansão desse modelo para esses países.

A China utiliza determinados expedientes no seu processo de investimentos na África, tais como a “importação de mão de obra” chinesa e a desvalorização da mão de obra local, que tem sido combatidos, paulatinamente, pelos países africanos onde ocorrem grandes obras de infraestrutura. O fato de receberem investimentos subsidiados pelos bancos de investimento chineses, a custos baixíssimos, também faz com que as empresas chinesas operando na África recebam a classificação de estarem realizando uma competição injusta, conforme atestado por Menezes (2013):

As atraentes ofertas de financiamento de projetos por parte da China permitem às empresas chinesas ampliar rapidamente seus acessos às reservas africanas de recursos naturais, o que as colocariam, muitas vezes, em vantagem em negócios também de interesse de empresas brasileiras. Nesse sentido, as linhas de crédito abertas pela China, [...], funcionariam como um “bilhete de acesso” às riquezas naturais. Como muitos dos “pacotes” de empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições chinesas só permitem que sejam contratadas para o fornecimento de serviços e bens empresas chinesas, haveria um mercado assegurado apenas para essas empresas em atuação na África.

É possível, no entanto, que os interesses brasileiros sejam assegurados de acordo com as regras de mercado ou pela apresentação de melhores recursos tecnológicos, tais como o caso da tecnologia de prospecção de petróleo em grandes profundidades, gerando com isso um diferencial competitivo. Tal exemplo ocorreu, de fato, em concorrência perdida, inicialmente, pela PETROBRAS, para a estatal chinesa Sinopec, mas que se manteve no negócio “em razão de deter tecnologia de exploração em águas profundas, ao contrário da empresa chinesa, que não possuía capacidade tecnológica para operar o

projeto” (MENEZES, 2013, p. 234). A África representa um mercado bastante diversificado e com muitas oportunidades. Avalia-se que ainda haverá espaço para a existência de uma competitividade entre os interesses econômicos brasileiros e chineses por um longo período, sem que haja crises relevantes. Não se pode, por outro lado, fazer essa mesma inferência em relação ao tabuleiro da diplomacia em ambientes multilaterais.

A diplomacia chinesa tem se fortalecido com a abundância de recursos que Pequim disponibiliza ao continente africano, gerando laços fortes com os países, laços esses que são muito bem capitalizados no apoio político nos fóruns internacionais, onde prevalece a regra de “um país, um voto”, dada a magnitude representada pelo bloco africano, com mais de cinquenta países (ou votos). Menezes (2013) afirma que os países africanos têm, na China, um defensor de seus interesses junto ao Conselho de Segurança da ONU, fato que a coloca em situação de vantagem como influenciadora das posições políticas assumidas pelos países africanos nos fóruns multilaterais.

A característica de votação “em bloco” dos países sub-saharianos seguindo a liderança sul-africana, conforme identificada por Montenegro e Mesquita (2017), aliada à crescente influência chinesa sobre a cúpula política sul-africana, conforme mostrado por Ellis (2013) e sobre os países africanos, novos dependentes da FOCAC, de acordo com Martinez (2015) e Montenegro e Alves (2016), permitem inferir, com uma base indutiva, que será nos fóruns multilaterais que a China terá a maior capacidade de interferir nos interesses brasileiros, utilizando-se para isso, a influência sobre a África do Sul.

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste quarto e último capítulo foram apresentadas as quatro principais potências que atuam na África, os EUA, a Índia, a Rússia e a China, sendo realçadas as ações atuações, nos campos econômico, político e de defesa, junto às nações africanas que compõem a ZOPACAS.

Foram apontadas características do novo posicionamento militar estadunidense e seus reflexos perante à política de Relações Internacionais junto à África. O efeito de um comportamento mais isolacionista nas relações externas dos

EUA perante a África foi abordado, e foi apontado o interesse de os EUA, na atual gestão Trump, de manter os níveis de segurança de suas linhas de suprimento de petróleo e derivados, no Atlântico Sul; de limitar a ação de grupos terroristas no continente africano; e de conter a influência russa e chinesa na região. Porém, essas ações estão sendo realizadas sem que haja uma previsão de, no curto ou médio prazo, constituírem-se ameaças aos interesses brasileiros na África do Sul e nem à estabilidade da ZOPACAS.

A Índia, uma potência regional que tem pretensões de ampliar sua influência além da região de origem, tem atuado na África de uma maneira discreta, do ponto de vista de interferência políticas e militares, mas com grande apetite para os recursos energéticos do continente africano. Baseada em um *soft power* que mescla os laços históricos que unem a África ao subcontinente indiano com o desejo manifesto de cooperação entre países em desenvolvimento, a Índia tem demonstrado uma preocupação em manter uma consciência situacional que inclui a África e o Atlântico Sul, mas sem que isso represente uma ameaça aos interesses brasileiros na África do Sul, especificamente, e nem à estabilidade da ZOPACAS.

A Rússia, apesar de não ter sido identificada como grande parceira comercial da África pelos dados de Simões e Hidago (2011), tendo em vista os tipos de transações que envolvem os laços comerciais não estarem disponíveis na base de dados utilizada, tem aumentado significativamente sua presença na África, ofertando produtos e serviços que normalmente não se encontram nas “prateleiras” dos parceiros comerciais convencionais. Ao ofertar apoio militar, com serviços de mercenários, armas e apoio à execução de projetos de energia nuclear, a Rússia se projeta como uma potência capaz de influenciar a África do Sul e de desestabilizar a ZOPACAS, caso venha a exercer uma maior presença no Atlântico Sul com as suas forças militares. No entanto, a percepção obtida por meio da pesquisa nos capacita a inferir que a Rússia, ao menos no curto e médio prazo, está voltada para a África com um olhar pragmático de relações comerciais, não sendo considerada uma ameaça aos interesses brasileiros na África do Sul e à estabilidade da ZOPACAS.

Por último, a China, que é uma potência em rápida ascensão e que já é uma ameaça à hegemonia dos EUA em diversos campos, tem realizado uma

atuação no continente africano que projeta seu poder em vários campos, seja no setor econômico quanto no político. Ela já é a principal parceira comercial da maioria dos países africanos da ZOPACAS e alia, a um considerável apetite por commodities e recursos energéticos, um enorme potencial de financiamento de obras de infraestrutura para os países africanos, o que já lhe rendeu diversas manifestações de neo colonialismo.

Ao mesclar o poder econômico ao uma série de ações que promovemo alinhamento político das elites africanas com o pensamento doutrinário do Partido Comunista Chinês, a China tem se capacitado a influenciar, decisivamente, as votações dos países africanos em diversos fóruns multilaterais, com especial destaque para a Assembleia Geral da ONU. É nesse tipo de fórum que o Brasil poderá encontrar antagonismos, como consequência de ações da China. Além disso, o recente interesse da China em participar de forma mais ostensiva de atividades militares no Atlântico Sul poderá trazer para a ZOPACAS uma fonte de instabilidade.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo principal responder ao seguinte questionamento, tendo como recorte geográfico de estudo, especificamente, a África do Sul, e o período compreendido pelos anos 2010: em que medida ocorre a atuação de potências estrangeiras no entorno estratégico brasileiro de modo a representar ameaça aos interesses brasileiros e à ZOPACAS? Além disso, o estudo intencionava cumprir três objetivos intermediários, conforme citado na Introdução.

A revisão bibliográfica teve início no Capítulo 2. A pesquisa utilizou-se de um referencial teórico notadamente baseado nos estudos de Singer (1972) e Pecequillo (2010), para, inicialmente, identificar quais países seriam considerados potências. Nesse sentido, a análise realizada por Singer (1972) foi atualizada por Pecequillo (2010). O tema, per si, foi tratado de modo simplificado, tendo em vista as diferentes abordagens e posicionamentos possíveis, conforme os muitos trabalhos constantes da literatura. Em adição ao diálogo obtido entre as visões supramencionadas, foram utilizados os dados de Simões e Hidalgo (2011), e outras análises, no Capítulo 3, para interpretar o papel dessas potências extrarregionais no continente africano, o que possibilitou a definição de uma lista ordenada de países com potencial de influência nos interesses brasileiros na África do Sul e na estabilidade da ZOPACAS, a saber: EUA, Índia, Rússia e China.

Ainda no capítulo 2, foi realizada uma apreciação dos documentos que formam o arcabouço jurídico nacional e que está relacionado às atividades de inteligência de Defesa, englobando a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a Política Nacional de Defesa³³ (END), a Estratégia Nacional de Defesa³⁴ (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012b), a Política Setorial de Defesa (BRASIL, 2015b) e a Estratégia Setorial de Defesa (BRASIL, 2015a), tendo em vista a percepção de que a presente monografia é um “protoestudo” de inteligência, capaz de identificar ameaças aos interesses brasileiros, o que a faz

³³ (BRASIL, 2012a), (BRASIL, 2016c) e (BRASIL, 2020).

³⁴ (BRASIL, 2012a), (BRASIL, 2016a) e (BRASIL, 2020).

ser relacionada, mesmo que de maneira rudimentar, às ações de Inteligência de Defesa, de acordo com Brasil (2012a, pág. 129), na modalidade de Inteligência Estratégica de Defesa, conforme Brasil (2012b).

Durante a apreciação desses documentos normativos, foi observado que as expressões “Inteligência de Defesa” e “Inteligência Estratégica” foram suprimidas na versão em vigor da PND e na END, sendo incluídas a expressão “capacidade de gestão da informação”, como sendo a nova referência para as atividades de inteligência. Sob esse aspecto, tendo em vista que tanto a PND quanto a END são documentos de domínio público e que servem como pilares e orientadores das atividades de defesa da nação, avalio que a atividade de inteligência de defesa deveria constar da PND e da END, de modo a manterem a harmonia com o Livro Branco de Defesa Nacional e por possibilitar o reconhecimento da atividade de “Inteligência de Defesa” por parte da sociedade, uma vez que surgem dúvidas se a expressão “capacidade de gestão da informação” desempenhará de forma satisfatória esse papel, em que pese a posição de que a citada alteração textual não implicou qualquer mudança nas atividades de inteligência no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN, que inclui as Forças Armadas), como se pode concluir das documentações constantes do Anexo C. Com essa abordagem, baseada no conteúdo explicitado no capítulo 2, pretendeu-se, então, cumprir o primeiro dos objetivos intermediários.

Na caracterização das problemáticas de Defesa do Estado Brasileiro, primordialmente foi realizada a descrição dos principais problemas da porção sul-americana de seu “Entorno Estratégico”. Para isso, foi feita uma construção baseada nos Complexos Regionais de Segurança - CRS, de Buzan e Wæver (2003), que já haviam identificado: comportamentos anômalos dos Estados da América do Sul no tocante à segurança, especialmente pela existência de potência que vacila quanto à assunção de uma postura de liderança; a formação de sub-complexos de segurança com características distintas em relação à estabilidade político-econômica (o Subcomplexo do Cone Sul, estável; e o Subcomplexo Norte Andino, instável); e a situação de problemas de segurança advindos de Estados fracos. Esses temas, com uma ampliação referente ao à problemática da existência de risco à soberania da região chamada de Pan-Amazônia; o aumento do interesse internacional quanto à região da Amazônia

Azul®; e a existência de territórios sob influência de Potências estrangeira (extrarregionais) foram debatidos de modo a permitir uma ambientação do leitor à problemática tratada nesta pesquisa, utilizando-se, em especial, os conceitos e posições expressas por Medeiros Filho (2014), Paiva (2015), Raza (2014), Moraes (2014), Abdenur e Neto (2014), Höring et al (2014) e Castro (1999).

A complexidade do problema da segurança e defesa no âmbito continental tem sido abordada ao longo das últimas décadas de forma bastante enfática. Na esfera decisora federal, a preocupação transformou-se em ação com a iniciativa brasileira submetida à Assembleia Geral da ONU que aprovou, em 1986, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que tem como propósito principal combater a militarização e a nuclearização, e a presença de potências estrangeiras no Atlântico Sul. Em adição à esses propósitos mais pragmáticos, a ZOPACAS promove a cooperação entre os países, nos campos comerciais, tecnológicos, culturais, ambientais e políticos.

A ZOPACAS, entretanto, tem sido um fórum de debates pouco explorado pelos atores envolvidos, especialmente pela diferença de capacidade de auto-defesa entre os Estados-membro sul-americanos e os africanos. Conforme tratado por Mendonça (2014), o principal Estado-membro africano, a África do Sul, não tem demonstrado interesse em ajustar sua agenda para dinamizar as ações propostas pela ZOPACAS. Tal fato não deve passar despercebido pela diplomacia brasileira. Sugere-se, então, impulsionar a agenda para angariar sinergia em direção ao cumprimento das metas propostas no “Plano de Ação de Montevideu”, em sua plenitude. Outra opção seria o estabelecimento de novas e atualizadas metas, com o devido empenho em alcançá-las.

Essas considerações sobre a porção sul-americana do “entorno estratégico próximo” brasileiro se prestaram a apontar os principais problemas de segurança e defesa do Brasil e para apresentar a ZOPACAS, de modo a gerar as condições necessárias e suficientes para cumprir o objetivo geral, e para realçar a iniciativa brasileira da criação desse fórum, realizada com o intuito de, politicamente, reduzir a atividade militar extrarregional no Atlântico Sul, e, desse modo, diminuir os riscos à sua soberania e dos demais Estados circunvizinhos ao Atlântico Sul.

Em continuação, por meio do Capítulo 3, a pesquisa se voltou a compreender, de maneira simplificada, as relações entre as nações

colonizadoras e a África, usando para isso conceitos dos “laços de unem”, de Singer (1972) e o encadeamento histórico de Hernandez (2008). Um panorama histórico foi desenvolvido, de modo a permitir o entendimento da situação atual do continente africano, formado por vários Estados fracos e que sofre um novo processo de colonialismo.

Ao longo do Capítulo 3, intitulado “A África – a expansão da geopolítica brasileira”, o estudo descreve também os problemas de segurança continental do “entorno estratégico mais afastado” brasileiro, com base em Buzan e Wæver (2003), que mostra a existência de apenas um CRS na região da porção africana da ZOPACAS, liderado pela África do Sul, além de um “proto-CRS”, sob a liderança de uma Nigéria que se encontra em fase de transformação em potência regional, mesmo que ao “estilo africano”, ainda repleta de mazelas e de disparidades sócio-econômicas.

Foram utilizados dados de exportação e importação de Simões e Hidalgo (2011) para identificar as principais economias dos países africanos membros da ZOPACAS. Com base nessa identificação, foi feito um realce da situação dos seguintes países: Costa do Marfim, Gabão e Congo, dentre os países francófonos; Angola e Guiné Equatorial, dentre os países lusófonos; e Nigéria e África do Sul, dentre os países anglófonos (esses realces constam dos Anexos D, E e F). Após uma apreciação com base objetiva, foi feita uma escolha que estabeleceu a África do Sul como o país que poderá representar maiores danos aos interesses brasileiros no âmbito da ZOPACAS e à manutenção da paz e cooperação no Atlântico Sul, caso seja alvo de ações de potências extrarregionais com propostas antagônicas em relação ao Brasil.

No Capítulo 3, concluiu-se a revisão bibliográfica, foi finalizada a apresentação da ZOPACAS e foi definido o recorte geográfico da pesquisa, que assumiu a África do Sul como o local da análise das ações das potências extrarregionais.

Tendo em vista a inexecutabilidade da apreciação da atuação no continente africano de todas as potências elegíveis, foram selecionadas as quatro principais potências que atuam na África: os EUA, a Índia, a Rússia e a China, para que fosse feito um realce de suas principais ações e atuações, nos campos econômico, político e de defesa junto às nações africanas que compõem a ZOPACAS e, em especial, junto à África do Sul.

De acordo com o que foi apreciado no Capítulo 4, a pesquisa explicou a atuação contemporânea dessas quatro potências, identificando uma política de caráter isolacionista dos EUA; uma de viés mais comercial e pragmático da Índia; uma atuação silente e voltada a nichos específicos, relativa à Rússia; e uma ação multifacetada da China, que foi avaliada como o país com maior capacidade de interferir nos interesses brasileiros e na ZOPACAS.

Diante dessa definição, foi realizado um olhar mais específico sobre a atuação da China na África, onde nos deparamos com uma influência crescente em várias dimensões, sejam elas políticas, econômicas, culturais e até mesmo de defesa. Em função de seu processo de desenvolvimento econômico e das inerentes necessidades de recursos energéticos e de *commodities*, a China voltou-se para a África como uma potência que deseja colaborar com a criação de infraestruturas, cooptar apoio e alinhamento político, e adquirir os recursos necessários ao seu desenvolvimento. Essa posição e ações, no entanto, encontram a voz do antagonismo. Para muitos, sejam da própria África ou não, tratam-se de um neocolonialismo disfarçado.

De qualquer forma, alheia à essas reverberações, a China lançou a Cúpula do Foro de Cooperação China-África (FOCAC), na primeira década do século XXI, e expandiu sua atuação política no continente africano, tornando-se investidor e credor de muitos países, ganhando, com isso, uma posição confortável e vantajosa nas mesas de negociação do presente e do futuro.

Especificamente quanto à África do Sul, a China tornou-se o maior parceiro comercial ao final da primeira década deste século, e tem investido no alinhamento político-cultural da elite sul-africana, por meio de treinamentos em centro de difusão cultural. Na expectativa de criar novos “laços que unem”, a China tem se utilizado da África do Sul como um grande porta-voz do seu regime, dada a posição de liderança que Pretória exerce no continente, especialmente junto aos países subsaharianos.

Com o final do Capítulo 4, foram cumpridos o segundo e o terceiro objetivos intermediários, possibilitando a apreciação final da pesquisa, com a resposta ao questionamento quanto à atuação de potências estrangeiras no entorno estratégico brasileiro de modo a representar ameaça aos interesses brasileiros e à ZOPACAS.

É nesse contexto que apresento a principal ameaça identificada pela

pesquisa: a influência da China sobre votações em fóruns multilaterais, em especial junto à Assembleia Geral da ONU, tendo em vista o alto grau de alinhamento dos países africanos com a liderança de Pretória, conforme já fora mostrado por Ellis (2013) e Martinez (2015), e por Montenegro e Mesquita (2017). Quanto às ameaças, reais ou potenciais, de retaliações cruzadas junto aos fóruns multilaterais, reativas a uma possível ação influenciadora chinesa perante os países africanos, especialmente aqueles que são Estados-membros da ZOPACAS, a diplomacia brasileira deverá permanecer alerta e na busca constante de incremento de uma consciência situacional que, ao menos, considere como concretas essas ameaças.

Quanto às ameaças relativas à ZOPACAS, foi identificado o incremento da atuação chinesa no Atlântico Sul, o que pode ser um fator de desestabilização da região, frente o antagonismo crescente da China com os EUA.

Caberá à diplomacia brasileira, a partir da liderança natural do Brasil junto à ZOPACAS, agir para evitar que o Atlântico Sul venha a ser palco de ações belicosas devido à presença de potências extrarregionais, o que seria ferir um dos pilares da própria ZOPACAS, conforme consta do item 3 da Resolução nº 41/11, de outubro de 1986:

Apela a todos os Estados de todas as outras regiões, em particular os Estados de significativa importância militar, a respeitarem escrupulosamente a região do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, especialmente por meio da redução e eventual eliminação de sua presença militar no local, a não introdução de armas nucleares ou outras armas de destruição em massa e **a não extensão para a região de rivalidades e conflitos estranhos a ela.** (grifo do autor).

5.1 SUGESTÃO DE TRABALHOS FUTUROS

Como sugestão de novas pesquisas ao estilo de “protoestudo” de inteligência estratégica envolvendo o entorno estratégico brasileiro, sugiro:

- a) O aumento da influência de potências extrarregionais no continente sul-americano;
- b) A atuação e o interesse da China no Brasil: os possíveis impactos sobre a soberania nacional; e
- c) A ação da China na ZOPACAS após a pandemia do COVID-19.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. China's Growing Influence in the South Atlantic. **BRICS Policy Center**, Rio de Janeiro, p. 1-26, 2013.

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 215-238, 2014.

ADIBE, Jideofor. What does Russia really want from Africa? **Africa in Focus**, Washington, DC., 14 Nov. 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2019/11/14/what-does-russia-really-want-from-africa/>. Acesso em: 7 Jun. 2020.

ÁFRICA do Sul reafirma relacionamento estratégico com Rússia. **Notícias ao minuto**, [S.l.], 24 out. 2019. Mundo. África do Sul. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1345703/africa-do-sul-reafirma-relacionamento-estrategico-com-russia>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. EMA-352: **Princípios e conceitos da atividade de Inteligência**. 1. rev. Brasília, DF: EMA, 2016d.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 92, de 12-7-2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2016a. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2012b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/livrobranco.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2016b. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2016c. Aprovada em 14 dez. 2018 pelo Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 179, de 2018. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020. Em apreciação no Congresso Nacional. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 26 jul.2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 2621, de 7 de dezembro de 2015a. Aprova a Estratégia Setorial de Defesa. **Diário Oficial [da] União**: seção 1,p.32,Brasília, DF, 9 dez. 2015a.

BRASIL. Portaria Normativa nº 2624, de 7 de dezembro de 2015b. Aprova a Política Setorial de Defesa. **Diário Oficial [da] União**: seção 1, p. 36,Brasília, DF, 9 dez. 2015b.

BRASIL. Senado Federal. Brasil terá embaixador na Guiné Equatorial. **Senado notícias**, 7 dez. 2006. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/12/07/brasil-tera-embaixador-na-guine-equatorial>. Acesso em: 30 Abr. 2020.

BRADLEY, Alison. China and South Africa: emerging powers in an uncomfortable embrace. **Journal of Contemporary China**, London, v. 25, n. 102, p. 881-892, 2016.

BRITES, Alessandra Scangarelli, *et al.* Os Brics na África: A diversificação das parcerias e a contribuição da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do continente. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul-dez 2012.

BUSINESSDAY.How Congo-Brazzaville poses unique challenge for China loans.**BusinessDay**,[Benoni], 28 Apr. 2019. Disponível em:<https://www.businesslive.co.za/bd/world/africa/2019-04-28-how-congo-brazzaville-poses-unique-challenge-for-china-loans/>.Acesso em: 27 abr. 2020.

BUZAN, Barry e Wæver, Ole. **Regions and powers**: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em:<https://ir101.co.uk/wp-content/uploads/2018/11/Buzan-Waever-2003-Regions-and-Powers-The-Structure-of-International-Security.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CALDAS, Aderson de Oliveira. **A ZOPACAS e o Brasil**: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul. Brasília, DF: UNB, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7908/1/2013_AdersondeOliveiraCaldas.pdf. Acesso em 27 mar. 2020.

CAMARGO, Alfredo. **Relatório de Gestão - Embaixada do Brasil na Costa do Marfim**. Costa do Marfim: Embaixada do Brasil, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4010458&disposition=inline>. Acesso em: 26 abr. 2020.

CARNEIRO DE MENDONÇA, Pedro Luiz. **Relatório de Gestão - Embaixada do Brasil na África do Sul**. Cape Tow: Embaixada do Brasil, 2015. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3889628&disposition=inline>. Acesso em: 1 maio 2020.

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 7, n. 13, 2014.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CHINA. Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. **Mensagem da Secretária-Geral**. Macau: Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, 2020. Disponível em: <https://www.forumchinapl.org.mo/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2020.

CIERCO, Teresa; BELO, António. Será a Nigéria um Estado falhado? O grupo Boko Haram. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, DF, n. 21, p. 121-146, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300121&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 maio 2020.

COBUCCIO, Bruno Luiz dos Santos. **Relatório simplificado de gestão: 2012-2016**. Libreville: Embaixada do Brasil, 2016. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4639336_. Acesso em: 15 maio 2020.

CORNISH, Jean-Jacques. South Africa scraps Russian nuclear plant plans. **Rfi**, 2019. France. Disponível em: <http://www.rfi.fr/en/africa/20190824-south-africa-cancel-russia-nuclear-plant-order-economy-ramaphosa>. Acesso em: 14 jun. 2020.

DIB, ANA CRISTINA. Comércio entre o Brasil e a África se distancia dos anos dourados e retorna ao patamar de 2004. **Comex do Brasil**, Brasília, DF, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/comercio-entre-o-brasil-e-a-africa-se-distancia-dos-anos-dourados-e-retorna-ao-patamar-de-2004/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ELLIS, Charlotte. **Politics and trade in Africa: Does Sino-African trade and investment significantly influence Africa's United Nations General Assembly voting behaviour?**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - University of Cape Town, Cape Town, 2013.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **South African War**. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/South-African-War>. Acesso em: 2 maio 2020.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Bandung Conference** Asia-Africa [1955]. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 2020b. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Bandung-Conference>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERRARO, Francine; GRECHI, Patrícia Assoni. Relações bilaterais entre Brasil e África do Sul: do período colonial à política africana do presidente Lula. **Revista Perspectiva**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, 2014.

FINDLAY, Stephanie. South Africa's Ruling ANC Looks to Learn from Chinese Communist Party. **Time**, [Detroit], 24 Nov. 2014. Disponível em: <https://time.com/3601968/anc-south-africa-china-communist-party/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

FRIEND, Alice Hunt; FANGER, Ariel. U.S. National Security and Defense Goals in Africa: a curious disconnect. **Center for Strategic International Studies**, Washington, DC, 13 Feb. 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/us-national-security-and-defense-goals-africa-curious-disconnect>. Acesso em: 6 jun. 2020.

GASPARD, PATRICK. **United States – South Africa Trade and Economic Relations**. Pretoria: University of South Africa Pretoria, 2014. Disponível em: <https://za.usembassy.gov/business/trade-and-economic-relations/>. Acesso em: 6 jun. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2008.

GÓES, Guilherme Sandoval *et al.* Estados Unidos, China e a geopolítica do petróleo no Atlântico Sul: uma análise sob a ótica da teoria dos complexos regionais de segurança. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 64, p. 49-88, 2017.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWN, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖRING, Jessica da Silva; WEBER, Leonardo; CLOSS, Marília Bernardes. A presença de potências extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação. **UFRGSMUN**, Porto Alegre, v. 2, p. 479-529, 2014.

HUTSON, Terry. Russian navy flotilla heads for Cape. **IOL**, [S./], 2019. Disponível em: <https://www.iol.co.za/mercury/network/russian-navy-flotilla-heads-for-cape-37666901>. Acesso em: 13 jun. 2020.

INBODEN, William. China, India, and Civil Society in the Southern Atlantic Basin. *In*: ALESSANDRI, Emiliano (org). **China and India: new actors in the Southern Atlantic**. Washington, DC: German Marshall Fund, 2012.

ÍNDICE de percepção da corrupção 2019. **Transparência Internacional Brasil**, [S./], 2020. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Angola). **Comércio Internacional - Anuário de Estatística de Comércio Externo 2017**. Luanda: INE, 2020. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/comercio-internacional-categoria/632-anuario-de-estatistica-de-comercio-externo-2017>. Acesso em: 28 abr. 2020.

JAISHANKAR, Dhruva. India in the Southern Atlantic: An Overview. *In*: ALESSANDRI, Emiliano (org). **China and India: new actors in the Southern Atlantic**. Washington: German Marshall Fund, 2012.

KOWALSKI, Mateus. A avaliação das missões de paz na Costa do Marfim, **e-cadernos CES**, Coimbra, 06, 2009. Versão *online*. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/347>. Acesso em: 27 abr. 2020.

LEAL, Edson. O perdão da dívida externa pelo Brasil. **Administradores.com**, Tambaú, João Pessoa, 12 jun. 2013. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-perdao-da-divida-externa-pelo-brasil>. Acesso em: 1 maio 2020.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **Relatório de Gestão - Embaixada do Brasil na China**. Pequim: Embaixada do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=168863&tp=1>. Acesso em: 7 jul. 2020.

LECHINI, Gladys. BRICS e África: a grande incógnita. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n.9, jan./mar. 2012. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4564>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LECHINI, Gladys. A China na África: discurso sedutor, intenções duvidosas. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, sept. 2013, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-china-na-africa-discurso-sedutor-intencoes-duvidosas/>. Acesso em: 11 jul. 2020.

LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. A estratificação dos países no sistema internacional e sua importância para as relações. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1, 2012, Brasília. **Anais[...]**. Brasília, DF: FINATEC, 2012.

LIMA, João André. **Relatório de Gestão – Embaixada do Brasil na Nigéria**. Abuja: Embaixada do Brasil, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7637109&disposition=inline>. Acesso em: 1 maio 2020.

MARTINEZ, Rayna. **Chinese Soft Power, Africa, and the United Nations General Assembly**. Las Vegas: University of Nevada, 2015. Disponível em: <https://digitalscholarship.unlv.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3491&context=thesedissertations>. Acesso em: 4 jul. 2020.

MARTINSON, Ryan D. China as an Atlantic Naval Power. **The RUSI Journal**, [S./], v. 164, n. 7, p. 18-31, 2019.

MBABIA, Olivier. Poder estrutural sobre Estados fracos: a França, e não a China, importa para a África francófona. **Austral**, Belo Horizonte, v.3, n.5, p.11-40, jan-jun. 2014.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Breve Panorama de Segurança na América do Sul. *In*: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (ed.). **O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 21-42.

MENDONÇA, Pedro Luiz Carneiro de. [Telegrama nº 01206]. Destinatário: Ministério das Relações Exteriores (MRE). Pretória, 9 dez. 2014.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

MIL, Duncan. 22 Out: Cimeira da influência russa em África. **GraphicNews**, [S./], 3 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.graphicnews.com/pt/pages/39567/politica-russia-influence-in-africa>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MILANI, Carlos RS; CARVALHO, Tássia CO. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos internacionais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2013.

MISSER, François. Deep-sea mining: Africa's new frontier. **Good Governance Africa**, Johannesburg, 16 Feb. 2018. Africa in Fact. Disponível em: <https://gga.org/deep-sea-mining-africas-new-frontier/>. Acesso em: 2 jul 2020.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Brasil e África: um novo olhar?.. *In*: ENCONTRO NACIONAL ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online**[...]. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300047&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 29 abr. 2020.

MONTENEGRO, Renan Holanda; ALVES, João Ricardo Cumarú Silva. China e África além da economia: qual o impacto do FOCAC na arena multilateral (1971-2014)? **Conjuntura internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 153-162, 2016.

MONTENEGRO, Renan Holanda; MESQUITA, Rafael. Leaders or loners? How do the BRICS Countries and their regions vote in the UN General Assembly. **Brazilian Political Science Review**, [São Paulo], v. 11, n. 2, 2017.

MOORE, Gyude. How should Africa deal with Russia? **African Business**, London, 7 Jan. 2020. Disponível em: <https://africanbusinessmagazine.com/sectors/business/how-should-africa-deal-with-russia/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Do mare liberum ao mare clausum: soberania marítima e exploração econômica das águas jurisdicionais e da área. *In*: NASSER, Reginaldo Mattar (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

MORGENTHAU, Hans Joachim *et al.* **Politics among nations**. [S.l. :s.n.], 1948.

NYABIAGE, Jevans. South Africa gets behind China's defence of multilateral trade. **South China Morning Post**, Tai Po, 19 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3033704/south-africa-gets-behind-chinas-defence-multilateral-trade>. Acesso em: 2 jul. 2020.

NEVES, André Luiz Varella. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. *In*: AMAZÔNIA e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 233-262.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Integração da Pan-Amazônia: Desafios, Estratégias, Tendências e Reflexos para a Defesa Nacional. *In*: AMAZÔNIA e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a Defesa no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

PARELLADA, Gemma. Por que mesmo com crescimento econômico a África continua perdendo seus jovens? **El País**, Madri, 30 nov. 2017. Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/29/internacional/1511982517_369957.html. Acesso em: 26 abr. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**: temas,

atores e visões. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2016.

POGGIO, Guilherme, e DA SILVA, José. A Quarta Frota e a estrutura militar unificada dos EUA. **Poder Naval**, [S.l.], 16 ago. 2010. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

RAMANI, Samuel. Can China Burnish Its Image in South Africa? a closer look at the state of ties between the two countries. **The Diplomat**, Washington, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/08/can-china-burnish-its-image-in-south-africa/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

RAMAPHOSA, Putin want to strengthen SA-Russia ties. **ENCA**, Johannesburg, 24 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.enca.com/news/ramaphosa-putin-want-strengthen-sa-russia-ties>. Acesso em 11 jul. 2020.

RAZA, Salvador. Proposição de um sistema de segurança de fronteiras brasileiras: um esforço para transformar o desenho de força. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (ed.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 21-42.

SA NAVY commits two platforms for joint exercise with China and Russia. **defenseWeb**, Johannesburg, 19 Nov. 2019. Disponível em: <https://www.defenceweb.co.za/featured/sa-navy-commits-two-platforms-for-joint-exercise-with-china-and-russia/>. Acesso em: 13 jun. 2020

SCHALIT, Naomi. A look at how India's Africa strategy is working. **The Conversation**, Boston, 20 Mar. 2019. Disponível em: <https://theconversation.com/a-look-at-how-indias-africa-strategy-is-working-113658>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SCHAFFNIT-CHATTERJEE, Claire. India-Africa: a partnership with untapped potential. **Africa Business Insight**, London, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.howwemadeitinafrica.com/india-africa-a-partnership-with-untapped-potential/52617/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SCHMITT, Eric; GIBBONS-NEFF, Thomas. Russia Exerts Growing Influence in Africa, Worrying Many in the West. **The New York Times**, New York, 28 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/28/world/africa/russia-africa-troops.html>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SCHWIKOWSKI, Martina. India makes a comeback in Africa. **DW**, [Berlin], 06 dez. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/india-makes-a-comeback-in-africa/a-51557458>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SCOONES, Ian *et al.* A new politics of development cooperation? Chinese and Brazilian engagements in African agriculture. **World Development**, Amsterdam, v. 81, p. 1-12, 2016.

SILVA, Antônio Oliveira. Angola, principal destino do investimento chinês em África. **Euronews**, Lyon, 01 ago. 2016. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2016/08/01/angola-principal-destino-do-investimento-chines-em-africa>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SINGER, Marshall R. **Weak States in a World of Powers**: dynamics of international relationships. New York: The Free Press, 1972.

SIMÕES, A.J.G.; HIDALGO, C.A. The Economic Complexity Observatory: an analytical tool for understanding the dynamics of economic development. *In*: CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 25., 2011. **Workshops [...]**. [S.l.]: The Economic Complexity Observatory, 2011. Disponível em: <https://oec.world/>. Acesso em: 14 Abr. 2020.

VEIGA, Pedro da Motta. A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 116, p. 4-19, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral**, Porto Alegre, v.3, n.5, p. 41-68, jan-jun. 2014.

UNITED STATES. Department of State. **South Africa**. Executive office of the President. Washington: U.S. Department of State, 2019. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/africa/southern-africa/south-africa>. Acesso em: 7 jun. 2020.

UNITED STATES. Department of State. **U.S. Relations With South Africa**. Washington: U.S. Department of State, 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-south-africa/>. Acesso em: 6 Jun. 2020.

UNITED STATES. Department of State. **U.S. Strategy toward Sub-Saharan Africa**. Washington: U.S. Department of State, 2012. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/209377.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020

WAGNER, Christian. **India's Africa Policy**. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik, 2019.

WARURU, Maina. Russia: ambitious plans to grow African numbers. **The Pie News**, London, 3 Oct. 2019. Disponível em: <https://thepienews.com/news/russia-ambitious-plans-grow-african-student-numbers/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

WASSERMAN, Herman. China in South Africa: Media responses to a developing relationship. **Chinese Journal of Communication**, [London], v. 5, n. 3, p. 336-354, 2012.

WEISS, Andrew S; RUMER, Eugene. Nuclear enrichment: Russia's ill-fated influence campaign in South Africa. **Carnegie Endowment for International Peace**, Washington, DC., 16 Dec. 2019. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2019/12/16/nuclear-enrichment-russia-s-ill-fated-influence-campaign-in-south-africa-pub-80597>. Acesso em: 14 jun. 2020.

WEKESA, Bob. China's silk road economic belt: African perspectives and implications. **African East-Asian Affairs**, Matieland, n. 1/2, 2015.

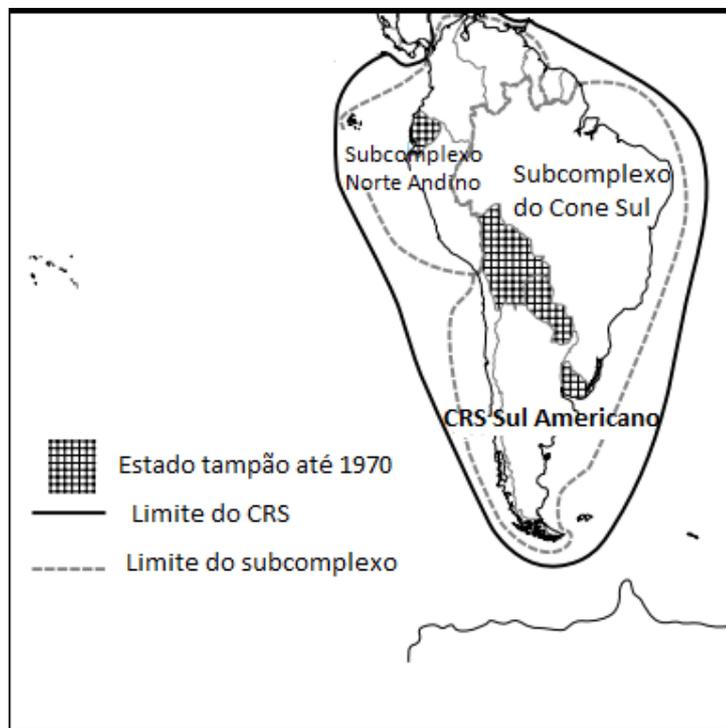
WOLOWSKI, Paulo Américo Veiga. **Relatório de Gestão – Embaixada do Brasil no Congo**. Congo: Embaixada do Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=191742>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ZOPACAS: declaração de Montevideu. **Defesanet**, Rio Grande do Sul, 16, jan. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9324/ZOPACAS----Declaracao-de-Montevideu->. Acesso em: 30 mar. 2020.

ZOPACAS - 30 anos e suas potencialidades no futuro. **Defesanet**, Rio Grande do Sul, 1 nov. 2016. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/africa/noticia/23964/ZOPACAS---30-anos-e-suas-potencialidades-no-futuro-/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ANEXO A – ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O CRS Sul Americano e seus Subcomplexos.



Fonte: Adaptado de BUZAN e WÆVER, 2003.

Figura 2: Arcos de instabilidade e de estabilidade na América do Sul



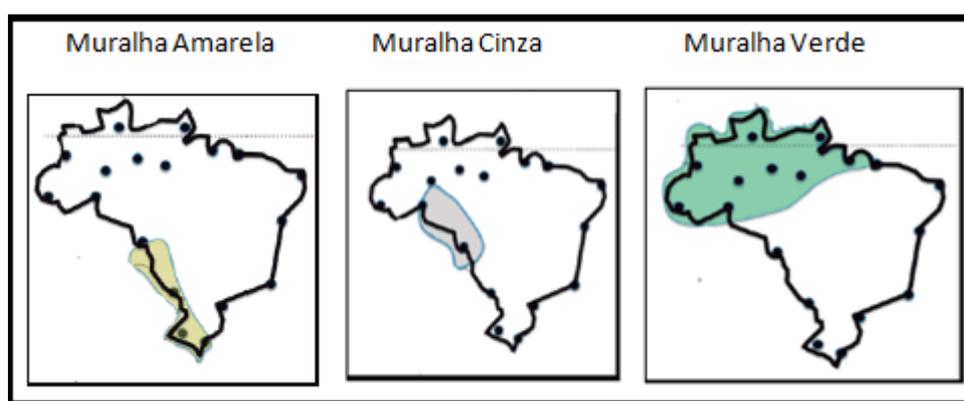
Fonte: MEDEIROS FILHO, 2009, apud MEDEIROS FILHO, 2014.

Figura 3: Pan-Amazônia (com Amazônia Legal).



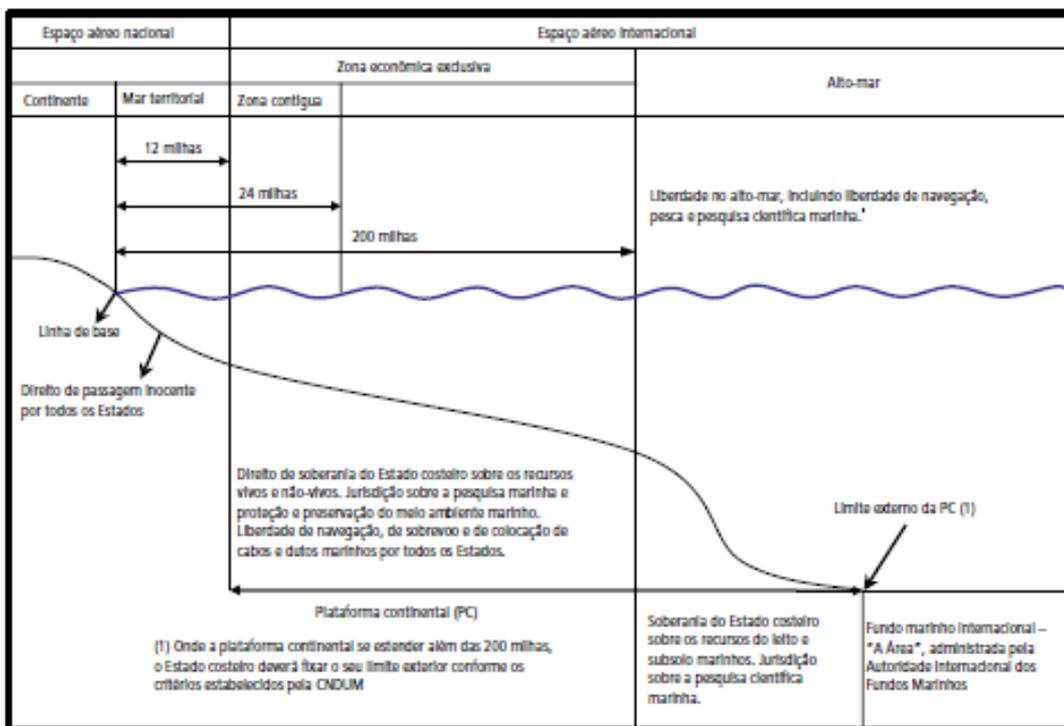
Fonte: PAIVA, 2015.

Figura 4: Política de segurança das fronteiras terrestres brasileiras.



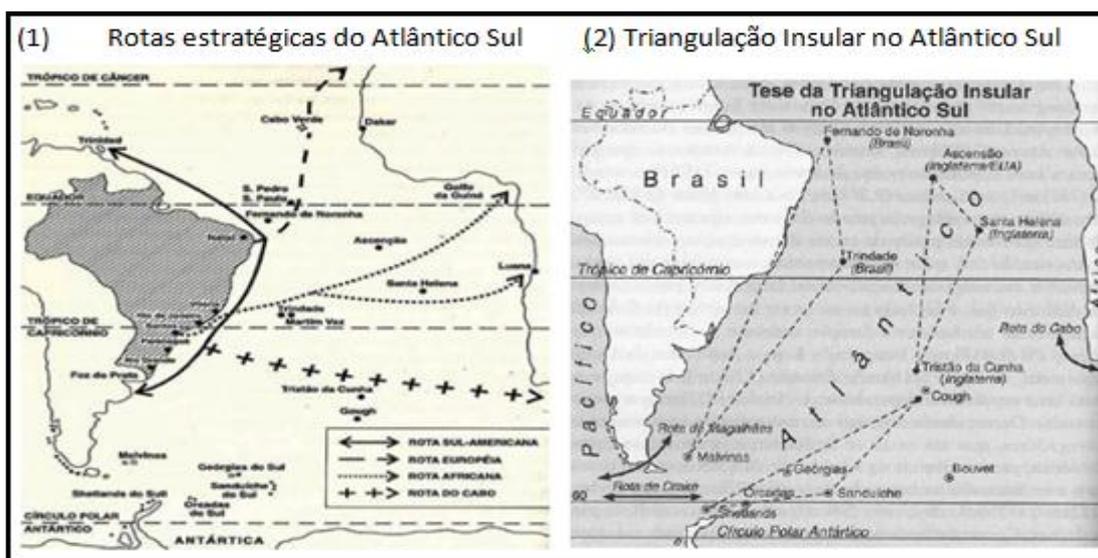
Fonte: Adaptado de RAZA, 2014.

Figura 5: Águas jurisdicionais, de acordo com a CNUDM.



Fonte: MORAES, 2014.

Figura 6: Rotas estratégicas e Tese da Triangulação insular no Atlântico Sul.



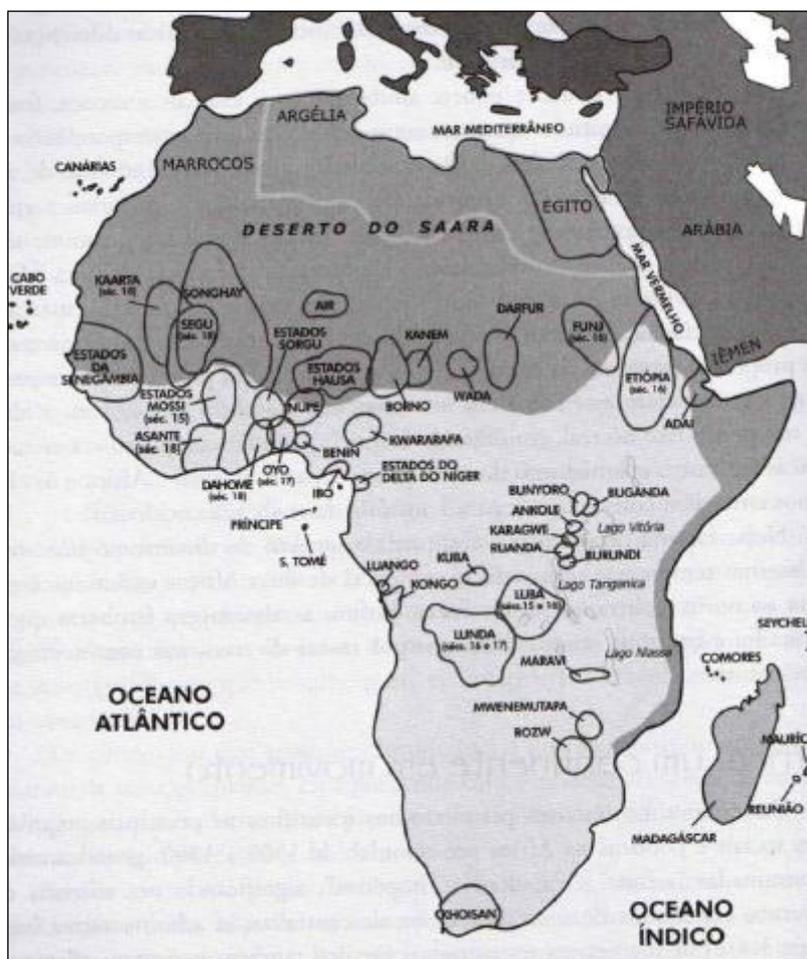
Fonte: Adaptado de DE CASTRO, 1999.

Figura 7: Composição da ZOPACAS, com indicação dos países (hachurados)



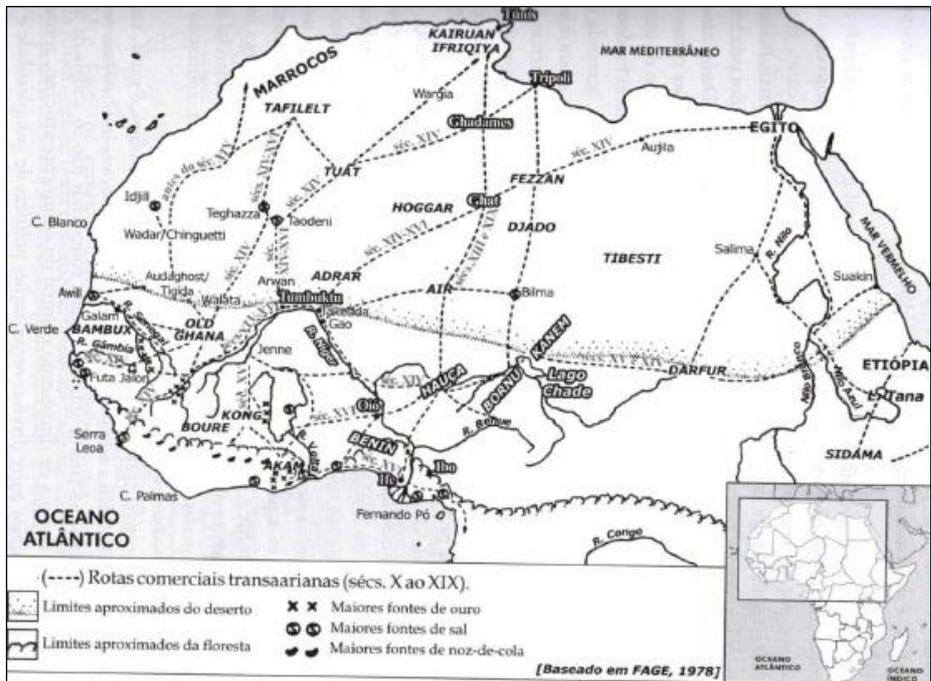
Fonte: ZOPACAS, 2013.

Figura 8: Organizações político-sociais africanas de 1500 a 1800.



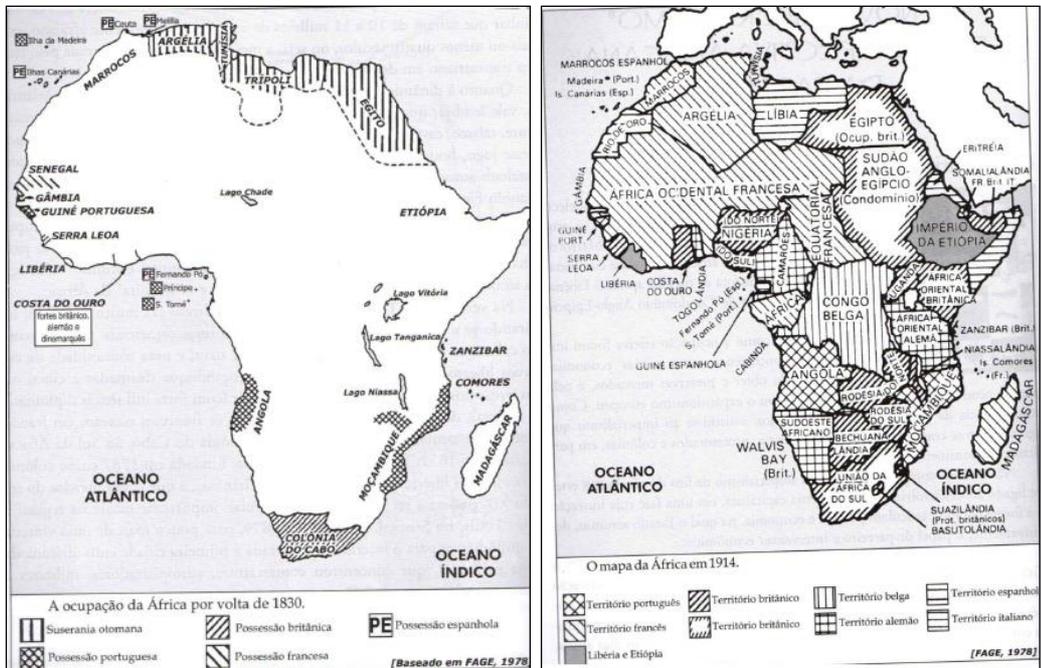
Fonte: Adaptado de HERNANDEZ, 2008.

Figura 9: Rotas transaarianas entre os séculos X ao XIX.



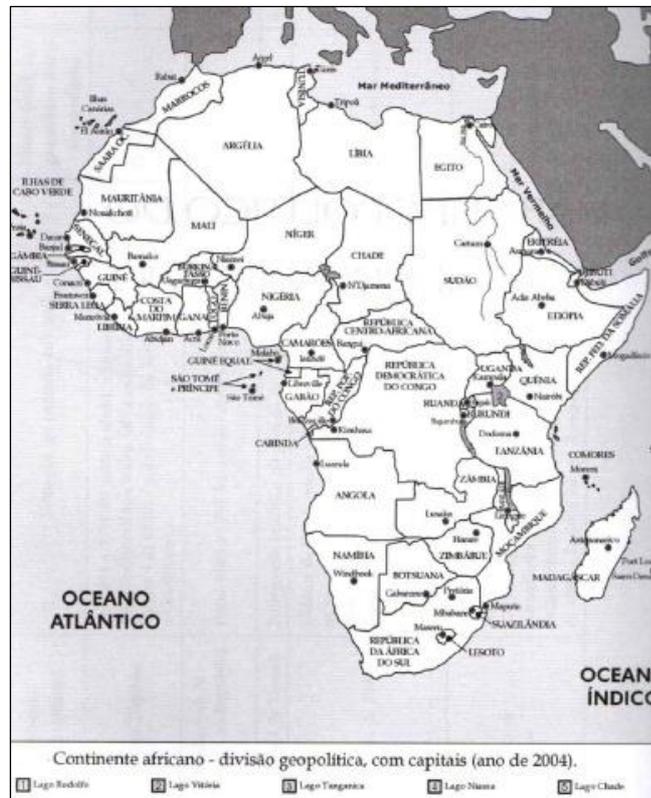
Fonte: Adaptado de HERNANDEZ, 2008.

Figura 10: A ocupação da África em (a) 1830 e em (b) 1914.



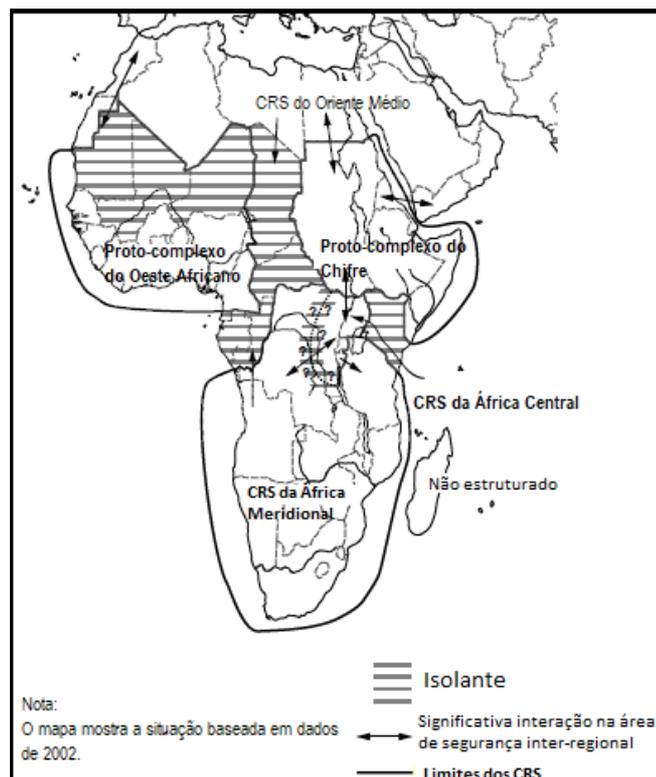
Fonte: Adaptado de HERNANDEZ, 2008.

Figura 11: Divisão geopolítica da África em 2004.



Fonte: Adaptado de HERNANDEZ, 2008.

Figura 12: Padrões de segurança regional na África, após a Guerra Fria.



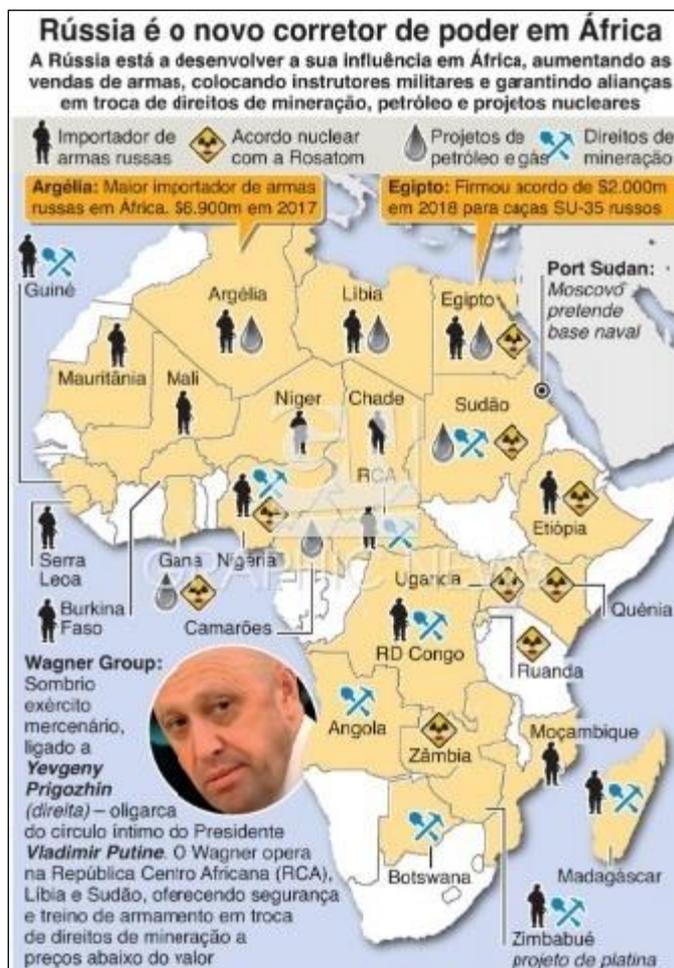
Fonte: Adaptado de BUZAN e WÆVER, 2003.

Figura 13: O encontro de Sochi, em 2019.



Fonte: SCHMITT e GIBBONS-NEFF, 2020.

Figura 14: A influência russa na África.



Fonte: MIL, 2020.

ANEXO B – TABELAS

Tabela 1: Quadro resumo das Ações Estratégicas de Defesa

AED 6 - INTELIGÊNCIA DE DEFESA	Aperfeiçoar o Sistema de Inteligência de Defesa.
AED 7 - SEGURANÇA NACIONAL	Contribuir para o incremento do nível de Segurança Nacional.
AED 9 - ESTABILIDADE REGIONAL	Contribuir para a manutenção da estabilidade regional

Fonte: BRASIL (2015a).

Tabela 2: Correlação dos OSD ligados à Inteligência de Defesa com suas respectivas ASD.

TEMA: INTELIGÊNCIA DE DEFESA	
OSD 9	Pleno emprego da Inteligência no assessoramento aos processos decisórios no âmbito do Ministério da Defesa, em prol da defesa e segurança nacionais.
ASD 21	Implementar a capacidade de produção de conhecimentos de Inteligência, de âmbito nacional e internacional, com enfoque em assuntos institucionais, estratégicos e operacionais de interesse da defesa e segurança nacionais.
ASD 22	Promover a cooperação e contribuir para a integração com os órgãos de Inteligência do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e com outros órgãos de Inteligência de outros países.
ASD 23	Promover o desenvolvimento do Sistema de Inteligência de Defesa.
ASD 24	Promover o desenvolvimento do Sistema de Inteligência Operacional.
ASD 25	Capacitar os recursos humanos necessários à condução das atividades de Inteligência.
ASD 26	Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades da Inteligência de Defesa.
OSD 10	Proteção dos conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais.
ASD 25	Capacitar os recursos humanos necessários à condução das atividades de Inteligência.
ASD 26	Estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades da Inteligência de Defesa.
ASD 27	Promover o desenvolvimento de processos de proteção de dados e conhecimentos de interesse da defesa e segurança nacionais.
ASD 28	Promover o desenvolvimento da mentalidade de segurança no âmbito do Ministério da Defesa.

Fonte: BRASIL (2015a).

Tabela 3: Relação colonial e pragmática entre as nações africanas da ZOPACAS e as potências extra-regionais.

Estado-membro africano da ZOPACAS	Relacionamento acordo Singer (1972)	Relacionamento Histórico	Principais países e potências atuantes na atualidade
Cabo Verde	xxx	Portugal	Portugal e Espanha.
Gâmbia	Reino Unido	Reino Unido	China e Brasil.
Senegal	França	França	China, França e Índia.
Guiné Bissau	xxx	Portugal	Índia e Portugal.
Guiné	França	França	China, Rússia, França, Holanda e Índia.
Serra Leoa	Reino Unido	Reino Unido	China, Rússia, Reino Unido e Bélgica/Luxemburgo.
Libéria	EUA	EUA	Coreia do Sul, China, Japão e Polônia.
Costa do Marfim	França	França	China, França, EUA, Holanda e Alemanha.
Gana	Reino Unido	Reino Unido	China, EUA, Rússia, Suíça e Índia.
Togo	França	França	China, Bélgica/Luxemburgo, Holanda e França.
Benin	França	França	China, EUA, França e Índia.
Nigéria	Reino Unido	Reino Unido	EUA, China, Índia, Rússia e Espanha.
Camarões	França	França	China, Rússia, Espanha, Holanda e França.
Guiné Equatorial	xxx	Espanha	China, Japão, Espanha e EUA.
São Tomé e Príncipe	xxx	Portugal	Portugal e China.
Gabão	França	França	EUA, China, Japão e França.
Congo	França	França	China, EUA e França.
República Democrática do Congo	xxx	Bélgica	China
Angola	xxx	Portugal	China, Índia, Brasil e Portugal.
Namíbia	xxx	Alemanha	Brasil, Rússia e China.
África do Sul	Reino Unido	Reino Unido/Holanda	China, EUA, Alemanha, Rússia e Índia.

Fonte: AUTOR, 2020.

Tabela 4: Dados dos países africanos francófonos, de 2010 a 2017.

País Francófono	Balança comercial (média do período)	Destinos principais das exportações do País (Total das Exportações do período, em U\$ - percentagem em relação ao total)	Origem das principais importações do País (Total das Importações do período, em U\$ - percentagem em relação ao total)
Senegal	- \$4,23B	Mali (\$4,32B – 19,2%), Índia (\$2,11B – 9,4%), Suíça (\$1,86B – 8,3%), França (\$926,8M – 4,1%), e Espanha (\$910,1M – 3,6%).	França (\$7,71B – 13,7%), China (\$6,02B – 10,7%), Nigéria (\$4,30B – 7,6%), Holanda (\$3,54B – 6,3%), e Índia (\$3,21B – 5,7%).
Guiné	- \$888M	Índia (\$3,09B – 16,8%), China (\$2,07B – 11,2%), Emirados Árabes Unidos (\$1,63B – 8,9%), Espanha (\$1,27B – 6,9%), e Chile (\$1,10B – 6,0%).	China (\$6,55B – 25,7%), Holanda (\$3,84B – 15,1%), Índia (\$1,84B – 7,2%), França (\$1,36B – 5,3%), e Bélgica/Luxemburgo (\$1,23B – 4,8%).
Costa do Marfim	+ \$2,82B	Holanda (\$9,70B – 9,9%), EUA (\$9,36B – 9,6%), Alemanha (\$7,66B – 7,8%), França (\$7,33B – 7,5%), e Bélgica/Luxemburgo (\$4,60B – 4,7%).	Nigéria (\$13,58B – 18,0%), França (\$9,61B – 12,8%), China (\$8,83B – 11,7%), Índia (\$2,95B – 3,9%), e EUA (\$2,25B – 3,0%).
Togo	- \$6,08B	Libano (\$1,27B – 9,3%), Burkina Faso (\$1,30B – 9,5%), Índia (\$1,14B – 8,4%), Benin (\$1,12B – 8,2%), e Camarões (\$884,8M – 6,2%).	China (\$13,74B – 22,1%), Bélgica e Luxemburgo (\$9,23B – 14,8%), Holanda (\$6,25B – 10,0%), França (\$3,86B – 6,2%), e EUA (\$3,47B – 5,6%).
Camarões	- \$1,61B	China (\$4,33B – 11,4%), Espanha (\$4,23B – 11,1%), Holanda (\$3,54B – 9,3%), França (\$2,91B – 7,6%), e Itália (\$2,88B – 7,6%).	China (\$9,10B – 17,9%), Nigéria (\$6,65B – 13,1%), França (\$6,11B – 12,0%), Bélgica /Luxemburgo (\$1,85B – 3,6%), e EUA (\$1,84B – 3,6%).
Benin	- \$4,79B	Índia (\$1,51B – 16,3%), China (\$994,8M – 10,7%), Mali (\$943,4M – 10,1%), Serra Leoa (\$750,7M – 8,1%), e Libano (\$624,9M – 6,7%).	China (\$13,53B – 28,4%), EUA (\$4,39B – 9,2%), França (\$3,47B – 7,3%), Índia (\$3,42B – 7,2%), e Tailândia (\$2,20B – 4,6%).
Gabão	+ \$3,98B	EUA (\$10,01B – 19,0%), China (\$8,48B – 16,1%), Japão (\$6,60B – 12,5%), Austrália (\$5,09B – 9,6%), e Índia (\$3,01B – 5,7%).	França (\$6,04B – 28,9%), China (\$3,10M – 14,9%), EUA (\$1,51B – 7,2%), Bélgica /Luxemburgo (\$1,41B – 6,8%), e República do Congo (\$1,29M – 6,2%).
Congo	+ \$4,41B	China (\$28,6B – 37,6%), EUA (\$8,61B – 11,3%), Itália (\$4,46B – 5,9%), Espanha (\$3,60B – 4,7%), e França (\$3,59B – 4,7%).	França (\$5,27B – 13,0%), China (\$4,66B – 11,4%), Angola (\$4,11M – 10,1%), Gabão (\$2,29B – 5,6%), e Itália (\$2,07B – 5,1%).
República Dem. do Congo	+ \$1,02B	China (\$22,18B – 42,9%), Zâmbia (\$9,74B – 18,8%), Arábia Saudita (\$3,62B – 7,0%), Coreia do Sul (\$2,20B – 4,3%), e Bélgica/Luxemburgo (\$2,04B – 3,9%).	África do Sul (\$9,49B – 21,8%); China (\$7,82B – 17,9%); Zâmbia (\$4,65B – 10,7%); Bélgica/Luxemburgo (\$3,50B – 8,0%), e França (\$1,90B – 4,4%).

Fonte: AUTOR, com base em SIMÕES e HIDALGO, 2011.

Tabela 5: Dados dos países africanos lusófonos, de 2010 a 2017.

País Lusófono	Balança comercial (média do período)	Destinos principais das exportações País (Exportação em U\$ - percentagem em relação ao total)	Origem das principais importações País (Importação em U\$ - percentagem em relação ao total)
Angola	+ \$ 27,85B	China (\$171,50B – 47,8%), Índia (\$51,72B – 14,4%), EUA (\$36,08B – 10,1%), África do Sul (\$14,14B – 3,9%) e Espanha (\$12,23B – 3,4%).	Portugal (\$25,70B – 18,9%), China (\$23,45B – 17,2%), África do Sul (\$9,25B – 6,8%), EUA (\$8,72B – 6,4%), e Coreia do Sul (\$7,54B – 5,5%).
Cabo Verde	- \$ 711M	Espanha (\$413,7M – 50,7%), Portugal (\$128,0M – 15,7%), Congo (\$57,4M – 7,0%), Itália (\$25,5M – 3,1%), e EUA (\$20,0M – 2,5%).	Portugal (\$2,49B – 38,3%), Holanda (\$766,1M – 11,8%), Espanha (\$617,2M – 9,5%), China (\$327,9M – 5,0%), e Brasil (\$218,5M – 3,4%).
Guiné Equatorial	+ \$6,50B	China (\$11,56B – 16,3%), Japão (\$7,07B – 10,0%), Espanha (\$6,45B – 9,1%), EUA (\$6,28B – 8,9%), e França (\$5,89B – 8,3%).	Nigéria (\$3,78B – 20,1%), Espanha (\$2,61B – 13,9%), China (\$2,27B – 12,1%), EUA (\$2,13B – 11,3%), e França (\$1,10B – 5,9%).
Guiné Bissau	- \$44,3M	Índia (\$1,50B – 72,7%), Vietnã (\$193,1M – 9,4%), China (\$88,8M – 4,3%), Togo (\$69,2M – 3,4%), e Gana (\$59,8M – 2,9%).	Portugal (\$687,2M – 28,5%), Senegal (\$453,3M – 18,8%), China (\$141,9M – 5,9%), Índia (\$101,8M – 4,2%), e Paquistão (\$101,7M – 4,2%).
São Tomé e Príncipe	- \$139M	Bélgica /Luxemburgo (\$18,9M – 13,6%), Aruba (\$18,6M – 13,3%), Polónia (\$17,1M – 12,3%), Holanda (\$14,0M – 10,1%), e França (\$11,8M – 8,5%).	Portugal (\$650,0M – 52,1%), Angola (\$161,6M – 13,0%), China (\$49,8M – 4,0%), EUA (\$34,1M – 2,7%), e Bélgica/ Luxemburgo (\$27,9M – 2,2%).

Fonte: AUTOR, com base em SIMÕES e HIDALGO, 2011.

Tabela 6: Dados dos países africanos anglófonos, de 2010 a 2017.

País Anglófono	Balança comercial (média do período)	Destinos principais das exportações do País (Total das Exportações do período, em U\$ - percentagem em relação ao total³⁵)	Origem das principais importações do País (Total das Importações do período, em U\$ - percentagem em relação ao total³⁶)
Gâmbia	- \$804M	China (\$481,3M – 30,8%), Índia (\$281,4M – 18,0%), Mali (\$140,0M – 8,9%), Guiné (\$119,5M – 7,6%), e Senegal (\$107,9M – 6,9%).	China (\$2,36B – 29,5%), Brasil (\$691,0M – 8,6%) Senegal (\$632,9M – 7,9%), Índia (\$539,6M – 6,7%), e Holanda (\$331,5M – 4,1%).
Serra Leoa	- \$511M	China (\$3,98B – 54,5%), Bélgica /Luxemburgo (\$782,8M – 10,7%), Romênia (\$344,7M – 4,7%), Holanda (\$296,5M – 4,1%), e EUA (\$197,5M – 2,7%).	China (\$1,62B – 14,2%), Reino Unido (\$851,2M – 7,5%), Benin (\$750,4M – 6,6%), Índia (\$729,1M – 6,4%), e EUA (\$660,5M – 5,8%).
Libéria	- \$7,11B	Polónia (\$1,44B – 19,4%), China (\$849,8M – 11,4%), EUA (\$760,8M – 10,2%), Alemanha (\$745,0M – 10,0%), e Espanha (\$389,9M – 5,2%).	Coreia do Sul (\$29,34B – 45,6%), China (\$13,53B – 21,0%), Japão (\$6,57B – 10,2%), Alemanha (\$1,93B – 3,0%), e Polónia (\$1,34B – 2,1%).
Gana	+ \$341M	África do Sul (\$15,37B – 13,7%) Suíça (\$12,25B – 10,9%), Índia (\$11,72B – 10,5%), Emirados Árabes Unidos (\$8,96B - 8,0%), e China (\$7,03B – 6,3%).	China (\$24,95B – 22,8%), EUA (\$8,75B – 8,0%), Holanda (\$5,68B – 5,2%), Reino Unido (\$5,22B – 4,8%), e Índia (\$4,92B – 4,5%).
Nigéria	+ \$36,0B	EUA (\$108,17B – 16,3%), Índia (\$87,33B – 13,2%), Espanha (\$51,80B – 7,8%), Brasil (\$46,65B – 7,0%), e França (\$33,09B – 5,0%).	China (\$82,55B – 22,0%), EUA (\$34,68B – 9,3%), Holanda (\$27,56B – 7,4%), Bélgica/ Luxemburgo (\$20,52B – 5,5%), e Índia (\$19,65B – 5,2%).
Namíbia ³⁷	xxx	xxx	xxx
África do Sul	+ \$11,6B	China (\$99,73B - 11,5%), EUA (\$69,49B – 8,0%), Reino Unido (\$63,75B – 7,4%), Índia (\$63,02B – 7,3%), e Alemanha (\$49,76B – 5,7%).	China (\$120,40B – 15,9%), Alemanha (\$64,98B – 8,4%), EUA (\$52,78B – 6,8%), Arábia Saudita (\$36,96B – 5,2%), e Índia (\$35,15B – 4,5%).

Fonte: AUTOR, com base em SIMÕES e HIDALGO, 2011.

³⁵ Em cada célula, estão mostrados apenas os cinco principais países.

³⁶ Idem.

³⁷ Não há dados do país, em OCE (2018).

Tabela 7: Definição do nível de risco para o grupo selecionado de Países da ZOPACAS.

País	Definição do risco						Total	Média ponderada
	Qualidade do ambiente de negócios (peso 7)	Influência do país em seu entorno (peso 8)	Grau de aceitação de projetos estratégicos (peso 10)	Facilidade de investimentos ou financiamentos (peso 7)	Importância estratégica das relações entre os países (peso 8)	Influência do país sobre a segurança da ZOPACAS (peso 10)		
Costa do Marfim	28	32	30	28	16	40	174	3,5
Gabão	21	24	10	21	16	20	112	2,6
Congo	21	24	30	28	16	20	139	2,8
Angola	27	24	40	35	32	30	188	3,8
Guiné Equatorial	7	8	20	28	24	10	97	1,9
Nigéria	21	40	40	28	32	40	201	4,0
África do Sul	28	40	40	28	40	50	226	4,5

Fonte: AUTOR, 2020.

ANEXO C – DOCUMENTOS

Documento 1: Resposta da ABIN ao pedido de acesso à informação NUP 00077.001163/2020-78.

Data de Abertura: 24/04/2020 23:11
Orgão Superior: PR – Presidência da República
Orgão Vinculado: GSI-PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Resumo da Solicitação: Participação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) na alteração do texto da Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Detalhamento da Solicitação:

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), versão de 2012 e que está disponível no sítio eletrônico do Ministério da Defesa (https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf), a identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa (vide pág 129). Com essa citada tarefa, a Inteligência de Defesa, no contexto desse importante condicionante do arcabouço jurídico nacional, é relevante para a Defesa Nacional como um todo, em especial no cenário geopolítico atual, marcado por muitas incertezas. A Inteligência de Defesa e a Inteligência Estratégica são, posteriormente, tratadas em documentos setoriais, tendo por exemplo a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621) e a própria Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624), o que reforça a importância do tema.

Tanto a PND quanto a END possuem uma temporalidade de quatro anos. A versão de 2016 ainda está tramitando no Congresso Nacional, apesar de terem sido encaminhadas em 2016. No texto em questão, da versão de 2016 da PND e da END, houve a supressão das referências às atividades de “Inteligência de Defesa” (vide https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf).

- 1) Em que medida a exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” em documentos do nível da PND e END interfere no planejamento e condução das atividades de “Inteligência Estratégica” conduzidas pela ABIN?
- 2) A exclusão das referências à “Inteligência Estratégica” na versão de 2016 da PND e da END ocorreu por iniciativa da ABIN? Em caso afirmativo, por qual razão?
- 3) É relevante, para a condução das atividades de “Inteligência de Defesa” realizadas pela ABIN, que haja o suporte ou a menção específica desse tipo de atividade em documento do arcabouço jurídico nacional do nível da PND e/ou da END? Em caso afirmativo, solicito informar se a ABIN solicitará a reinclusão das referências na versão de 2020 da PND e da END.

Data da Resposta: 15/05/2020 17:00

Prezado Cidadão,
Em atenção ao pedido de acesso à informação cadastrado sob o NUP 00077.001163/2020-

78, esclarecemos que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) promove análises conjunturais, com ênfase em temas relevantes para a segurança da sociedade e do Estado. No exercício da atividade de Inteligência de Estado, vislumbram-se os interesses nacionais, a salvaguarda da soberania e a proteção do povo brasileiro. A ABIN alicerça sua atuação na Lei nº 9.883/1999 =http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm-, que cria a Agência e o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Na estrutura da Administração Pública Federal, a ABIN está vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), órgão de status ministerial. Em 2016, houve importante avanço para a Atividade de Inteligência no Brasil com a aprovação da Política Nacional de Inteligência (PNI), conforme o Decreto Nº 8.793, de 29 de junho de 2016 =http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm-. Em 2017, complementando o arcabouço jurídico da

Atividade de Inteligência de Estado, passou a vigorar a Estratégia Nacional de Inteligência (ENI), Decreto S/Nº de 15 de dezembro de 2017

=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm-.

A PNI e a ENI são instrumentos da Inteligência de Estado, atividade precípua da ABIN. A PND e a END não se confundem com esses instrumentos, elas têm como escopo a Inteligência de Defesa, a qual não se encontra entre as atribuições da ABIN, e sim, do Ministério da Defesa e de seus órgãos subordinados.

Nesse sentido, a exclusão da referência à Inteligência de Defesa na PND e na END não afeta as atividades da ABIN, visto que os instrumentos que orientam tais atividades são outros: a PNI e a ENI. Por fim, o órgão responsável pela END e pela PND é o Ministério da Defesa, a quem compete a inserção ou inclusão de temas nesses instrumentos.

Não cabe à ABIN, órgão subordinado a outro ministério e com competências distintas, pautar os temas que devem ser abordados nos referidos documentos.

Salientamos que, de acordo com o art. 15 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e com o art. 23 do Decreto nº 7.724/2012, há a possibilidade de recurso no prazo de 10 (dez) dias, que deve ser encaminhado ao Assessor Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

As informações acima foram disponibilizadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão Palácio do Planalto - <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao>

Questionário Respondido em 18/05/2020 11:36.

Documento 2: Resposta da MB ao pedido de acesso à informação NUP 60502001200202011.

Data de Abertura: 24/04/2020 14:30
 Órgão Superior: MD – Ministério da Defesa
 Órgão Vinculado: CMAR – Comando da Marinha

Resumo da Solicitação: Participação da Marinha no Brasil em alteração de texto da Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Detalhamento da Solicitação:

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), versão de 2012 e que está disponível no sítio eletrônico do Ministério da Defesa

(https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf), a identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa (vide pág 129). Com essa citada tarefa, a Inteligência de Defesa, no contexto desse importante condicionante do arcabouço jurídico nacional, é relevante para a Defesa Nacional como um todo, em especial no cenário geopolítico atual, marcado por muitas incertezas. A Inteligência de Defesa e a Inteligência Estratégica são, posteriormente, tratadas em documentos setoriais, como a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621) e a própria Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624), o que reforça a importância do tema.

Tanto a PND quanto a END possuem uma temporalidade de quatro anos. A versão de 2016 ainda está tramitando no Congresso Nacional, apesar de terem sido encaminhadas em 2016. No texto em questão, da versão de 2016 da PND e da END, houve a supressão das referências às atividades de “Inteligência de Defesa” (vide https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf).

- 1) Em que medida a exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” em documentos do nível da PND e END interfere no planejamento e condução das atividades de “Inteligência Estratégica” conduzidas pela Marinha do Brasil (MB)?
- 2) A exclusão das referências à “Inteligência Estratégica” na versão de 2016 da PND e da END ocorreu por iniciativa da MB? Em caso afirmativo, por qual razão?
- 3) É relevante, para a condução das atividades de “Inteligência de Defesa” realizadas pela MB, que haja o suporte ou a menção específica desse tipo de atividade em documento do arcabouço jurídico nacional do nível da PND e/ou da END? Em caso afirmativo, solicito informar se a MB solicitará a reinclusão das referências na versão de 2020 da PND e da END.

Data da Resposta: 15/05/2020 13:40

Responsável pela resposta: Centro de Comunicação Social da Marinha

**MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
SUBCHEFIA DE ESTRATÉGIA
DIVISÃO DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MEMÓRIA Nº 30-5/2020**

DATA: 07/05/2020.
PARA CONHECIMENTO DO M-30.

1 – ASSUNTO

Participação da Marinha no Brasil (MB) em alteração de texto da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END).

2 – PROPÓSITO

Apresentar subsídios sobre a participação da MB em alteração de texto da PND e da END.

3 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O email de 24ABR2020 do CCSM solicita o envio de subsídios sobre a participação da MB em alteração de textos da PND e da END versão 2016, com prazo de 15MAI2020, que deverão ser encaminhados por e-mail para caixa postal sic@marinha.mil.br, com cópia para eduardo.rodrigues@marinha.mil.br.

O solicitante compara a PND e a END, versão de 2012, disponível no sítio eletrônico do MD (https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf), com a versão de 2016 (vide https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf) e afirma que:

“a identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa. Com essa citada tarefa, a Inteligência de Defesa, no contexto desse importante condicionante do arcabouço jurídico nacional, é relevante para a Defesa Nacional como um todo, em especial no cenário geopolítico atual, marcado por muitas incertezas. A Inteligência de Defesa e a Inteligência Estratégica são, posteriormente, tratadas em documentos setoriais, como a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621) e a própria Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624), o que reforça a importância do tema”.

Afiança que a versão da PND e END de 2016 ainda está tramitando no Congresso Nacional, apesar dos documentos terem sido encaminhados em 2016. Informa que no texto em questão, da versão de 2016 da PND e da END, houve a supressão das referências às atividades de “Inteligência de Defesa”.

Apresenta os seguintes questionamentos:

1) Em que medida a exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” em documentos do nível da PND e END interfere no planejamento e condução das atividades de “Inteligência Estratégica” conduzidas pela Marinha do Brasil (MB)?

2) A exclusão das referências à “Inteligência Estratégica” na versão de 2016 da PND e da END ocorreu por iniciativa da MB? Em caso afirmativo, por qual razão?

3) É relevante, para a condução das atividades de “Inteligência de Defesa” realizadas pela MB, que haja o suporte ou a menção específica desse tipo de atividade em documento do arcabouço jurídico nacional do nível da PND e/ou da END? Em caso afirmativo, solicito informar se a MB solicitará a reinclusão das referências na versão de 2020 da PND e da END.

4 – DESENVOLVIMENTO

O solicitante necessita tomar conhecimento do Decreto Legislativo nº 179, de 2018, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 17DEZ2018, Seção 1, página 4 que aprovou a PND e END de 2016.

Continuação da Memória nº 30- 5/2020, do EMA.

Também, a Portaria Normativa nº 25/GM-MD (Política Setorial de Defesa 2020-2031) e a Portaria Normativa nº 26/GM-MD (Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031) publicadas no DOU de 23ABR2019, Seção 1, página 101 substituem a Portaria Normativa nº 2.624 (Política Setorial de Defesa 2015) e a Portaria Normativa nº 2.621 (Estratégia Setorial de Defesa 2015).

O solicitante ao comparar a PND e a END versão de 2012 com a versão de 2016 deve observar que houve uma grande alteração na estrutura dos documentos. Tal fato deve-se ao alinhamento estratégico que foi realizado na versão de 2016 entre os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), constantes da PND, com as Estratégias de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED), constantes da END.

A afirmação do solicitante de que a identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa é correta. Entretanto, a substituição dos textos na versão de 2012 que tratavam da Inteligência de Defesa como condição essencial para o planejamento e emprego adequado dos meios militares, por textos mais genéricos na versão de 2016, como os que tratam da Capacidade de Gestão da Informação¹ e a AED-5 Fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência, não diminuem a importância da Inteligência Estratégica. Dessa forma, a Estratégia Setorial de Defesa 2020-2031, coerentemente com a versão de 2016 da PND e da END, aborda a inteligência com a Ação Setorial de Defesa (ASD) a seguir: ASD 6.3.1 - Estimular o desenvolvimento da inteligência e da prospecção científico-tecnológica e de tecnologias disruptivas.

O solicitante deve ser informado, ainda, que o Ministério da Defesa (MD) é o órgão responsável pela elaboração e revisão da PND, END e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), revistos de quatro em quatro anos, a partir de 2012 e que são enviados à Casa Civil para encaminhamento, até 30JUN, ao Congresso Nacional, para apreciação, em cumprimento à Lei Complementar nº 136, de 2010. Para tal, o MD cria Grupos de Trabalho (GT) com participantes do próprio MD, de outros Ministérios, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR) e das Forças Armadas.

Assim, as versões de 2020 dos citados documentos foram revistas por GT e serão encaminhados para a Casa Civil em curto prazo, não estando previstas novas alterações. Adianto que a PND e a END sofreram pequenas alterações em relação à versão de 2016, praticamente sem alterações no que se refere à Inteligência.

Finalmente, respondendo às perguntas:

1) Em que medida a exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” em documentos do nível da PND e END interfere no planejamento e condução das atividades de “Inteligência Estratégica” conduzidas pela Marinha do Brasil (MB)?

Não houve nenhuma interferência.

Decorrentes da PND e da END, a Marinha do Brasil (MB) elabora a Política Naval e o Plano Estratégico da Marinha (PEM), documentos ostensivos que podem ser obtidos no sítio <https://www.marinha.mil.br> ou fornecidos pelo Centro de Comunicação Social da Marinha.

2) A exclusão das referências à “Inteligência Estratégica” na versão de 2016 da PND e da END ocorreu por iniciativa da MB? Em caso afirmativo, por qual razão?

Não.

Como explicado anteriormente, existiram GT que foram responsáveis pelas revisões.

3) É relevante, para a condução das atividades de “Inteligência de Defesa” realizadas pela MB, que haja o suporte ou a menção específica desse tipo de atividade em documento do

¹ A Capacidade de Gestão da Informação visa garantir a obtenção, a produção e a difusão dos conhecimentos necessários à coordenação e ao controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando o acesso à Inteligência aos tomadores de decisão e aos responsáveis pelas áreas de Segurança Pública e de Defesa Nacional, em todos os escalões. O Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN é a sua estrutura principal.

Essa capacidade proporciona condições para a ação preventiva do poder público e contribui para a eficácia dos meios operativos das Forças Armadas e dos meios de segurança pública.

Continuação da Memória nº 30-5 /2020, do EMA.

arcabouço jurídico nacional do nível da PND e/ou da END? Em caso afirmativo, solicito informar se a MB solicitará a reinclusão das referências na versão de 2020 da PND e da END.

Negativo.

A MB entende perfeitamente o significado da AED-5 Fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência e da Capacidade de Gestão da Informação. Dessa forma, a Política Naval e o PEM estão alinhados com os documentos condicionantes constituídos pela PND e END.

5 – CONCLUSÃO

A MB é favorável à continuação do modelo adotado para as revisões da PND e END.

Não houve exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” ou “Inteligência Estratégica” nas versões de 2016, o que ocorreu foi a adoção de textos mais genéricos, que em nenhuma hipótese diminui a importância da Inteligência.

Brasília, 7 de maio de 2020.

No impedimento de:



ANTONIO RAFAEL SIQUEIRA SANTOS

Capitão de Mar e Guerra (Ref-FN)

Ajudante da Divisão de Política e Planejamento Estratégico

SANDIR ANTONIO DE FREITAS D'ALMEIDA

Capitão de Fragata

Ajudante da Divisão de Política e Planejamento Estratégico

6 – ENCARREGADO DA DIVISÃO

De acordo:

Brasília, 7 de maio de 2020.



JOSÉ CLÁUDIO OLIVEIRA MACEDO

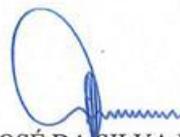
Capitão de Mar e Guerra

Encarregado da Divisão de Política e Planejamento Estratégico

7 – SUBCHEFE DE ESTRATÉGIA

Aprovo:

Brasília, 7 de maio de 2020.



AUGUSTO JOSÉ DA SILVA FONSECA JUNIOR

Contra-Almirante

Subchefe de Estratégia

Documento 3: Resposta do MD ao pedido de acesso à informação NUP 60502001203202046.

Data de Abertura: 24/04/2020 14:41
Orgão Superior: MD – Ministério da Defesa

Resumo da Solicitação: Participação do MD na alteração do texto da Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Detalhamento da Solicitação:

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), versão de 2012 e que está disponível no sítio eletrônico do Ministério da Defesa (https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf), a identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa (vide pág 129). Com essa citada tarefa, a Inteligência de Defesa, no contexto desse importante condicionante do arcabouço jurídico nacional, é relevante para a Defesa Nacional como um todo, em especial no cenário geopolítico atual, marcado por muitas incertezas. A Inteligência de Defesa e a Inteligência Estratégica são, posteriormente, tratadas em documentos setoriais, como a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.621) e a própria Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624), o que reforça a importância do tema.

Tanto a PND quanto a END possuem uma temporalidade de quatro anos. A versão de 2016 ainda está tramitando no Congresso Nacional, apesar de terem sido encaminhadas em 2016. No texto em questão, da versão de 2016 da PND e da END, houve a supressão das referências às atividades de “Inteligência de Defesa” (vide https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf).

Questionamentos:

- 1) Em que medida a exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” em documentos do nível da PND e END interfere no planejamento e condução das atividades de “Inteligência Estratégica” conduzidas pelo MD?
- 2) A exclusão das referências à “Inteligência Estratégica” na versão de 2016 da PND e da END ocorreu por iniciativa do MD? Em caso afirmativo, por qual razão?
- 3) É relevante, para a condução das atividades de “Inteligência de Defesa” realizadas pelo MD, que haja o suporte ou a menção específica desse tipo de atividade em documento do arcabouço jurídico nacional do nível da PND e/ou da END? Em caso afirmativo, solicito informar se o MD solicitará a reinclusão das referências na versão de 2020 da PND e da END.

Data da Resposta: 04/05/2020 18:00

Prezado(a) Cidadão(ã),

Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, reporto-me ao pedido formulado por Vossa Senhoria de NUP 60502.001203/2020-46, de 24 de abril de 2020.

Após consulta ao órgão competente da administração central deste Ministério, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-MD) apresenta as seguintes respostas aos questionamentos formulados:

Item a) Em que medida a exclusão da referência à “Inteligência de Defesa” em documentos do nível da PND e END interfere no planejamento e condução das atividades de “Inteligência Estratégica” conduzidas pelo MD?

Resposta) A expressão “Inteligência de Defesa”, na versão de 2012, fazia parte do capítulo “Medidas de Implementação”, o que era coerente para a época, e na versão de 2016, a expressão deixou de ser usada. Tal fato não afetou o planejamento, pois nessa versão, o tema “Inteligência” foi abordado dentro de um novo conceito que é a Capacidade de Gestão da Informação, uma vez que é considerado de fundamental importância para a condução das atividades do MD.

Item b) A exclusão das referências à “Inteligência Estratégica” na versão de 2016 da PND e da END ocorreu por iniciativa do MD? Em caso afirmativo, por qual razão?

Resposta) Não havia alusão à expressão “Inteligência Estratégica” na PND/END 2012, portanto, não houve exclusão dessa expressão na versão da PND/END 2016.

Item c) É relevante, para a condução das atividades de “Inteligência de Defesa” realizadas pelo MD, que haja o suporte ou a menção específica desse tipo de atividade em documento do arcabouço jurídico nacional do nível da PND e/ou da END?

Resposta) Sim, é relevante, haja vista que o assunto “inteligência” é tratado dentro do conceito "Capacidade de Gestão de Informação" e na Ação Estratégica de Defesa-5 (AED-5), ambas, da END/2016.

Item d) Em caso afirmativo, solicito informar se o MD solicitará a reinclusão das referências na versão de 2020 da PND e da END.

Resposta) Sim. As versões da PND/END-2020, ainda em revisão, preveem a manutenção do tema dentro do conceito “Capacidade de Gestão de Informação”.

Caso haja alguma dúvida remanescente, este SIC/MD coloca-se à disposição para esclarecimento por meio do telefone: (61) 3312-8542 e pelo endereço eletrônico: sic@defesa.gov.br.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa – SIC/MD

Responsável pela resposta: Chefe do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

ANEXO D – APRECIÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES FRANCÓFONOS

1 COSTA DO MARFIM

A Costa do Marfim, oficialmente *République de Côte d'Ivoire*, apresentou uma série de problemas políticos após a morte de seu herói da independência, o Presidente Félix Houphouët-Boigny, em 1993, dando fim a um longo período de estabilidade que começou em 1960. Aos problemas advindos das lutas políticas, somaram-se problemas raciais motivados por um exacerbado nacionalismo, o que gerou uma crise que atraiu para o país duas missões da Organização das Nações Unidas (ONU): a primeira, de caráter político, a MINUCI³⁸, em 2003; e a segunda, uma missão de paz propriamente, a UNOCI³⁹, em 2004. A crise foi sucedida por duas guerras civis. A primeira, em 2002; e a segunda, em 2011. Essas duas guerras civis foram responsáveis por inúmeros abusos dos direitos humanos, centenas de milhares de refugiados e deslocados internos (KOWALSKI, 2009).

Segundo Camargo (2017):

Após o reconhecimento, pelos observadores internacionais, da vitória de Alassane Ouattara nas eleições de 2010-2011, em sequência de guerra civil, que deixou balanço de cerca de 3000 mortos, a nação marfinense passou gradualmente a alcançar estabilidade política e econômica, mediante a pacificação do país, com o apoio da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), e os esforços em curso em favor da reconciliação nacional.

O Presidente Alassane Ouattara foi reeleito para um mandato de mais cinco anos, em 2015, com a promessa de elevação da Costa do Marfim à condição de país emergente até o ano 2020. Para Camargo (2017), o Presidente Ouattara tem atuado de modo coerente com essas diretrizes, com o intuito de restaurar o prestígio internacional do país e atrair cooperação, parcerias estratégicas e investimentos, com o objetivo mais amplo de alavancar o desenvolvimento do país.

A Costa do Marfim tem mantido uma balança comercial positiva ao longo das últimas décadas, de acordo com Simões e Hidago (2011), e, ao longo da segunda década do século XXI, tem apresentado um crescimento médio superior

³⁸ Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI).

³⁹ Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI).

a 8% ao ano, chegando a reeditar a alcunha de “tigre africano”. Os grandes capitais externos permitiram construir obras de infraestrutura fundamentais para descongestionar o pulmão econômico do país, maquiagem com elegância a abafadiça e hiperativa capital Abdijã, e gerar lucros. A infraestrutura do país está sendo reformulada, com base, principalmente, na exportação de commodities, entre as quais o cacau e seus derivados se apresentam como os produtos mais expressivos (PARELLADA, 2017, *passim*).

Atualmente, a Costa do Marfim é a terceira maior economia da África Ocidental, superada apenas pela Nigéria e por Gana. Essa situação econômica favorável tem gerado interesse em diversas nações, sendo explorada pela diplomacia marfinense. Segundo Camargo (2017), a França e os Estados Unidos da América ocupam papel de particular importância, especialmente em função da cooperação na área de defesa. Entre os países emergentes, merecem destaque as relações com a China, a Índia, a Coreia e a Turquia, a Arábia Saudita e, mais recentemente, o Irã.

Os dados de Simões e Hidalgo (2011), constantes da Tabela 4, confirmam o grande relacionamento comercial com a China, a Índia, os EUA, a França e a Alemanha. Além disso, mostram a importância das exportações para a Holanda.

2 GABÃO

O Gabão, oficialmente República Gabonesa, conquistou sua independência da França em 17 de agosto de 1960, em um movimento político que levou ao poder o seu primeiro presidente, Léon M’Ba, que ficou no poder até 1967. Seu segundo presidente, Omar Bongo Ondimba, ficou no poder de 1967 a 2009, sendo o recordista em termos de tempo no poder em um país africano.

O país possui vários recursos minerais que vêm sendo as principais pautas de suas exportações, com ênfase nos minérios de ferro, manganês, magnésio e urânio. Além disso, o Gabão também exporta madeira, petróleo e gás do petróleo (HERNANDEZ, 2008).

De acordo com Cobuccio (2016), as relações econômicas entre o Gabão e o Brasil estão, na atualidade, marcadas pela estagnação. Após uma intensa relação por meio da aquisição de petróleo pelo Brasil, em meados da década de

1970, atualmente ocorre uma situação de pouca atividade, marcada, nesse contexto, por uma parcela quase total de vendas brasileiras de produtos agropecuários, mas com pouca atividade de importações do Gabão. Ainda afirmou que o país demonstra interesses diversos em aquisições de aeronaves da EMBRAER, de realização de parcerias em empreendimentos de mineração com empresas brasileiras e de projetos na área de manejo agrícola. Entretanto, muitas dessas iniciativas não possuem desdobramentos fatuais.

O Gabão tem garantido um ambiente político e econômico de estabilidade ao longo da última década. Os recursos obtidos com a exportação do petróleo e demais recursos têm sido investidos na criação de uma infraestrutura de boa qualidade, um sistema de ensino de nível superior ao encontrado nos países limítrofes e um sistema de saúde de similar qualidade. O nível de renda da população ainda é baixo, mas o IDH é considerado alto, com tendência a aumentar. As iniciativas já realizadas pelas empresas Vale, na década de 2000; PETROBRAS, entre 2014 e 2015; e Queiroz Galvão, entre 2013 e 2015, foram fadadas ao insucesso (COBUCCIO, 2016).

3 CONGO

A República do Congo, também chamado de Congo-Brazzaville para se diferenciar da sua vizinha República Democrática do Congo (de capital Kinshasa), teve a sua independência da França em 15 de agosto de 1960. Na mesma década, após uma crise institucional e política, foi instalado no país um governo com bases marxistas e economia planificada, gerando, por um período curto, a expansão da agricultura e da indústria do país. Durante essa fase marxista, o Congo desenvolveu relações com a então URSS e Cuba, num formato de apoio internacional entre países socialistas. Na década de 1990, as relações com esses países foram sistematicamente diminuindo, em função, principalmente, do esfacelamento da URSS. A partir de então, a França voltou a ser o principal parceiro do país, o que reforça a teoria dos “laços que unem”, de Singer (1972).

Em 2002, o país aprovou uma nova constituição, que estabelecia um mandato presidencial de sete anos, com a possibilidade de uma reeleição. Em 2016, após um controverso plebiscito, o Presidente Sassou-Nguesso foi reeleito

pela segunda vez.

O país tem sua economia altamente dependente das exportações de petróleo e da agricultura. Em relação aos indicadores econômicos, tem apresentado, consistentemente, uma balança comercial com saldo positivo nos últimos vinte anos, de acordo com Simões e Hidalgo (2011).

O Congo tem feito um esforço diplomático e econômico para sair da lista de Países Pobres Muito Endividados (PPME), realizando pleitos para o perdão das suas dívidas junto a países e entidades financeiras internacionais (WOLOWSKI, 2015).

O país tem recebido investimentos da União Europeia e da China, tendo como especial projeto a construção da estrutura portuária de Ponta Negra (*Pointe-Noire*), que tem importância devido à possibilidade de servir como distribuidor (hub) para os mercados internos ao longo do rio Congo, e “porta de entrada” para a República Centro-Africana, o Chade, Camarões, o Gabão, Angola, a República Democrática do Congo, tendo em vista que é o único porto de águas profundas da região. A necessidade de ajuda internacional junto ao FMI para evitar calote de sua dívida, no entanto, tem trazido complicações junto à China, credora de mais de dois terços da dívida congoleza (BUSINESSDAY, 2019).

ANEXO E – APRECIÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES LUSÓFONOS

1 ANGOLA

A República de Angola foi palco de um processo separatista sangrento, cujas origens estão ligadas a uma série de divergências políticas no âmago dos grupos separatistas (Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA; União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA; e a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA) que atuaram na guerra de independência do país. A eclosão da “Revolta dos Cravos” em Portugal, em 1974, culminando com a derrubada do ditador Salazar, gerou, em Angola, em 11 de novembro de 1975, um governo de transição, também chamado de conciliação, de curta duração e relativa estabilidade. Tal fato marcou o fim da guerra da independência, iniciada no início da década de 1960. Entretanto, as divisões internas e disputas entre a MPLA e a UNITA levaram a uma segunda guerra civil, esta marcada por ser uma guerra com forte viés ideológico e por contar com interferência direta das potências da Guerra Fria. A segunda guerra civil angolana encerrou-se apenas em 2002, quando o parlamento angolano aprovou uma lei em que foram anistiados todos os crimes contra a segurança do Estado, cometidos no contexto do conflito armado angolano (HERNANDEZ, 2008, *passim*).

O país, atualmente, ainda sofre as consequências dos constantes ataques de guerrilha à infraestrutura nacional, ocorridas durante as guerras civis, e apresenta-se como uma das nações com maiores desigualdades do mundo, além de ser, também, uma das que apresentam os piores resultados no Índice de Percepção da Corrupção, referente ao ano de 2019, ficando em 146º/180 (ÍNDICE, 2019).

A economia do país é francamente dependente das exportações de petróleo, tendo como principal parceiro comercial a China, que é, por sua vez, responsável por grandes somas para investimento no país, principalmente nos setores de transportes (20%) e produção/distribuição de energia (18%), de acordo com Silva (2016), que ainda atesta que:

A China consolidou-se como um dos principais investidores do mercado Angolano depois do fim da guerra civil naquele país africano, em 2002, impondo-se a investidores tradicionais como Portugal, o Brasil, a França e os Estados Unidos. Os investimentos chineses podem ser encontrados

em setores considerados fundamentais para o desenvolvimento económico do país, desde as estradas aos caminhos de ferro e pontes e viadutos.

Com relação a dados econômicos, a balança comercial de Angola tem apresentado valores positivos ao longo dos últimos 20 anos (SIMÕES E HIDALGO, 2011), demonstrando alta correlação⁴⁰ com os preços do petróleo no mercado internacional. De acordo com o INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (2020), os principais parceiros das exportações de Angola durante o ano de 2017 foram os seguintes: China, com 55,51%; Índia, com 7,78%, Taiwan, com 3,98%; África do Sul, com 3,85%; e Estados Unidos da América e Canadá, com 3,10% cada. Esses valores diferem, em parte, dos valores listados na Tabela 5.

2 GUINÉ EQUATORIAL

A República da Guiné Equatorial é um país caracterizado por possuir um território descontínuo, constituído por uma parte continental (a antiga colônia espanhola de rio Muni) e outra insular, formada por cinco ilhéus, sendo o de Fernando Pó o mais conhecido entre eles.

O país teve sua independência declarada em 12 de outubro de 1968, após pertencer ao domínio português, britânico e espanhol. A independência do país levou o país a um regime ditatorial sob o domínio do presidente Francisco Nguema, deposto em 1979. Até meados dos anos 1990, a Guiné Equatorial não representava importância no sistema internacional, onde aparecia apenas como um país subdesenvolvido que vivia da exportação de produtos agrícolas, com ênfase no cacau. Em 1996, foram descobertas grandes reservas de petróleo no país, gerando uma riqueza a ser explorada, mas com um aproveitamento bastante seletivo para os recursos advindos dessa nova modalidade de exportação (HERNANDEZ, 2008, *passim*).

Atualmente, o país ocupa a posição de terceiro maior exportador de petróleo da África. O petróleo e seus derivados representam mais de 90% das receitas e exportações do país, sendo explorado principalmente por empresas americanas. Tal fato, por outro lado, gerou interesse no Brasil, e a empresa

⁴⁰ Não mostrada nesta monografia.

Petrobrás já opera um dos campos petrolíferos da Guiné Equatorial. Além disso, de acordo com Brasil – Senado Federal (2006):

o governo da Guiné deseja atrair investimentos para o agronegócio, acenando com a vantagem de acesso ao mercado europeu por meio das concessões feitas a países africanos pelo Acordo de Lomé. Existe ainda o interesse guinéu-equatoriano, de acordo com o embaixador indicado, no estabelecimento de linhas de transporte aéreo e marítimo e na cooperação técnica em áreas como agricultura, educação e saúde.

Um olhar mais abrangente sobre as condições do país revelam que esse pequeno país é um dos maiores violadores dos direitos humanos da África, com a realização de perseguições religiosas, assassinatos políticos e genocídio. Tal situação de instabilidade e insegurança reduz o interesse internacional em realizar negócios no país (HERNANDEZ, 2008, p. 437).

ANEXO F – APRECIÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES ANGLÓFONOS

1 NIGÉRIA

A República Federal da Nigéria teve seu processo de independência do domínio britânico a partir de um gradual avanço de conquistas políticas, que culminou com a independência em 1º de outubro de 1960. As disputas internas motivadas por razões de caráter religiosa e tribal, todavia, levaram a uma guerra civil e a uma sequência de intervenções políticas que marcaram décadas de conflitos e instabilidade no país (HERNANDEZ, 2008). Com as eleições presidenciais de 2015, o país passou a apresentar maior estabilidade política. Essa situação não tem tido a contrapartida da sensação de segurança, tendo em vista as ações de grupos terroristas, em especial no norte e nordeste do país (LIMA, 2017).

A Nigéria, que é considerada “o gigante da África”, desperta o interesse do Brasil por representar um enorme mercado e por possibilitar diversas oportunidades de intercâmbio comercial. O país já detém o maior Produto Interno Bruto (PIB) da África, tendo superado o da África do Sul em 2013. Trata-se de país que conta com uma pujante economia e com um potencial de crescimento muito significativo, além de um mercado interno em expansão. Ainda de acordo Lima (2017), o país se ressentido de uma infra-estrutura adequada, especialmente no tocante à transmissão de energia elétrica, fator de restrição ao seu processo de industrialização, e apresenta importante assimetria no seu desenvolvimento, no sentido geográfico: a região norte (de influência islâmica) é notadamente menos desenvolvida que a porção meridional do país, de influência cristã. No tocante aos fatores psicossociais, a Nigéria tem apresentado um crescimento populacional constante e, dentro de poucos anos, deverá ultrapassar a população brasileira, em que pese ter um território nove vezes menor.

O país desenvolve importante papel de porta-voz do continente, e seu papel de condutor da economia africana se esbarra nos problemas estruturais do Estado, conforme já tratado no subitem 3.1, seguindo a visão de Buzan e Wæver (2003). Em uma avaliação mais contemporânea, Cierco e Belo (2016)

consideram que a Nigéria se apresenta como um “Estado falhado”, que não consegue prover a segurança interna à sua população, tendo em vista os constantes ataques do grupo extremista “Boko Haram”. Em adição, reforça que o país está classificado como um dos mais corruptos do mundo, de acordo com a “Transparência Internacional Brasil”, com dados de 2015. Os dados mais recentes, (ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO, 2019), mostram a Nigéria no mesmo patamar que Angola (com índice 26/100), o que a coloca na posição 146/180 no *ranking* de corrupção.

Lima (2017), por sua vez, e em tom mais otimista, reforça as possibilidades de aprimoramento das relações do Brasil com a Nigéria, nos seguintes tópicos: cooperação agrícola; abertura do mercado nigeriano para os produtos agropecuários brasileiros, em especial a carne; tratativas para repressão ao tráfico de entorpecentes entres os países; e intensificação da cooperação em assuntos de defesa.

2 ÁFRICA DO SUL

A República da África do Sul é o país mais meridional do continente africano e tem importância geopolítica inconteste por controlar as águas da junção do oceano Atlântico com o oceano Índico, ponto focal de importantes rotas marítimas. A história do país é marcada pelo regime de segregação racial adotado em meados do século XX, o *apartheid*, cujas origens remontam ao final da Guerra dos Bôeres, vencida pelos ingleses em 1902, e celebrada no Tratado de *Vereeniging*, que assegurou algumas vantagens aos Boêres e iniciou uma série de restrições para a população negra. O país teve sua independência do Reino Unido declarada em 1931, juntamente com o Canadá, a Nova Zelândia e a Austrália, por meio do Estatuto de *Westminster*. A partir de então, as políticas de segregação racial foram sendo estabelecidas gradativamente, gerando alguma reação nas relações internacionais (HERNANDEZ, 2008; ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2020).

O país começou a sofrer uma série de boicotes internacionais, especialmente a partir de meados da década de 1980, sendo tratada por muitas nações como um pária, em razão do regime do *apartheid*. Como consequência dessa pressão político-econômica, que efetivamente afetou diversos aspectos da

vida da população, o governo de F. W. de Klerk (1989-94) iniciou um processo de revogação das leis que mantinham o apartheid e que culminaram com a eleição de Nelson Mandela, ativista político que fora mantido preso por um longo período (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2020).

Com relação à política externa, Carneiro de Mendonça (2015) afirmou que a África do Sul tem priorizado as relações Sul-Sul na sua agenda de Relações Exteriores e que as relações com o Brasil detém vocação para crescimento e adensamento. Com relação à economia, afirma que o país enfrenta problemas comuns aos países emergentes, com setores modernos e eficientes, tais como o sistema bancário, e indústria relevante, mas com a presença de grande parte da população incluída na economia informal. Em adição, aponta como principais gargalos ao desenvolvimento econômico sul-africano: i) déficit de energia elétrica; ii) conturbadas relações trabalhistas; iii) baixos índices de crescimento de investimentos privados; iv) queda nos preços das commodities; e v) baixíssimo nível de formação profissional.

Um olhar mais apurado para a economia sul-africana mostra que, de acordo com Simões e Hidalgo (2011), a balança comercial com superávit ao longo das últimas duas décadas, com exceção de 2012, quando apresentou déficit de U\$ 2,0B, aproximadamente. Suas exportações de ouro, diamantes e platina são as mais expressivas em seu portfólio. O petróleo cru e seus derivados fazem a pauta principal das importações da África do Sul, tendo a China como principal parceiro comercial.

O país participa de diversos fóruns de desenvolvimento e de comércio. Em especial, é membro do IBAS e do BRICS. Nesse contexto, recentemente finalizou um projeto na área de defesa com o Brasil, o projeto A-Darter, referente ao desenvolvimento de um míssil ar-ar de 5ª geração. Carneiro de Mendonça (2015) afirmou que está em fase avançada de negociações o “Acordo de Cooperação sobre Usos Pacíficos da Energia Nuclear”. Nesse sentido, esse acordo “na área nuclear poderá facilitar o acesso do Brasil a isótopos medicinais (Molibdênio 99), bem como permitir cooperação no contexto do planejamento, construção e operação do Reator Multipropósito Brasileiro - RMB.”.